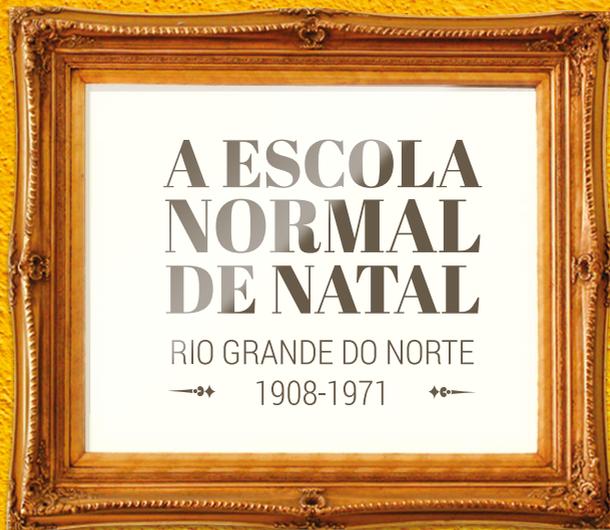


FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO



**A ESCOLA
NORMAL
DE NATAL**

RIO GRANDE DO NORTE

—♦— 1908-1971 —♦—



editoraifrn

FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO

A ESCOLA NORMAL DE NATAL

RIO GRANDE DO NORTE

—♦♦ 1908-1971 ♦♦—



editora**ifrn**

Natal, 2018

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Educação
Rossieli Soares da Silva

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Romero Portella Raposo Filho



Reitor
Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Márcio Adriano de Azevedo

Coordenadora da Editora IFRN
Darlyne Fontes Virginio

Conselho Editorial

Albino Oliveira Nunes
Alexandre da Costa Pereira
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira
Anisia Karla de Lima Galvão
Auridan Dantas de Araújo
Carla Katarina de Monteiro Marques
Cláudia Battestin
Darlyne Fontes Virginio
Emiliana Souza Soares Fernandes
Fabrícia Abrantes Figueredo da Rocha
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Francisco das Chagas Silva Souza
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Genoveva Vargas Solar
Jeronimo Mailson Cipriano Carlos Leite
Jose Geraldo Bezerra Galvão Junior

José Augusto Pacheco
José Everaldo Pereira
Jozilene de Souza
Jussara Benvindo Neri
Lenina Lopes Soares Silva
Luciana Maria Araújo Rabelo
Maria da Conceição de Almeida
Márcio Adriano de Azevedo
Nadir Arruda Skeete
Paulo de Macedo Caldas Neto
Regia Lúcia Lopes
Rejane Bezerra Barros
Rodrigo Siqueira Martins
Silvia Regina Pereira de Mendonca
Valcinete Pepino de Macedo
Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Charles Bamam Medeiros de Souza

Revisão Linguística

Célio José Fiel da Silva

Edição eletrônica: E-book
Prefixo editorial: 94137
Linha Editorial: Acadêmica
Disponível para *download* em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>



Contato

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300, Natal-RN.

Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br

Dedico este livro aos meus amados pais,
Francisco e Francisca Alzenir,
e ao meu filho, Lucas Miguel.



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

N244e Nascimento, Francinaide de Lima Silva.
A escola normal de Natal: Rio Grande do Norte, 1908-1971 / Francinaide de Lima Silva Nascimento; projeto gráfico, diagramação e capa Charles Bamam Medeiros de Souza; ilustração dos capítulos Jared Arango; revisão linguística Célio José Fiel da Silva. – Natal: IFRN, 2018.
216 p : il. color.

ISBN: 978-85-94137-34-0

1. Educação – História. 2. Educação – Formação de professores. 3. Educação – Escola Normal de Natal. I. Nascimento, Francinaide de Lima Silva. II. Título.

CDU 377.8

Catálogo da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Patrícia da Silva Souza Martins – CRB: 15/502

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida.

À minha querida professora Maria Arisnete Câmara de Moraes, eterna gratidão e admiração, pela amizade e por me ensinar com seu exemplo de mulher e profissional.

Ao professor Joaquim Pintassilgo, pela cuidadosa orientação em Portugal.

Aos professores Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes, Charliton José dos Santos Machado, Maria Inês Sucupira Stamatto, Maria Lúcia da Silva Nunes, Marlúcia Menezes de Paiva e Severino Bezerra da Silva os quais gentilmente aceitaram o convite para a avaliação deste trabalho.

Aos professores de História da Educação do PPGE-D|UFRN e pós-graduandos, com os quais aprendi a refletir sobre os problemas e objetos da historiografia da educação.

Aos professores Justino Magalhães e Maria João Mogarro, pelo generoso acompanhamento de minhas atividades na Universidade de Lisboa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior|CAPES pela concessão da Bolsa de Estudos e possibilidade de Estágio no Exterior.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte|IHGRN, particularmente, Ana Verônica, Antonieta, Lúcia e Manoel pelo esforço de recupe-

rar fontes históricas, às vezes, não mais disponíveis à pesquisa.

Ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte|APE-RN, por guardar indícios importantes para a escrita do presente trabalho.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional|Iphan-RN, pelas fontes custodiadas e disponíveis à investigação.

Ao Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, em especial, a Diniz que gentilmente nos orientou na busca por fontes.

Ao professor José Eduardo Moreirinhas Pinheiro, pela dedicada companhia nas manhãs de pesquisa na Biblioteca da Escola Superior de Educação de Lisboa|ESELX.

Aos funcionários do Ministério de Educação e da Biblioteca Nacional de Portugal pelo compromisso com a organização e conservação dos acervos, bem como com a memória coletiva.

Às professoras Ilza Brilhante, Maria Arisneide de Moraes, Maria Arisnete Câmara de Moraes, pela gentileza na concessão de entrevistas, informações, documentos e fotografias de seus acervos particulares, os quais foram de grande valia para esta pesquisa.

Aos pesquisadores e amigos vinculados ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero, com quais, desde 2004, partilhei meu percurso acadêmico e profissional: Charliton Ma-

chado, Edna Rangel, Euclides Teixeira Neto, Isabel Cristine Machado, Jomar Ricardo da Silva, Karoline Louise da Silva, Manoel Pereira da Rocha Neto, Maria da Conceição Silva, Rossana Pinheiro, Sara Raphaela Amorim.

Às amigas: Ana Luisa Castro, Janaína Silva, Rosângela Ribeiro, Amanda Emerenciano, Franselma Figueiredo, Kílza Viveiros, Maria da Paz Cavalcante, Maria da Guia (Nina), Olívia Medeiros Neta, Sandra Silva, bem como as amigas portuguesas Filipa Pinto, Inês Felix e Lénia Pedro, com as quais partilho ideias e sorrisos.

Ao casal amigo Cristóvão Pereira e Anete Dantas, que me adotaram como filha em Lisboa.

Aos meus familiares minha gratidão, em particular, aos meus pais, minha irmã e seu esposo, minha sobrinha, Mariana, e minha sogra, Maria José.

Ao meu esposo, Alanderson Nascimento, pelo carinho, compreensão e companheirismo. Gratidão pelo maior presente que poderia me dar: nosso filho Lucas Miguel.

SUMÁRIO

Agradecimentos 6

Prefácio 10

Apresentação 12

Um espaço de formação do professor primário 16

A Escola Normal Primária de Lisboa e de Natal:
encontros 16

A Escola Normal de Natal 86

Magistério Primário em Natal 111

Particularidades da Escola Normal de Natal 128

Programas de Ensino da Escola Normal 128

Mulheres no magistério 166

Francisca Nolasco Fernandes 168

Crisan Siminéa 175

Maria Arisneide de Moraes 180

Considerações 193

Referências 198

PREFÁCIO

A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971) é o título do livro entregue à comunidade de leitores. Pesquisadora séria e competente, a autora sempre foi destaque nos estudos, em busca de novos conhecimentos, inclusive durante o período da iniciação científica.

Com sua maneira irrequieta de ser, não hesita diante das dificuldades em desenvolver um tema sobre a Escola Normal de Natal e o seu contexto histórico. E assim, vai em busca de seu objeto de pesquisa, tanto no Brasil quanto em Portugal. É uma pesquisadora incansável e decidida.

Trata-se de um livro que se insere na temática da história das instituições escolares e da formação de professores e investiga o percurso da Escola Normal de Natal na preparação de professores primários. O tema é bem fundamentado e percorre caminhos que deixam à mostra a exaustão do material coletado.

Todo esse esforço é recompensado, uma vez que evidencia o resultado da análise de diversificados documentos. Oferece, assim, ao público, uma obra inteira e imprescindível acerca da história da Escola Normal de Natal.

O livro é dividido em capítulos sequenciados, os quais versam sobre a constituição do objeto de estudo, a análise do espaço de formação de professores (a Escola Normal de Natal e de Lisboa), com suas particu-

laridades, e o próprio programa de ensino, com ênfase nas mulheres que exerciam o magistério.

Tudo isso é para afirmar que sua autora ganhou o status de pesquisadora abalizada para escrever sobre o tema em questão. Este livro é o coroamento de tudo isso.

Natal, 22 de agosto de 2017.

Doutora Maria Arisnete Câmara de Moraes
Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Membro da Academia Macaibense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

APRESENTAÇÃO

Este livro evidencia o tema da história da formação de professores através do estudo acerca da Escola Normal de Natal, desde sua reabertura, em 1908, até 1971, quando a instituição foi extinta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971).

Esta pesquisa esteve vinculada ao Grupo de Pesquisa História da Educação e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na linha de pesquisa História da Educação, Práticas Socioeducativas e Usos da Linguagem (PPGED) e ao Projeto História da Leitura e da Escrita no Rio Grande do Norte – presença de professoras (1910-1940), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do qual ela se configurou como tese, nas interlocuções com os pesquisadores que constituem o grupo.

Realizamos também o estágio doutoral, desenvolvido no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (UL), em Portugal, durante o primeiro semestre letivo de 2012, com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Estivemos durante seis meses sob a orientação do professor doutor Joaquim Pintassilgo e frequentamos as aulas ministradas pelo professor catedrático em História da Educação, Justino Magalhães, oferecidas aos alunos do curso de doutorado. Realizamos seminários

doutorais, participamos de eventos acadêmicos e pesquisamos em instituições como a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), a Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELX) e o Ministério de Educação de Portugal. Essa experiência enriqueceu ainda mais o trabalho ora apresentado, possibilitando nossa inserção em outros grupos de pesquisa em História da Educação. Para tanto, propomos como objeto de investigação do plano de trabalho, o estudo comparado entre a Escola Normal de Lisboa e a de Natal, entre 1862 e a década de 1920. Todavia, optamos por comparar a gênese do processo de instalação das instituições de ensino. Desse modo, construímos um capítulo para este trabalho a fim de evidenciarmos aproximações e distanciamentos entre os estabelecimentos de ensino, os quais surgiram do mesmo substrato histórico.

O capítulo “Um espaço de formação do professor primário” trata sobre a criação e constituição das escolas normais ao discutir as aberturas e intermitências de funcionamento dos estabelecimentos de formação de professores no Brasil e em Portugal, tendo o século XIX como momento fundante. Nesse capítulo, assinalamos a interlocução entre a Escola Normal Primária de Lisboa e a de Natal, considerando como eixo de comparação a gênese dos estabelecimentos, a fim de percebermos as relações implicadas na apropriação de uma forma escolar própria.

No subcapítulo intitulado “A Escola Normal Primária de Lisboa e de Natal: encontros”, apresentamos os discursos e relações entre as instituições. Abordamos

as ações formativas, prescrições de saberes morais e científicos, como também os diálogos sobre higiene escolar, postulados por professores, médicos higienistas e dirigentes da educação. O objetivo foi discutir as semelhanças e as dissonâncias de sentidos construídos para as escolas normais nos dois países.

Em “A Escola Normal de Natal”, particularizamos a história da instituição educativa a partir das propostas de implantação de um instituto profissional, dos decretos de aberturas e intermitências de funcionamento do estabelecimento de ensino, o qual, posteriormente, se consolidou na formação do professor primário no Rio Grande do Norte. Evidenciamos os primeiros diplomados, aspectos sobre sua profissionalização enquanto egressos do Curso Normal, a participação em associações e a atuação em escolas elementares. Além disso, acentuamos o ingresso no quadro docente da Escola Normal, os primeiros professores e diretores da instituição, assim como outros elementos da história da formação docente. Em seguida, utilizamos registros de crônicas e artigos em jornais, com os quais abordamos o “Magistério primário em Natal”, demonstrando as estreitas relações entre educação e sociedade nas quais se movimentavam os professores. Os aspectos da educação escolar norte-rio-grandense foram configurados a partir das interdependências que constituem o contexto em que se circunscreve este estudo.

O capítulo “Particularidades da Escola Normal de Natal” ressalta os aspectos formativos da instituição e, ainda, o percurso profissional de professoras que atua-

ram na Escola Normal de Natal em períodos significativos de transição. O subcapítulo “Programas de ensino da Escola Normal” analisa a evolução do corpo de conhecimentos que estava na composição do ensino destinado à formação docente. Inicialmente, na abertura da Escola Normal, em 1908, o estado tinha autonomia para propor os elementos de estudo no curso normal. Na década de 1940, o curso passou a ser conduzido por legislação federal, que regia e propunha o corpo de conhecimento destinado a formação dos mestres primários. “Mulheres no magistério” traz a relevância das direções femininas na Escola Normal de Natal, sendo a primeira diretora da referida instituição, a professora Francisca Nolasco Fernandes, que assumiu o cargo em 1952. Ressaltamos, ainda, a atuação no magistério e na gestão do estabelecimento de ensino em análise das professoras Crisan Siminéa e Maria Arisneide de Moraes, em um período importante na história da formação docente, momento de reorganização do modelo institucional de preparo para o magistério.

I

UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO

A Escola Normal Primária de Lisboa e de Natal: encontros

Instituída no segundo reinado, especificamente em 1873, a Escola Normal de Natal, assim como em diversas matrizes experimentadas na formação docente no Brasil, teve influências francesa, alemã e norte-americana. Embora as conjunturas sejam diversas, no aspecto histórico, posto que existiram três tentativas de instalação desse estabelecimento de ensino até sua institucionalização, a partir de 1908, o que permeia sua história é a necessidade de instrumentalizar o magistério potiguar.

Aquino (2007) acentua que a instituição se constituiu em um espaço inovador e de referência para a formação docente, especialmente de mulheres, por diferentes gerações. Isso porque seu caráter modelar e as constantes mudanças didático-pedagógicas que ocorriam no cenário nacional logo eram assimiladas.

Além disso, a Escola Normal do Rio Grande do Norte, assim como outras escolas do Brasil e de outros países, tornou-se um lugar generificado, um lugar social que é constituído e constituinte dos gêneros. Um espaço no qual as práticas realizadas convergiam para a construção de significados baseados nas diferenças sexuais (Ibidem, p. 29). À medida que formavam, também informavam, conforme Louro (1997, p. 455), “uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizadas para a produção dessas mulheres professoras”.

Os mestres e as mestras da Escola Normal caracterizaram-se pela credibilidade e seriedade do trabalho realizado. Esses atributos fizeram da instituição uma referência na formação docente.

As tentativas de estabelecer uma instituição para a formação docente em Natal fazem-nos voltar às leis que gestaram a eclosão do movimento de implantação da Escola Normal. Sabemos que as questões pedagógicas começam a se articular às transformações da sociedade brasileira após a Independência, em 1822, momento em que o preparo dos professores se articulava aos projetos de educação popular. Os dispositivos da Lei das Escolas de Primeiras Letras (BRASIL, 1827) criam instituições em vilas, cidades e lugares populosos e sugerem que os professores deveriam se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas. “Os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino (o ensino mútuo), irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados” (Ibidem, p. 71-72).

O Ato Adicional de 1834, por seu turno, determinava que a educação primária era responsabilidade das províncias. Esse dispositivo dava autonomia às províncias no fomentar e legislar sobre a educação, que tenderam a adotar, para formação dos professores, a via que vinha sendo seguida nos países europeus: a criação de escolas normais. Entretanto, quais eram os embates entre as normas emanadas do poder central e os ditames locais? A Lei nº 37, de 11 de novembro de 1839 (RIO GRANDE DO NORTE, 1839), assinalava para os esforços em implantar uma instituição de formação docente sob o argumento de que não havia no Rio Grande do Norte formas de ensino condizentes com as necessidades das crianças. No entanto, somente em 1862 foi estabelecida uma Escola Prático Modelo, pela Lei nº 529, de 28 de abril, no Atheneu Norte-Rio-Grandense, fato que acentuava essa necessidade.

A efetiva implantação de um estabelecimento de ensino específico para o aprimoramento docente ocorreu somente em 1873, nas instalações do Atheneu. Nesse momento, foi instalada a primeira Escola Normal de Natal. Segundo Kulesza (1998), o ensino normal tinha referência, em seu início, nas províncias, nos Liceus e no Atheneu, logo, estavam ligadas à formação secundária. Além das instalações, havia o empréstimo de professores e dos regulamentos para as escolas normais.

No século XIX, um dos principais argumentos para a instalação das escolas normais, segundo o senador Antônio de Almeida Oliveira (2003, p. 213), era que essas instituições eram fontes de estudos teóricos e práticos,

uma vez que “ao mesmo tempo que ministra o ensino experimenta o gosto do aluno, desenvolve-lhe a vocação e forma-lhe o caráter nos predicados, que devem coroar o exercício da pedagogia”. Além disso, países ditos civilizados, como França, Suíça, Prússia, Itália, Áustria, Inglaterra, Suécia, Espanha, Estados Unidos, Confederação Argentina e Chile, tinham muitas escolas e as aperfeiçoavam. Incitava: “fundemos, pois, escolas normais como elas devem ser, ou sejamos mais cautelosos e prudentes nas novas tentativas, e estou certo de que ninguém terá senão motivos para louvar a ideia” (Ibidem, p. 214).

Na opinião do mesmo autor, deveriam existir escolas normais ambos os sexos, como em diversos países naquele momento, como, por exemplo, Itália, Prússia, França e Estados Unidos. No Brasil, essas instituições existiam em províncias como Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Contudo, havia uma resistência à coeducação nos cursos normais, sob o argumento de que isso propiciaria a promiscuidade entre os sexos. A Escola Normal da Bahia era motivo de preocupação aos dirigentes políticos e educacionais, os quais consideravam inconveniente a convivência de alunos e alunas no mesmo prédio, compartilhando as mesmas lições. Todavia, a escola funcionou em seus primeiros vinte anos com a convivência entre alunos (ROCHA, 2008). A separação dos sexos era defendida. A coeducação, no século XIX, era considerada pela sociedade uma questão perigosa do ponto de vista moral.

Se a frequência à Escola Normal era tida como prejudicial à mulher, ocupar cargos de decisão não era

aconselhado para as moças, pois era considerado incompatível com sua condição. Difundia-se a ideia de que as aulas podiam ser regidas por homens ou mulheres, mas a direção do estabelecimento deveria ser confiada a um homem. Defendia-se que esse cargo era mais próprio do homem que da mulher, além disso, à mulher faltava a energia e a gravidade demandadas pelo emprego, que exigiriam uma atividade, se não impossível, extremamente difícil para o sexo fraco (OLIVEIRA, 2003, p. 215).

Essa afirmativa explica o fato de a professora Francisca Nolasco Fernandes – conhecida por D. Chicuta –, somente na década de 1950, ter sido a primeira diretora da Escola Normal de Natal depois de diversas gestões masculinas (MORAIS, Maria Arisnete, 2006, p. 65). Com influências francesas, alemãs e norte-americanas, as escolas normais foram criadas para atender aos meninos e, aos poucos, passaram a receber as meninas que buscavam instrução. Ao longo dos tempos, as instituições formadoras de docentes primários foram recebendo mais moças em suas salas. A Escola Normal de Natal, por exemplo, desde a reabertura, em 1908, revelou-se uma escola para a formação de mulheres professoras. O número de rapazes que procuravam a profissão docente era diminuto quando comparado ao número de moças que ocupavam os bancos escolares.

A institucionalização da profissão docente estava relacionada ao momento em que os professores passaram a ser um corpo de funcionários responsáveis por desenvolver a tarefa de transmissão de conhecimentos.

O curso normal legitimava um corpo de conhecimentos adquirido pelo aluno que, após a diplomação, adquiriria o status de profissional.

Nem porque o candidato ao magistério tenha adquirido em outra parte os mesmos conhecimentos que se adquirem na escola normal, segue-se que esteja dispensado de passar por ela. A razão é que, como já fiz ver, na palavra habilitação não se compreendem só os conhecimentos indispensáveis ao ofício de professor: compreende-se também o reconhecimento da vocação e o exercício prático magistério. Assim, quem não precisa da escola normal para adquirir a instrução que ela propaga, precisa para experimentar sua vocação e exercitar-se na prática dos seus conhecimentos, o que é de igual importância e noutra parte se não pode fazer (OLIVEIRA, 2003, p. 216).

Cada vez mais a atividade de lecionar solicitava a habilitação do professor por uma instituição reconhecida. Diplomados, os profissionais poderiam ocupar os cargos públicos e delinear as características da profissão. Observamos que, aliado a essa necessidade, o projeto pedagógico unia-se ao projeto de Estado, o qual

mantinha sua centralidade na formação de professores. Segundo Nóvoa (1991), as escolas normais foram responsáveis por uma mutação sociológica sem precedentes, uma vez que tornaram possível constituir um corpo de funcionários públicos treinados para exercer funções que antes eram monopólio do campo religioso ou de mestres despreparados que, em geral, exerciam o magistério como uma ocupação secundária.

As escolas normais foram responsáveis pelo estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional. A titulação permitia aos professores o ingresso no magistério. “Os professores das escolas normais devem ser nomeados em concurso dentre os professores do 3º grau do ensino inferior. Enquanto, porém, não tivermos este pessoal, pode o concurso ser franco a quaisquer cidadãos” (OLIVEIRA, 2003, p. 217). Em 1874 existia no Brasil dez escolas normais. De acordo com Oliveira (Ibidem), a falta de instituições desse tipo, nas províncias, podia ser atribuída à exiguidade de recursos e à incúria de seus legisladores. Todavia, o autor ainda apontava que o fechamento das escolas normais, por mais das vezes, devia-se ao fato de serem mal montadas e dirigidas. Conclusivamente à sua argumentação, sustentava:

se as escolas [normais] se destinavam a ensinar, deviam primeiro aprender. Ora, se não aprenderam, se se fundaram e dirigiram a esmo, era natural que não pudessem arcar com os de-

feitos da organização, e que esta por fim determinasse a sua ruína. Fundemos, pois escolas normais como elas devem ser, ou sejamos mais cautelosos e prudentes nas novas tentativas (Ibidem, p. 214).

A existência de escolas-modelo era uma necessidade que se impunha, uma vez que oportunizaria a experimentação pelos alunos-mestres. Era difundida a ideia que ao lado de cada Escola Normal deveria existir uma escola pública anexa. Com o objetivo de “poderem ali os alunos normalistas como adjunto do professor exercitar-se na profissão a que se destinavam e fazer prova da sua capacidade como da sua vocação e paciência para o magistério” (Ibidem, p. 214).

Após a Proclamação da República, o projeto elaborado por Rangel Pestana foi consubstanciado no Decreto nº 27, de 12 de março de 1890, que reformou a Escola Normal de São Paulo, sob a direção de Antonio Caetano de Campos, e criou as escolas-modelo (SÃO PAULO, 1890). Essas eram classes primárias anexas à Escola Normal, com o objetivo de aprimorar a formação de professores, desenvolvendo, desse modo, um padrão de ensino para nortear as escolas primárias. Era o local apropriado para a prática dos alunos-mestres.

A reforma paulista da Escola Normal iniciou um período de implantação e expansão do padrão das escolas normais tendo como anexo a escola-modelo. A Escola Normal, essencialmente feminina, dotada de escolas

anexas destinadas à experimentação prática pedagógica do alunado, que desencadearam a profissionalização docente, presente em diversos estados do território brasileiro, entre eles, Paraíba e São Paulo, só esteve presente no Rio Grande do Norte no início do século XX.

Em meados do século XIX, foram criadas as primeiras escolas normais do país para a formação de docentes. Na província do Rio de Janeiro, foi instituída em Niterói, em 1835, a primeira Escola Normal do Brasil. Essa tendência foi seguida por diversas províncias, na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Essas escolas, no entanto, tiveram existência intermitente. Foram fechadas e reabertas periodicamente.

Na história da educação, um capítulo importante descortina-se para os estudos comparados. Análises sobre as realidades educacionais de Portugal e Brasil permitem considerar o que ocorreu, na área da educação, entre ambos. Com o objetivo de estabelecer uma análise comparativa entre duas instituições de formação de professores, aproximações e distanciamentos, constituímos interlocução com a Escola Normal de Natal e com a Escola Normal Primária de Lisboa. O intuito era compreendermos a gênese, a implantação e a consolidação dessas instituições educativas, criadas no âmbito do movimento mundial de produção de uma forma escolar própria para a formação do magistério e de um

complexo sistema de ensino estatal. Todavia, evidenciamos a gênese como o eixo da comparação.

No que concerne à Escola Normal Primária de Lisboa, o Decreto de 1º de agosto de 1835 propunha a reorganização da Instrução Primária em Portugal e evidenciou o desejo de instituir duas escolas normais, uma em Lisboa e uma na cidade do Porto. De modo semelhante, o Decreto de 7 de setembro do mesmo ano instituiu uma Escola Normal em cada distrito administrativo. Todavia, eles não se efetivaram.

Quadro 1 – Programas de ensino da Escola Normal Primária de Lisboa (1863-1920)

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 1	Regulamento da Escola Normal Primária para o Sexo Feminino (Carta de 9 de julho de 1863), Ministério dos Negócios do Reino – Curso Normal (três anos)	Quatorze matérias: I. Leitura e Recitação; II. Escrita; III. Gramática Portuguesa; Exercícios de Redação; IV. Aritmética Elementar, compreendendo as proporções e a sua aplicação aos usos da vida, sistema legal de pesos e medidas; V. Noções de Geografia Geral, geografia particular de Portugal e suas possessões; VI. Noções de História Universal, História Pátria; VII. Doutrina Cristã: elementos da História Sagrada do Antigo e Novo Testamento; VIII. Desenho linear e suas aplicações mais úteis na vida comum; IX. Pedagogia prática; Deveres da Mestra Primária e suas Relações com o Estado; X. Educação Física, Preceitos Higiênicos; XI. Tradução da Língua Francesa; XII. Canto; XIII. Lavoros Próprios do Sexo Feminino; XIV. Preceitos e Exercícios de Economia Doméstica.

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 2	Reforma do Ensino Primário (Decreto nº 8, de 24 de dezembro de 1901, e nº 1 e nº 2, de 19 de setembro de 1902), Direção Geral da Instrução Pública – Curso Normal (três anos)	Onze matérias: I. Língua e literatura portuguesa; II. Língua francesa; III. Aritmética Prática e Geometria Elementar, Noções de Escrituração Comercial e Agrícola; IV. Moral e Doutrina Cristã; Direitos e Deveres dos Cidadãos; e, para o sexo feminino, Economia Doméstica; V. Cronologia, Geografia e História, com especialidade a de Portugal; VI. Caligrafia, Desenho Linear e de Ornato; Cópia de Mapas; VII. Elementos de Ciências Naturais e suas aplicações à Agricultura e à Higiene; Noções de Agricultura Prática; VIII. Pedagogia e, em especial, Metodologia do Ensino Primário. Legislação da Escola Primária Portuguesa; IX. Ginástica; X. Música; XI. Para os alunos do sexo feminino: trabalhos de agulha e lavo- res.
Programa 3	Programas e Horários para o Ensino Normal (Decretos de 18 de outubro, 27 de novembro e 4 de dezembro de 1902), Conselho Superior de Instrução Pública – Curso Normal (três anos)	Dez matérias: I. Língua e Literatura Portuguesa; II. Língua Francesa; III. Aritmética Prática e Geometria Elementar; Noções de Escrituração Comercial e Agrícola; IV. Moral e Doutrina Cristã; Direitos e Deveres dos Cidadãos; Economia Doméstica; V. Geografia e Cronologia, História; VI. Caligrafia, Desenho Linear e de Ornato, Cópia de Mapas; VII. Elementos de Ciências Naturais e suas aplicações à agricultura e à higiene; Noções de Agricultura Prática; VIII. Pedagogia e, em especial, Metodologia do Ensino Primário; Legislação da Escola Primária Portuguesa; IX. Ginástica; X. Trabalhos de Agulha.

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 4	Programas para os Exames de Admissão (Decreto 6: 203, de 7 de novembro de 1919), Ministério da Instrução Pública– Curso Normal (três anos)	Onze matérias: I. Leitura e Gramática Portuguesa, interpretação do texto e redação; II. Língua Francesa: leitura, tradução e composição; III. História Universal e Pátria; IV. Geografia Geral e Corografia de Portugal; V. Aritmética, Geometria e Álgebra Elementar; VI. Desenho Linear e de Ornato; VII. Elementos de Física; VIII. Elementos de Química; IX. Rudimentos de Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia; X. Experiências de Química; XI. Experiências de Física.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações contidas em Programas e Horários, Exames de Admissão e Regulamentos da Escola Normal Primária de Lisboa (1863-1920).

Em 1844, o Decreto de 20 de setembro, operacionalizou a Reforma da Instrução “Costa Cabral”, que autorizou a criação das escolas normais para a habilitação de professores primários. Os cursos tinham duração de um ano (1º grau) e de dois anos (2º grau). Essa reforma também autorizou a abertura imediata das escolas normais de Lisboa e do Porto.

Um decreto de 24 de dezembro do mesmo ano aprovou o regulamento para a Escola Normal Primária para o Sexo Masculino no Distrito de Lisboa, na qual, deveria ser ministrada a matéria que veiculasse os elementos de pedagogia. Para cumprir essa finalidade, o referido documento apresenta a matéria que se intitulava *Notícia dos métodos de ensino e de legislação respectiva à instrução primária*. (PORTUGAL, 1845, p. 4).

Um edifício foi construído para abrigar a instituição em Belém, o diretor e os professores foram nomeados, mas a escola não funcionou. Apesar disso, foi a primeira vez em Portugal que se fez menção ao ensino de pedagogia (GOMES, 1998, p. 199). Em 1860, o Decreto de 4 de dezembro, considerando a necessidade do funcionamento da Escola Normal, aprovou o Regulamento no qual constava que o plano de estudos compreendia, além de diversas outras, a matéria Pedagogia Prática e Legislação e Administração do Ensino.

Em Lisboa, porém, somente em 21 de abril de 1862 foi inaugurada a Escola Normal Primária. Instalada no Palácio dos Marqueses de Abrantes, em Marvila, funcionava em regime de internato e era exclusivamente masculina. Esteve sob a direção do professor Luiz Filipe Leite, desde sua fundação até 1872, quando o referido professor foi demitido.

No que concerne ao programa de formação dos professores primários portugueses, pela proposta de Regulamento da Escola Normal Feminina do Distrito de Lisboa, em 1863, aprovada no governo Anselmo Braamcamp, o programa do Curso Normal Primário evidenciava princípios de especialização com a inclusão de disciplinas pedagógicas. Compreendiam o plano de ensino matérias como pedagogia prática, deveres da mestra primária e suas relações com o estado, educação física, preceitos higiênicos, preceitos e exercícios de economia doméstica (PORTUGAL, 1863, p. 5-6).

Eram elementos centrais da formação oferecida pela instituição o ensino da agricultura e a implemen-

tação de atividades culturais – por exemplo, uma biblioteca dominical para os operários. O preparo conferido pela escola visava a um ensino predominantemente profissional baseado em preceitos pedagógicos, aliando a dimensão teórica a uma aprendizagem prática. A instituição funcionou no referido palácio até 1881.

A Relação dos Indivíduos Matriculados na Escola Normal desde 1862 a 1866 e seus destinos (RELAÇÃO..., 1867) registra a situação dos mestres egressos da instituição de formação de professores em Lisboa. Após a diplomação, poucos foram os professores que tiveram o magistério como carreira profissional. Ocuparam-se em atividades diversas, em diferentes repartições, a exemplo do Correio Geral, Caminho de Ferro, bem como na telegrafia e no comércio.

Atuavam como professores públicos municipais, nas cadeiras de Instrução Primária, Escola Infantil, Gramática e Língua Francesa, e em instituições como Colégio Europeu, Escola Academia, Escola Anexa ou Casa Pia. O documento registra que até então somente o mestre Felipe Antônio Jorge exerceu a função de Diretor na Escola Real de Mafra, em Mafra.

Em 1866, a iniciativa de institucionalização da formação docente em Portugal foi seguida do estabelecimento de uma escola congênere, incumbida de preparar o magistério feminino. O Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção, situado no Calvário, em Lisboa, foi considerado adequado para o funcionamento da Escola Normal Primária para o

sexo feminino por suas boas condições prediais. O estabelecimento de ensino destinado à formação de professores passou a funcionar no ano letivo 1866-1867.

No que diz respeito ao programa de ensino, o processo de inclusão de matérias de domínio pedagógico em detrimento das de aspecto científico e literário foi lento também em Portugal. De acordo com Gomes (1998, p. 198), João de Andrade Corvo, na Câmara dos Deputados, em 1866, afirmava a necessidade de educar os normalistas em uma escola organizada com todos os elementos indispensáveis para ensinar e ensinar bem. “É preciso que nos convençamos que, para educar mestres, não basta expor princípios de ciência, é preciso ensinar, ensinar Pedagogia”.

Em 1869, a Escola Normal Primária de Lisboa em Marvila foi fechada para fins de remodelação e foi instalada a Escola Normal Masculina no Palácio de Condes de Murça, em Santos (Decreto de 14 de dezembro), no qual permaneceu até 1914. Em 18 de março de 1870 foram publicados os programas para os exames de ingresso no magistério primário, nos quais constavam, entre outras matérias: leitura; gramática; aritmética; história sagrada; doutrina cristã; geografia; história; e pedagogia.

Nesse mesmo momento, tem início a produção de manuais de pedagogia, dos quais são exemplo o de João Maria Graça Afreixo e Henrique Freire (1870) e o de Antônio Francisco Moreira de Sá (1873), acerca dos quais trataremos neste trabalho. Registramos que o primeiro professor de pedagogia foi Luís Filipe

Leite, também primeiro diretor da Escola Normal em Marvila.

A reforma do ensino de 1878-1881 orientou as ações educativas, em fins dos oitocentos, em Portugal, marcadas pela expansão do Ensino Normal e, por conseguinte, pelo aumento do número de mestres primários. Nesse período, as duas escolas de Lisboa sentem a “crise de crescimento” (NÓVOA, 1987b, p. 462). Também são marcas dessa época a falta de recursos, escândalos de natureza moral, conflitos entre docentes e comportamentos considerados inadequados por parte dos alunos. De acordo com Mogarro e Zaia (2009, p. 44), simultaneamente realça-se o caráter profissional do ensino ministrado e o reforço da pedagogia, defendendo-se a aliança entre a teoria e a prática.

Quanto ao ensino, o Decreto de 28 de julho de 1881 aprovou o Regulamento, para a execução das Leis de 2 de maio de 1878 e de 11 de junho de 1880, com as matérias ensinadas nas escolas normais, das quais faziam parte pedagogia, metodologia e legislação relativas às escolas primárias.

No que se refere à instituição brasileira, também foram apresentadas sucessivas propostas de criação de uma Escola Normal em Natal, destinada à formação de candidatos ao magistério, a qual seria instalada no Atheneu Norte-Rio-Grandense – Lei nº 37, de 11 de novembro de 1839 (RIO GRANDE DO NORTE, 1939); Lei nº 529, de 28 de abril de 1862 (Idem, 2004). Entretanto, essas propostas não lograram o êxito que se esperava.

A Lei nº 671, de 5 de agosto de 1873 (LIMA, 1927b), marcou a primeira tentativa de funcionamento da Escola Normal de Natal. Instalada no prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense com o mesmo quadro docente da citada instituição, passou a funcionar em 1º de março de 1874, com matrícula inicial de vinte alunos. Funcionava em regime de externato e era exclusivamente masculina. Diplomou três docentes. Foi extinta pelo Decreto nº 809, de 19 de novembro de 1877 (Ibidem), por não corresponder aos fins que levaram à sua abertura.

A segunda tentativa de funcionamento de uma Escola Normal ocorreu a partir da expedição do Decreto nº 13, de 8 de fevereiro de 1890 (Ibidem), na administração de Adolfo Afonso da Silva Gordo. Todavia, ela foi “natimorta”, uma vez que Silva Gordo não permaneceu no cargo de presidente da província.

No período republicano, durante o Governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, foi expedido o Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892 (Ibidem), que autorizou o terceiro funcionamento da Escola Normal em Natal. Entretanto, a escola começou a funcionar somente em 1897, diplomando cinco professores até 1901.

A Reforma do Ensino Primário, Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907 (RIO GRANDE DO NORTE, 1909d), reorganizou a instrução pública do Rio Grande do Norte. O Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 (Idem, 1909b), reabriu a instituição em estudo para o preparo de professores de ambos os sexos, restabeleceu a Dire-

toria Geral de Instrução Pública – extinta em 1900 – e criou uma rede de Grupos Escolares.

O Decreto 174, de 5 de março de 1908 (Idem, 1909a), autorizou a construção do prédio no qual foi instalado o Grupo Escolar Augusto Severo, primeiro do gênero no estado, nos moldes dos de São Paulo. Desde sua criação essa escola primária servia à prática dos mestres normalistas. Esse caráter foi reconhecido pelo Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909 (Idem, 1909c), que o elevou a instituição modelar para as demais escolas primárias¹.

A Escola Normal de Natal funcionou nas dependências do Atheneu até o segundo semestre de 1910. No primeiro semestre letivo do ano seguinte, a escola foi instalada no moderno prédio do Grupo Escolar Modelo, projetado pelo arquiteto Herculano Ramos, conforme as prescrições da Diretoria Geral da Instrução Pública e os princípios da pedagogia moderna.

A instalação do curso de formação para o magistério primário em Lisboa e em Natal ocorreu em um lento processo, marcado por intermitências no funcionamento em ambas as instituições.

As reformas de ensino evidenciam as propostas educativas para a institucionalização da profissão docente nos dois países. No início do século XX, as instituições em estudo continuaram a passar por modificações, conquanto mais significativas. Em Lisboa e

1 A Escola Modelo tinha a aceção advinda do aporte teórico-metodológico, nos moldes do “aprender a fazer, fazendo”, proposto por Comenius e Pestalozzi.

em Natal as escolas normais sofreram os influxos das organizações operadas no ensino primário e normal.

Em Portugal, a Reforma do Ensino Primário, aprovada pelo Decreto nº 8, de 24 de dezembro de 1901 – também denominada Reforma Hintze Ribeiro –, reorganizou a instrução primária e concedeu legitimidade ao Ensino Normal. O Regulamento de 19 de setembro de 1902 asseverava que o provimento das cadeiras do magistério primário seria feito por concurso documental, a que só poderiam concorrer os professores que tivessem obtido diploma de aprovação no Curso das Escolas Normais ou de habilitação para o magistério primário (REGULAMENTO, 1902, p. 136).

A Reforma de Antônio José de Almeida, Decreto de 29 de março de 1911 (RIO GRANDE DO NORTE, 1911a), remodelou o ensino primário e normal e implantou o regime de coeducação dos sexos, nas escolas normais, com externato somente, enquanto não houvesse a possibilidade de organizar o internato. Como decorrência desse dispositivo, no ano letivo de 1914-1915 a Escola Normal Primária Masculina de Lisboa foi transferida para as instalações do edifício do Calvário, ocorrendo a fusão das duas escolas normais primárias. Deu-se, assim, a efetiva implementação do regime de coeducação dos sexos, proposto pela reforma e uma das aspirações republicanas.

Os programas das matérias de natureza pedagógica, científica e literária foram aprovados pelo Decreto nº 2.213, de 10 de fevereiro de 1916. Nesse plano, verificamos a presença de matérias pedagógicas, como: história da instrução popular em Portugal, pedologia,

pedagogia geral e história da educação, metodologia e legislação do ensino primário.

A Reforma de Leonardo José Coimbra, instituída pelo Decreto nº 5/787-B Sup. 18, de 10 de maio de 1919, propôs um programa de ensino distinto para o Curso Normal Primário e recomendou que junto com as instituições de formação de professores funcionassem as escolas de ensino primário, necessárias à prática dos alunos-mestres diplomados na Escola Normal Primária.

Nesse mesmo período, a formação para o magistério era reconhecida e a educação, concebida enquanto o motor do desenvolvimento e progresso do país, com vistas a educar o novo cidadão. O símbolo do investimento na educação na ocasião foi a construção do majestoso prédio da Escola Normal Primária de Lisboa, em Benfica, que passou a funcionar com regulamento específico. Em Portugal, o Decreto nº 18.646, de 19 de julho de 1930, extinguiu as escolas normais primárias e instituiu, em sua substituição, as escolas do magistério primário.

No Rio Grande do Norte, a Lei nº 284, de 30 de novembro de 1909 (RIO GRANDE DO NORTE, 1909e), ratificou as modificações na instrução pública e estabeleceu o Código de Ensino em sucessivos decretos – Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910 (Idem, 1910); Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911 (Idem, 1911a); Decreto nº 359, de 22 de dezembro de 1913 (Idem, 1913). Esse dispositivo regulava o funcionamento do Ensino Primário e Normal e por suas dis-

posições, o Curso Normal, que era oferecido em três anos, passou a ser ministrado em quatro anos. Foram propostas outras medidas com a finalidade de aprimorar o magistério norte-rio-grandense – Lei nº 382, de 18 de novembro de 1915 (Idem, 1913). Entretanto, essas medidas somente foram consubstanciadas pela Reforma do Ensino, operacionalizada pela Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916 (Idem, 1917b), sancionada pelo então governador, Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920).

Como decorrência dessa ferramenta legal, o Regulamento da Escola Normal, Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917 (Idem, 1918b), conferiu à instituição a tarefa de habilitar o normalista a desempenhar, com o máximo comprometimento, vigor e profissionalismo e a missão de educar o povo para a vida em sociedade nos contextos urbano e rural. Por esse período, a instituição em análise era portadora de um *corpus* de conhecimento geral, científico e especializado.

Compunham uma formação propedêutica para o magistério, conhecimentos científicos, técnicos e fundamentos pedagógicos e morais. A formação profissional do educador era referenciada por um conjunto uniforme de saberes, repertórios, métodos e técnicas da pedagogia escolanovista em interação com a dinâmica organizacional dos Grupos Escolares. O preparo do mestre primário subentendia, sobretudo, uma correlação entre Ensino Normal e a educação escolar infantil.

A Lei de Reforma do Ensino de 1916 orientou a educação no Estado até a década de 1930. Determinou

os regulamentos da Escola Normal de Natal – Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917 (Ibidem) e Decreto nº 161, de 7 de janeiro de 1922 (Idem, 1922b) – e permitiu a criação do Departamento de Educação – Decreto nº 265, de 24 de março de 1925 (Idem, 1925c) – e o Conselho de Educação – Ato de 10 de março de 1925 (Idem, 1925a). Órgãos criados para organizar e fiscalizar a instituição escolar e o professor, através da criação de regimentos e medidas que regulavam a conduta moral e a prática docente. O Conselho de Educação era composto por comissões pedagógicas, legislativas e judiciárias, as quais visavam auxiliar na proposta de livros a serem adotados no ensino, na confecção de regimentos, editais de concursos e outros casos de caráter jurídico.

Em fins da década de 1920, as escolas normais primárias de Lisboa e de Natal estavam em pleno funcionamento. O Curso Normal ostentava um caráter de formação profissional – ao pautar-se em elementos peculiares das ciências da educação. A formação oferecida aos professores tornou-se cada vez mais especializada, legitimando a profissionalização do magistério primário.

As escolas normais primárias de Lisboa e de Natal, ambas em suas respectivas configurações, produziram por meio de seus agentes educativos práticas imbuídas do modelo pedagógico vigente que preconizava a introdução dos princípios da pedagogia moderna. Embora instaladas em continentes distintos, uma na Europa e outra na América do Sul, essas instituições partilha-

vam projetos e discursos que se entrelaçavam, evidenciando completa sintonia e circulação do pensamento pedagógico, desde fins dos oitocentos, especialmente, das ideias sobre educação gestadas na Europa.

Essa reciprocidade de ideias e práticas pode ser observada nos discursos de intelectuais, professores e dirigentes de instrução pública, mas, sobretudo, em livros escolares, regulamentos e periódicos, a exemplo da revista *Escolar*² (1925-1926) e da revista *Pedagogium* (1921-1925). São elementos que compuseram o cotidiano da configuração escolar em análise e contribuíram para a constituição de sua identidade. Souza (1998, p. 19) nos lembra que:

se é fato que a educação cumpre finalidades determinadas pela sociedade, não é menos verdade que os projetos, os discursos, as teorias pedagógicas materializam-se no cotidiano da escola; é nesse âmbito que a intercessão de subjetividades e práticas cadencia ritmos, ritualiza comportamentos, intercambia experiências, configura formas de agir, pensar e sentir e possibilita a identidade/diferenciação da escola no conjunto das instituições.

2 A revista *Escolar* era uma publicação mensal sobre educação e ensino e tinha como diretores Albano Ramalho, Heitor Passos e Joaquim Tomás, inspetores da Escola Primária em Portugal.

De acordo com Escolano (2001), a cultura escolar em suas dimensões empírica, prática ou material é produzida cotidianamente pelos docentes. Seja nos aspectos políticos ou normativos, os quais correspondem às regras que governam o funcionamento das escolas, seja no caráter científico ou pedagógico, elaborado para explicar ou propor modos de trabalho tipicamente escolares, a exemplo dos saberes veiculados pelos manuais. Nesse sentido, o entendimento das especificidades do modo de funcionamento das escolas normais em Lisboa e em Natal e do trabalho de seus professores, ganha relevância. São objetos de interesse, ainda, normas e ações a partir das quais são concebidos os conteúdos e comportamentos ensinados aos alunos. Normas essas analisadas considerando a categoria profissional dos agentes que deverão seguir as ordens e aprendizados que permitem a transmissão de saberes.

Constituem-se enquanto objetos de análises os componentes do modelo escolar – professores, alunos, instituição, método de ensino – e as concepções pedagógicas que produziram e fizeram circular saberes sobre o ofício de ensinar, tomando-os como temas a serem explicados durante as aulas nas escolas normais. É tema central desta reflexão a tríade escola, saberes pedagógicos e livros, implicada na construção histórica e social da cultura escolar (JULIA, 2001).

No início do século XX, os educadores estavam preocupados com a organização das escolas, bem como com as perspectivas de trabalho dos egressos da escola

elementar, tendo em vista o progresso das nações. No Rio Grande do Norte, esse período foi marcado pela tentativa de organização do Ensino Primário. O Diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, Francisco Pinto de Abreu, em seu Relatório Anual da Instrução Pública (RIO GRANDE DO NORTE, 1906b), apresentado ao governador Augusto Tavares de Lyra (1904-1906), apontava a situação em que se encontrava o ensino. Chamava atenção particular para a instrução primária, em que as poucas escolas existentes se encontravam desprovidas de material, não satisfazendo às necessidades da população, se extinguindo pela falta de estímulos do magistério mal remunerado e desprotegido, assim como pelo relaxamento da fiscalização.

O diretor da Instrução Pública considerava um dever urgente a Reforma do Ensino Primário, uma vez que a instrução primária, a seu ver, era

indispensável a todas as classes sociais; é a base necessária à secundária, como esta ao ensino superior. E ela é quem habilita a bem viver, ao desempenho das funções de cidadão, por modesto que seja seu posto no largo campo de concorrência vital (Ibidem).

Nesse relatório, o referido professor apresentava uma proposta de organização que pretendia formar cidadãos aptos para lidarem com as novas formas de

trabalho exigidas pela sociedade republicana que começava a se articular. O objetivo era preparar os cidadãos para a nova fase de reconstrução econômica prometida pelas associações progressistas e pelo governo. Na grande luta moderna, só a instrução elementar pode diminuir o número dos miseráveis, dos fracos, engendrando novas armas de trabalho. O povo precisa saber ler, para utilizar seu esforço, provendo com facilidade a substância, produzindo muito mais e melhor (Ibidem).

O relator do ensino assinalava para a necessidade da instrução primária, que seria orientada por um sistema racional e prático, para se assimilar os preceitos novos da arte. Propunha que o país se aparelhasse para a luta na concorrência industrial com outros países, caso contrário, perderia espaço para as grandes nações. Pela instrução se atingiria os estágios mais elevados da civilização, entendendo-se que a falta de instrução do povo era a causa da distância existente entre o Brasil e as demais nações civilizadas.

Era preciso ganhar autonomia para exercer a missão democrática no Brasil republicano, visando alcançar o ideário de formação de um cidadão apto ao trabalho capitalista e para participar da vida pública, para lidar com o governo, além disso, exercer de forma consciente o direito à liberdade. A difusão do ensino devia ser responsabilidade da União, do Estado e do Município, sem restrição de competência legal de nenhum deles, já que o ensino era incumbência dos poderes públicos.

De modo análogo, Adolfo Coelho afirmava, em Lisboa, a necessidade de fazer compreender às novas gerações “a natureza e a história, para torná-las aptas para o trabalho legítimo, para a verdade, para a justiça, segundo o qual este era um dos fins principais da educação” (COELHO, A., 1912, p. 10).

Todavia, as semelhanças não estavam ancoradas somente nas finalidades educativas pensadas por esses professores, posto que ambos propuseram a reorganização da educação pública em suas respectivas sociedades. O plano de instrução nacional traçado por Adolfo Coelho tinha por fim possibilitar uma educação em conformidade com os princípios por ele firmados. “Uma educação que faça deles homens, no sentido mais elevado da palavra” (Ibidem, p. 10).

Para tanto, foram delimitadas ações:

1^a O ensino público, em todos os seus ramos, deve ter em vista formar homens capazes de compreenderem os interesses gerais da humanidade e os especiais da nação portuguesa, de lhes subordinarem os interesses puramente individuais e de contribuírem pela sua ação, em qualquer domínio da actividade humana, para o bom funcionamento e progresso social.

2ª Para alcançar esse resultado, o ensino tem de se tornar educativo, e, portanto, de desenvolver nos indivíduos (consideradas as suas diferenças congênitas, e tendo sempre em conta as leis da euergasia somática) as capacidades ética, estética, intelectual e técnica.

3ª Os fundamentos de todo o sistema educativo devem ser procurados na história e na etnologia, na ética e na psicologia (Ibidem, p. 10-11).

Adolfo Coelho (Ibidem), assim como Francisco Pinto de Abreu no Relatório Anual da Instrução Pública (RIO GRANDE DO NORTE, 1906b), acentuava a necessidade de afinar os objetivos dos diferentes ramos de ensino a fim de tornar o cidadão português apto, tanto para o trabalho quanto para a participação na vida da sociedade. Para ele, a consecução desses fins seria possível pelo desenvolvimento das capacidades ética, estética, intelectual e técnica e por meio de um trabalho escolar ancorado em princípios da psicologia e da história.

Preocupava-se, ainda, com os pressupostos que o ensino popular, particularmente, o ensino primário deveria considerar:

a) substituir o enciclopedismo, que caracteriza os atuais programas, o ensino que é verdadeiramente típico e elementar (princípio do ensino típico e elementar);

b) dispor as partes do programa, tanto quanto possível, não por disciplinas que se sucedem por anos, em virtude de qualquer princípio de disposição externa ou de classificação, mas sim por partes que se relacionem mais ou menos intimamente, se esclareçam e completem (princípio da concentração);

c) fazer suceder esses grupos de elementos do conhecimento na ordem acomodada ao desenvolvimento psicológico dos alunos (princípio do desenvolvimento ontogênico), de acordo nos seus traços gerais com o desenvolvimento filogênico ou dos graus de cultura;

d) partir do ensino de cada parte (unidade didática) da intuição (tanto quanto possível), passar à reflexão e depois à aplicação (princípio dos graus formais) (COELHO, A., 1912, p. 12-13).

Coelho (Ibidem) teceu severas críticas ao enciclopedismo praticado na escola portuguesa à época, presente, sobretudo, nos programas de ensino. Propunha a integração de conhecimentos e seu ensino na escola por relações estabelecidas entre eles e não por sucessão classificatória, tendo em vista os princípios de desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Em Natal, a tentativa de aplicação de princípios de natureza semelhante pode ser observada nas recomendações da Diretoria Geral de Instrução Pública no *Regimento interno dos grupos escolares do estado* (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 5) para a escola elementar, que oferecia o ensino graduado: “Art. 4º – A instrução será proporcional ao desenvolvimento das faculdades do educando. Estimule-se criteriosamente esse desenvolvimento, a fim de que o aluno se apodere da verdade por meio de suas próprias investigações, livre de coação de qualquer natureza”.

Os mestres recebiam indicações para que se esforçassem a fim de “tornar o estudo agradável, preparando as lições, que devem ser variadas, concretas, concisas e acessíveis à inteligência infantil, terminando antes que os alunos apresentem sinais de fadiga” (Ibidem, p. 6).

As recomendações dos dirigentes norte-rio-grandenses estavam em consonância com as ideias difundidas pelo médico-higienista Sacadura (1906b, p. 5), que asseverava: “a pobre criança, desde que entra na sala de classe, executa exercícios sobre exercícios sem que se lhe conceda um momento de repouso; e muitas

vezes o professor ainda a sobrecarrega com a exigência de exercícios praticados em casa”. Para evitar a fadiga, eram adotados “rigorosamente os processos intuitivos, os quais consistem em apresentar materialmente ou pelo aspecto os objetos das lições”. De acordo com o *Regimento interno dos grupos escolares do estado* (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 6):

Art. 7º – Os sentidos são os caminhos naturais por onde conduzem-se as explicações dos mestres ao espírito dos alunos. Dentre os meios empregados para atingir esse fim, são as *lições de coisas* os que melhor resultado produzem, desenvolvendo na criança a faculdade de observação, preparando-a para refletir e ajuizar.

Em conformidade com os princípios das lições de coisas, assinalava que, para ser proveitoso, o ensino deveria ser concreto. O aluno não poderia ser obrigado a decorar mecânica ou inconscientemente as regras e os pressupostos estudados antes de conhecer os fatos particulares que eles resumiam, porque somente dessa maneira teria um desenvolvimento espontâneo.

Essas determinações sobre o ensino nos grupos escolares não foram alteradas pelo novo *Regimento Interno dos grupos escolares* (Idem, 1925b, p. 8), o qual afirmava:

Art. 10 – Nos Grupos Escolares dar-se-á a instrução infantil e elementar, e, onde for possível complementar, de acordo com os programas anexos, sem preferência de uma sobre as outras matérias; as lições serão, sobretudo, práticas e concretas; os professores as encaminharão de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento da faculdade de observação, empregando-se para isto processos intuitivos.

As recomendações prescritas para a escola norte-rio-grandense tinham por referência os postulados de Pestalozzi. Os princípios estabelecidos para as lições de coisas compreendiam:

cultivar as faculdades na ordem natural de seu desenvolvimento; começar por conseguinte pelos sentidos; não dizer nada à criança que ela pudesse descobrir por si mesma. Reduzir cada matéria a seus elementos mais simples. Explicar uma dificuldade de cada vez; seguir passo a passo a informação de acordo com o que a criança pudesse rece-

ber; atribuir a cada lição um objetivo determinado, imediato ou próximo; desenvolver a ideia e não a palavra; aperfeiçoar a linguagem; proceder do conhecido para o desconhecido; do simples para o composto; da síntese para a análise, seguindo não a ordem do sujeito mas a da natureza (SOUZA, 1998, p. 160).

Os princípios educativos para as escolas primárias estavam em sintonia, particularmente, com considerações sobre os fundamentos da psicologia e do desenvolvimento infantil. A utilização de métodos modernos pelas professoras na instrução pública elementar buscava atingir o desenvolvimento integral do educando.

Adolfo Coelho (1912, p. 41) concebia a educação enquanto sinônimo de adaptação. De acordo com o autor, diversos pedagogistas, sobretudo os norte-americanos, a exemplo Horn³, consideravam essa acepção. Porém, para ele adaptação não significava passividade. A definição de Horn (1904) considerava os aspectos biológico, fisiológico, sociológico, psicológico e filosófico. Essas eram suas acepções do ponto de vista biológico e filosófico:

a educação é adaptação (adjustment)

3 HORN, Herman Harrel. *The philosophy of education*. New York: [s.n.], 1904.

superior de um ser humano consciente ao seu meio (environment). [...] A educação é o processo eterno de adaptação superior a Deus, como se manifesta no meio intelectual, emotivo e volitivo do homem, deste ser, física e mentalmente, livre e cômico” (COELHO, A., 1912, p. 41).

O fim da educação foi um dos temas reiterados por Leonardo Coimbra (1883-1936) em *O problema da educação nacional* (COIMBRA, 1926), segundo ele, a educação em Portugal tinha por finalidade “a prosperidade e engrandecimento de uma nação, variando, pois, os métodos educativos com o ideal nacional”. E, também, o desenvolvimento da cultura nacional-humana.

Podemos, então, definir assim a educação: educar é cultivar as liberdades criadoras da cultura nacional-humana. Entendamo-nos: cultivar as liberdades e não fazê-las, porque estas são propriedade intrínseca do indivíduo psicossocial que é o homem; liberdades criadoras da cultura (Ibidem, p. 6-9).

Além das concepções e ideias sobre a educação e a pedagogia, um aspecto a ser considerado na análise da formação dos professores na Escola Normal, seja em

Lisboa ou em Natal, é a forma como o conhecimento pedagógico chegava aos mestres primários. Ressaltamos que o núcleo pedagógico da formação do normalista era composto por conhecimentos provenientes das matérias pedagogia, didática, metodologia e prática de ensino. Essas são áreas que responderam às interrogações postas pelo magistério, cujo desenvolvimento esteve profundamente relacionado com a construção da docência como profissão (NÓVOA, 1987a).

O estudo desse aspecto nos leva à afirmação de que os manuais de ensino eram utilizados por alunos da Escola Normal Primária no estudo das questões concernentes ao ofício de ensinar, especialmente, das matérias específicas. Conforme Vivian Batista da Silva (2007, p. 268), “enquanto um dos resultados das iniciativas que corporificam a escola e um lugar de elaboração de conhecimentos sobre essa instituição e suas práticas, os manuais pedagógicos permitem examinar aspectos importantes da constituição da cultura escolar”. Eram vias de circulação de conhecimentos pedagógicos que apresentavam ideias aos normalistas.

Os manuais colaboraram para a construção e difusão das instituições de ensino e das formas pelas quais elas foram concebidas, em um momento em que ocorria a expansão mundial da escola, processo relativamente homogêneo que simultaneamente assumiu contornos específicos em espaços determinados (Ibidem, p. 271).

Um aspecto a ser destacado na análise dos manuais que difundiam os saberes escolares, utilizados

em fins dos oitocentos e nas duas primeiras décadas do século XX, diz respeito às descrições, às prescrições e aos modos de fazer. Para Roulet (2001), os manuais são muito reveladores do que constitui o duplo movimento contraditório da disseminação dos conhecimentos elaborados no seio de uma disciplina. Os conceitos difundidos eram noções simples e utilizáveis.

Em Portugal, encontramos um número significativo de obras destinadas ao preparo do magistério, particularmente, no que concerne aos elementos de pedagogia. Publicadas nos oitocentos, pela ordem de edições, são elas: *Elementos de pedagogia* (AFREIXO; FREIRE, 1870), *Compêndio de pedagogia* (SÁ, 1873), *Notas de pedagogia filosófica* (SOUSA, 1890), *Princípios de pedagogia* (COELHO, J., 1893). Em Natal, por sua vez, nos arquivos e acervos disponíveis não encontramos materiais, a exemplo de livros de conteúdo pedagógico, destinados ao estudo dos alunos-mestres.

Os livros dos normalistas constituíram-se como a gramática do magistério, cujo objeto era o objeto de ensino. Eles tinham como tema geral a educação e seus aspectos pedagógicos, psicológicos, didáticos e metodológicos.

Elementos de pedagogia (AFREIXO; FREIRE, 1870), em sua primeira edição, era uma obra cujo objetivo inicial dos autores era que servisse para orientar os candidatos ao magistério primário. Foi compilada pelos professores José Maria da Graça Afreixo e Henrique Freire – diplomado pela Escola Normal de Lisboa –, os quais atuavam nas Escolas Centrais. Esse ma-

nual teve como colaborador o professor José Antônio Simões Raposo, professor de pedagogia e metodologia da Escola Normal do sexo feminino, em Lisboa.

O livro apresenta conceitos para educação, sobre a qual considera os aspectos de sua divisão: física, moral e intelectual. Já a pedagogia era compreendida enquanto o “conjunto dos princípios que presidem a educação das crianças, e das leis que sobre esses princípios se formam” (Ibidem, p. 7). Além disso, conceitua a didática como “a combinação dos princípios e leis que todo professor deve conhecer para conseguir a instrução dos seus alunos” e define a metodologia como responsável pela “enumeração dos diversos modos, métodos e processos empregados nos vários ramos de ensino” (Ibidem, p. 7-8).

O *Compêndio de pedagogia* (SÁ, 1873), organizado por Antônio Francisco Moreira de Sá, em sua segunda edição, estava em conformidade com os programas para os exames de professores, de 8 de março de 1870, e também tinha por finalidade servir aos estudos dos candidatos que desejavam ingressar nas escolas normais. Sá era professor público vitalício das Escolas Primárias de Lisboa e Cavaleiro da Ordem de Cristo, o que influenciou as ideias por ele veiculadas.

Em sua obra, definiu pedagogia como “o conhecimento de princípios que presidem a educação dos meninos, ou meninas, e os meios de os empregar”, dividindo-a em teórica ou didática e prática ou metodológica. Teceu considerações sobre a didática, entendida como “o conhecimento que todo o professor deve ter

das leis e princípios para obter a boa instrução dos seus discípulos”, como também acerca da metodologia, sobre a qual afirmava ser o conhecimento concernente “aos modos e métodos empregados no mister de ensinar” (Ibidem, p. 5).

Tanto Sá (Ibidem) quanto Afreixo e Freire (1870) apresentam conceitos semelhantes para educação, pedagogia e didática. Todavia, Sá (1873) preocupa-se em acentuar o que ele concebia qualidades essenciais para o bom desempenho do professor, quais sejam: vocação, modéstia e prudência. Evocava o tema da vocação para o magistério afirmando ser esta uma aptidão natural para o exercício do magistério. Aconselhava o recato em ações e palavras ao professor primário.

Em *Notas de pedagogia filosófica*, José de Sousa (1890, p.4) afirmava “se dá por compensado, se conseguir, ainda que com uma parcela mínima, despertar a atenção e o gosto pelos estudos pedagógicos, tão necessários e indispensáveis quanto são ignorados e esquecidos”. Pretendia apresentar as bases científicas da pedagogia moderna, claramente influenciado pelos ideais positivistas e, também, por Herbert Spencer.

Sousa afirmava ser o estudo do homem indispensável à ciência do ensino, princípio proposto por Spencer sobre educação intelectual, moral e física, e propunha reflexões acerca das relações entre pedagogia e estética, o estudo das línguas, o professor moderno, indução e dedução, educação dos sentidos.

Para o professor moderno, aconselhava o estudo,

o qual deveria fazer parte da vida do mestre que tivesse vocação para o magistério. “Honra, pois aos professores, que emancipando-se dos empíricos moldes convencionais, levantam o seu ensino a uma altura que os distingue” (Ibidem, p. 61). O mestre não deveria estar preso aos livros, mas ter autonomia intelectual a partir do hábito do estudo.

“Sobre a educação propriamente dita dos sentidos o que há a fazer de principal, cifra-se numa palavra: higiene”. Ela faz “conservar a herança que espontaneamente se vai desenvolvendo” (Ibidem, p. 130). De acordo com o autor, “a falta de condições higiênicas especiais é origem de variadas doenças dos olhos, que se observa onde há grande aglomeração de crianças; depois recorre-se ao médico para curar; não teria sido melhor prevenir pela higiene?” (Ibidem, p. 131).

José Augusto Coelho (1861-1927), por seu turno, em *Princípios de pedagogia* (COELHO, J., 1893), concebia os princípios de pedagogia em conformidade com os preceitos postulados por Herbert Spencer em *A educação física, intelectual e moral*⁴. Para o educador português, no que diz respeito à inteligência humana, as duas maneiras fundamentais de se tornar possuidor de uma verdade qualquer se davam de forma “passiva e subserviente, a recebe quando lhe é imposta pela autoridade dos outros, fixando-a tal como lhe foi apresentada; ou, ativa e independente, se eleva até à

4 Herbert Spencer (1820-1903), na obra *L'Éducation* (1863), tratava sobre a educação intelectual, moral e física.

concepção dessa verdade, graças aos esforços do seu próprio mecanismo mental” (Ibidem, p. 17).

De acordo com esse mesmo compêndio, os dois modos de transmissão de conhecimentos – correspondentes às formas de aquisição de conhecimentos – eram: impositivismo regulativo ou construtivismo adaptativo (Ibidem, p. 19). Nesse aspecto, percebemos as bases do construtivismo adaptativo, concepção científica que parte da observação, análise, comparação, relação e assimilação no sentido de construir uma síntese.

Esses são materiais que se constituíram enquanto instâncias de produção e circulação dos saberes que fundamentaram o modelo de ensino normal e contribuíram para a difusão mundial da instituição escolar e dos conhecimentos pedagógicos, em análise.

Se na Escola Normal Primária portuguesa os alunos utilizavam manuais de ensino para sua preparação didático-pedagógica, inclusive produzidos por seus professores, na Escola Normal do Rio Grande do Norte, os alunos-mestres recebiam esses mesmos conhecimentos provenientes de reflexões veiculadas no jornal, produzidas pelo professor de pedagogia. Entretanto, nos materiais de pesquisa disponíveis, não encontramos manuais utilizados pelos normalistas em Natal.

Nestor dos Santos Lima, professor e diretor da Escola Normal de Natal, era um dos estudiosos dessa área. Ele investigava os preceitos da matéria e escreveu onze artigos – dos quais utilizamos quatro no presente estudo – com suas reflexões e impressões, os quais foram publicados na “Coluna Pedagogia” do jor-

nal *A República*, durante os meses de julho a setembro de 1911. Nos ensaios destinados a alunos-mestres e professores diplomados, o autor tratava sobre os princípios, processos e métodos de aplicação das disciplinas ministradas na escola primária e evidenciava sua prática no contexto da cultura escolar da instituição profissional.

De acordo com Nestor Lima (1911b, p. 1), os escritos não tinham por objetivo “uma exibição do saber pedagógico”, eram apenas apanhados de autores, muitas vezes citados nos ensaios, e destinavam-se “a orientar os alunos de pedagogia da Escola Normal, que lutam com grandes dificuldades nesse particular”. Para ele, a disciplina consistia na apresentação das teorias de educação, na indicação dos fins e descrição dos métodos e processos, ou seja, os temas em reflexão estavam relacionados com a metodologia do ensino. Dispostos pela ordem de edição, os escritos de Nestor Lima versavam acerca dos conteúdos da escola primária concernentes: *A leitura, suas espécies, métodos e processos* (1911a); *Lições de coisas, sua importância, princípio e método* (1911b); *A escrita, seus princípios e processos. A caligrafia* (1911c); *Língua materna, importância, exercícios e processo* (1911d); *Aritmética, sua importância e processo. Morfologia. Geometria* (1911e); *Geografia, sua importância, métodos e processos* (1911f); *História, sua importância, métodos e processos* (1911g); *Instrução moral e cívica e economia doméstica: métodos e processos* (1911h); *Ensino do desenho, sua importância e métodos* (1911i); *O grupo modelo* (1911j); *Trabalho manual. Can-*

to. *Exercícios físicos, sua importância, métodos e processos* (1911k); *Trabalho manual. Canto. Exercícios físicos, sua importância, métodos e processos (conclusão)* (1911l).

Neste trabalho, fazemos referência específica aos artigos: *A leitura, suas espécies, métodos e processos* (1911a); *Lições de coisas, sua importância, princípio e método* (1911b); *A escrita, seus princípios e processos. A caligrafia* (1911c); *Língua materna, importância, exercícios e processo* (1911d).

Os manuais e, de modo específico, os onze artigos sobre pedagogia disponíveis, evidenciam de modo recorrente citações de pedagogos, filósofos, sociólogos, psicólogos, biólogos e outros cientistas que definiram as funções docentes, os papéis dos alunos e os métodos de ensino. Ao mesmo tempo, a análise dos manuais e impressos evidencia a própria história das ciências que fundamentaram a formação do magistério no período em estudo. Se a pedagogia era o elemento definidor dessa formação, ao longo do século XIX, nas primeiras décadas do novecentos, a psicologia e a pedologia se constituíram enquanto elementos aglutinadores das principais reflexões dos docentes. Em Portugal, destacamos para esse momento a publicação dos livros *Algumas lições de psicologia e pedologia* (FERREIRA, 1920) e *Lições de pedologia e pedagogia experimental* (VASCONCELOS, [19--]), os quais eram utilizados pelos normalistas.

No que concerne às lições de pedologia, podemos traçar um diálogo entre as prescrições do Regula-

to da Escola Normal de Natal e as ideias do professor português Farias de Vasconcelos (1880-1939). A obra *Lições de pedologia e pedagogia experimental*, do referido autor, apresenta as principais experiências e livros publicados no bojo da emergência do pensamento psicopedagógico, particularmente, em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Rússia e Suíça.

Trata-se de uma série de lições sobre pedologia elaboradas pelo educador português no âmbito da Liga de Educação Nacional. Conforme o autor:

não era decerto esta a forma definitiva que eu desejaria dar a um trabalho de tal natureza. Mas, atento ao interesse que o assunto despertou – para tantos inteiramente novo – fui levado a publicá-las tais quais as professei, como obra de sistematização e de vulgarização que a muitos, apesar das suas imperfeições, pôde ser útil. Numerosas indicações que nelas se contem são de aplicação imediata e indispensável nas escolas atuais. Outras supõem uma organização escolar inteiramente diferente da existente. Mas tanto umas como outras obedecem a este princípio verdadeiramente fundamental em pedagogia:

adaptação do ensino e da educação ao desenvolvimento natural, físico e psíquico, da criança (Ibidem, p. 7).

Com suas reflexões, Vasconcelos (Ibidem) colaborou para a sistematização e vulgarização da pedologia e sua aplicação na escola primária portuguesa à época. Um aspecto a ser ressaltado é sua concepção sobre a adaptação do ensino e da educação ao desenvolvimento natural, físico e psíquico da criança. Ideia recorrentemente reiterada pelos educadores nas primeiras décadas dos noventa no Rio Grande do Norte, fundamentada nos princípios intuitivos.

Além disso, Vasconcelos (Ibidem) evidencia a mudança operada no eixo de discussões e pensamento pedagógico. Registra o momento no qual a criança passa a ser o objeto das preocupações pedagógicas, como também da concepção de criança enquanto um sujeito de singularidades, especificidades para o trato pedagógico:

ora a criança constitui, tanto física como psiquicamente, um tipo especial que difere não só quantitativamente, mas qualitativamente do adulto. Donde a necessidade de tratar a criança como criança, de não perturbar e contrariar a natureza, de conformar o ensino e a educação ao seu estado de desenvolvimento

físico e psíquico e de recorrer tanto a meios que a criança sinta e compreenda (Ibidem, p. 7-8).

Partindo da premissa de que “só se pode ensinar bem e com proveito quando se conhece aquele a quem se ensina” (Ibidem, p. 17), o autor chamava a atenção para a formação do professorado, que deveria ser levado a conhecer e respeitar o “desenvolvimento natural do aluno” e, ainda, considerar conhecimentos sobre os aspectos fisiológicos e psicológicos da criança. Isto porque, acreditava que “o professor tem por missão desenvolver a inteligência, formar o caráter da criança, mas o que ele não aprende é o que é esta inteligência, este caráter, as leis, as fases, as variedades do seu desenvolvimento” (Ibidem, p. 17).

Vasconcelos compreendia a pedologia como “a ciência experimental da criança sob os seus diferentes aspectos” (Ibidem, p. 18).

A pedologia procura conhecer o corpo da criança (estatura, peso, etc.) normal ou anormal, sua evolução, os órgãos dos sentidos, o seu espírito, as qualidades e defeitos físicos, intelectuais e morais, tendo em vista a determinação das leis do seu desenvolvimento físico e mental, tanto sob o ponto de vista geral aplicável a todas as crianças, como sob o ponto

de vista das diferenças e variedades individuais (Ibidem, p. 18).

Refletia sobre o movimento pedológico e destacava o interesse como fator importante no desenvolvimento infantil, ao acentuar, entre outras concepções, a de Claparède, segundo quem “o homem está sujeito a múltiplas influências e solicitações do ambiente; a cada solicitação responde uma reação e esta reação tem de ser útil ao indivíduo, senão ele morre”. Cada instante é o interesse que decide do sentido da reação”. Claparède definia esse fato biológico pelo nome de lei do interesse momentâneo (apud VASCONCELOS, [19--], p. 137).

Em Natal, os princípios aprendidos na Escola Normal e aplicados nas escolas primárias estavam em conformidade com esses preceitos. No Regimento Interno dos Grupos Escolares (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f), encontramos prescrições de princípios da pedagogia moderna para a escola elementar. Baseado nos pressupostos de Pestalozzi e Froebel, as determinações da Diretoria Geral de Instrução Pública previam os princípios para o ensino intelectual, a educação moral e cívica e a educação física. Asseverava que “a instrução moral regula as ações do homem e refere-se aos costumes em geral. As faculdades que presidem e determinam essas ações são a vontade e a sensibilidade, que o mestre cultivará pelos meios mais simples e racionais” (Ibidem, p. 7).

Quanto à educação física, na escola primária “ela reduz-se a conselhos higiênicos relativos à conservação

da saúde; exercícios físicos, recreativos e independentes de aparelhos; educação dos órgãos dos sentidos pelo conhecimento e análise dos objetos materiais” (Ibidem, p. 7). Os estudos de higiene e educação física compunham o conjunto de conhecimentos pedológicos.

No tocante ao ensino da psicologia e da pedologia, a consonância entre os discursos pode ser percebida na obra *Algumas lições de psicologia e pedologia* (FERREIRA, 1920), do professor Antônio Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922), professor de Psicologia Experimental e Pedologia na Escola Normal Primária de Lisboa. A primeira lição demonstrada no livro compôs a abertura dos estudos sobre a matéria no Curso Normal em Portugal, em 15 de janeiro de 1915.

De acordo com o referido professor:

querer e crer que sem conhecimentos de pedologia, de higiene escolar, de metodologia dos trabalhos manuais e da ginástica, possam sair das nossas escolas normais professores dignos da nossa época, a quem os governos possam confiar a educação das novas gerações, capazes não só de transmitir, mas também capazes de fazer tudo o que for possível para fomentar o progresso, melhorar o país (Ibidem, 1920, p. 8).

O estudo de pedologia e de psicologia era imprescindível ao conveniente exercício do magistério. Isto porque, um professor de instrução primária não poderia desconhecer, “ao entrar no exercício da sua profissão, a psicologia infantil e os processos de estudá-la e de a observar. Não basta conhecer a metodologia, é necessária a psicologia. A metodologia deverá, de resto, ajustar-se à psicologia da classe e à do aluno” (Ibidem, p. 11).

Ferreira (Ibidem) baseava-se no pensamento de Claparède, ao afirmar que:

muitas pessoas supõem que só a prática do ensino pode formar o professor e dar-lhe a verdadeira experiência. Seguramente, a importância da prática é capital para formar um especialista numa determinada arte. Mas é preciso esforçar-se por reduzir ao mínimo as experiências, as tentativas, sobretudo quando se trata de seres humanos. O professor que entra na prática da sua profissão, sem ter o menor conhecimento de psicologia, vê-se naturalmente reduzido a tentar, a fazer experiências com que os alunos podem sofrer (Ibidem, p. 11).

“A arte de educar e a psicologia experimental” foi o tema da lição de abertura do Curso de Psicologia Expe-

rimental da Escola Normal de Benfica, no segundo semestre do ano letivo de 1919-1920. Conforme Ferreira (Ibidem), a arte de educar é fundamentalmente a arte de regular as condutas presente e futura dos que se tem de educar. Implica forçosamente o conhecimento da conduta, de suas causas, do seu mecanismo e das possibilidades que o indivíduo oferece. “Não basta ao educador conhecer os fenômenos da educação, a psicologia, mesmo que esta tenha a feição moderna e científica, e se chame psico-fisiologia ou psicologia experimental, é necessário também principalmente possuir a técnica da observação e da experimentação” (Ibidem, p. 18).

Conforme o professor de Psicologia Experimental, matéria de finalidade pedagógica, “é a psicologia que pela experiência ensina a conhecer as causas, o mecanismo da conduta do indivíduo ou da classe a educar” (Ibidem, p. 27). Por seu turno, o Regulamento da Escola Normal de Natal recomendava a observação e a experiência sobre a criança escolar, para conhecer-lhe a índole, mentalidade, inclinações e aptidões específicas (RIO GRANDE DO NORTE, 1922b, p. 9).

Na década de 1930, ressaltando a mudança de eixo reflexivo e de concepções para o preparo dos mestres, quando a pedagogia voltou a aglutinar as discussões que envolviam a psicologia, a legislação de ensino, como também os processos didáticos, aliada à história da educação, a produção de manuais também foi influenciada. Como exemplo, temos em Lisboa: *Lições de pedagogia geral e de história da educação* (PIMENTEL FILHO, 1932).

Para o caso brasileiro, a obra de Lourenço Filho⁵, *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), sinalizava a ampla discussão e interesse dos professores pela reflexão acerca dos princípios da chamada Escola Nova ou Escola Ativa.

Relacionava-se com intelectuais de sua época, a exemplo de Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Hélder Câmara, Roquette Pinto e Gustavo Capanema. O pensador Manoel Bergström Lourenço Filho concebia a Escola Nova como uma escola essencialmente socializadora, que empregava sistemas de trabalho em comunidade. Uma escola vitalista, contraposta à escola intelectualista de outros tempos.

O conteúdo de seu livro *Introdução ao estudo da Escola Nova* (LOURENÇO FILHO, 1930) fez parte do curso oferecido aos alunos do Instituto de Educação, com o objetivo de introduzir a discussão sobre a Escola Nova. Na concepção do autor, “por escola nova se deve entender, hoje, um conjunto de doutrinas princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação, e de outro, as bases de aplicação ciência à técnica educativa” (Ibidem, p. 77).

Ele recomendava o estudo dos sistemas de ensino de Maria Montessori, Ovide Decroly e John Dewey. Conforme Lourenço Filho (Ibidem), os sistemas de en-

5 Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) atuou como professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal de São Paulo. Foi diretor da Escola Ativa Rio Branco e da Instrução Pública no Estado do Ceará. Foi nomeado diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, na qual permaneceu no período de 27 de outubro de 1930 a 23 de novembro de 1931.

sino Montessori e Decroly foram elaborados por esses educadores-médicos, que partiram da observação de crianças anormais⁶.

Em ambos, a concepção educativa é acentuadamente vitalista: o que importa é permitir a expansão vital de cada ser, levá-la ao mais alto grau de desenvolvimento. Como consequência, o princípio da liberdade do educando, que implica o da atividade auto-educadora, e o respeito pela individualidade da criança (Ibidem, p. 165).

Segundo Lourenço Filho, Dewey era considerado um dos precursores da educação renovada. Suas ideias sobre a socialização da criança se universalizaram. Ele acreditava que a educação era a soma dos processos por meio dos quais a sociedade inculcava, nas novas gerações, seus poderes, capacidades e ideais, com a finalidade de assegurar a capacidade e ideais a fim de assegurar sua existência e evolução. “Toda educação é, assim, social, mas no estado atual de nossa civilização não deve ser sujeição social” (Ibidem, p. 189).

No mesmo período, em Natal, o professor de Pedagogia da Escola Normal, Elizeu Viana, apresentava suas ideias sobre a escola ativa na obra intitulada *A*

6 O termo anormais se refere a obra do citado autor, com aceção dada pelo mesmo.

escola activa: pela sua propaganda (VIANA, 1930). Composto por uma série de artigos publicados no jornal *A República*, órgão oficial do Estado, o livro tinha por fim a propaganda da escola nova com a demonstração do que se poderia fazer para sua aplicação. O livro dava contribuições para o Relatório do Dirigente da Instrução Pública do Rio Grande do Norte na Reunião da Federação Nacional das Sociedades de Educação, a ser realizada no Distrito Federal.

Viana (Ibidem, p. 30) assinalava em conferência na Sociedade Brasileira de Educação que:

ao invés de um meio ideal que a teoria concepcionou, sem o conhecimento das modalidades da natureza infantil, a escola torna-se num vasto campo de práticas e experiências, onde não são fixados limites, não estão estabelecidas regras intangíveis, os agentes não se algemam e nem a criança se estiola. [...] Enquanto Dewey, Decroly, Montessori, com seus métodos e experiências organizam o ambiente da escola em um quadro natural que oferece à criança “a oportunidade de assistir cotidianamente a vida complexa da natureza e aos próprios esforços de adaptação às circunstâncias”, Georg Kerschensteiner sistematiza, com uma orientação segura, todo

o modo de transmitir os conhecimentos. Quer a educação pela atividade intelectual, como recurso sistemático no ensino intelectual e quer uma educação fundada no trabalho manual.

Viana (Ibidem) acentuava os princípios postulados pela escola nova para a leitura e a escrita, a aritmética, a história e a geografia, as ciências físico-naturais das lições de coisas, o aprendizado manual e o civismo, o exercício físico e a higiene, o ensino da moral na escola primária. Assinalava que a nova escola ativa tinha de respeitar o princípio econômico e as diferenciações antropogeográficas do povo brasileiro.

A segunda edição de *Lições de pedagogia geral e de história da educação* (1932), Alberto Pimentel Filho (1875-1950) dedicou aos colegas professores e seus alunos-mestres da Escola Normal de Benfica, que juntos estavam no “progressivo esforço de formar professores primários conscientes da sua difícil missão e que, nada ignorando dos deveres que ela impõe, possam reclamar os direitos que ela outorga se baseada na elevação de princípios e numa esclarecida mentalidade”.

A obra era composta pelas lições ministradas no decurso do ano letivo de 1919-1920 na Escola Normal Primária de Lisboa. O professor Alberto Pimentel, posteriormente, regeu as cadeiras de Psicologia e Pedagogia na referida instituição. Suas lições de pedagogia, veiculadas na obra em análise, tiveram o interesse de professores em Portugal e no Brasil.

Pimentel Filho (1932, p. 13) afirmava que a educação era uma ciência e uma arte, fundada na aplicação refletida e econômica de normas científicas. Desse modo, a arte de educar não poderia furtar-se à regra geral “e necessariamente lhe hão de corresponder leis de ordem científica”. Ou seja, há uma ciência da educação “compreendendo o conjunto de leis e teorias que constituem a filosofia da arte de educar” (Ibidem, p. 13).

Essa ciência era a pedagogia, cuja definição convergia para a ideia de que ela “era a teoria da arte da educação ou a ciência que tem por objeto especial estabelecer e fundar esta arte, indicando-lhe os fins e descrevendo-lhe os processos” (Ibidem, p. 13). O autor apresentava as concepções de educação, os objetivos e a história da educação em diferentes sociedades.

Os médicos-higienistas Sebastião Cabral da Costa Sacadura (1872-1966) e Luiz Antônio dos Santos Lima (1890-1961) contribuíram para as discussões em torno do tema higiene escolar em suas respectivas sociedades. Exerceram a função de professor da Escola Normal Primária e a análise de suas ideias e obras, numa perspectiva comparada, possibilita o estudo acerca do processo de construção da identidade do professor do Ensino Normal. Foram profissionais que constituíram o quadro docente de suas instituições e, em um recorte temporal semelhante, apresentarem discursos e propostas médico-higienistas escolares similares.

Sebastião Sacadura foi diplomado médico-cirurgião pela Escola Politécnica, a 22 de julho de 1899, após ter sido aprovado com louvor em todas as provas regulamentares. Desenvolveu uma ampla e pioneira atividade no campo da medicina e da higiene escolar em Portugal. Com a criação da inspeção sanitária escolar, no âmbito da Reforma da Instrução Primária, em 1901, foi nomeado inspetor sanitário escolar.

Foi inspetor-geral de sanidade escolar nos anos de 1912, 1919 e, em 1927, atuou como chefe de sanidade escolar e educação física. Assumiu a direção da Repartição de Sanidade Escolar, em 5 de setembro de 1918 (NÓVOA, 2003, p. 1231). Participou da fundação da Liga da Educação Nacional em 1908 e, em 1910, da Sociedade de Estudos Pedagógicos, da qual foi secretário nos quatro primeiros anos e vice-presidente, entre 1916 e 1917.

Lecionou Higiene Geral, Higiene Escolar e Pedologia na Escola Normal Primária de Lisboa, a partir de 1918, na condição de professor contratado, exerceu essa função por três anos. Foi efetivado no quadro de docentes da instituição em 1923, atuando até 1927, quando solicitou demissão para atuar como diretor da Escola Profissional de Enfermagem.

O médico Costa Sacadura representou o governo português no II Congresso Internacional de Higiene Escolar, que se realizou em Londres, em 1907. Nesse evento, foi eleito para participar como membro do Comitê Permanente. Nesse mesmo ano, criou às próprias expensas um gabinete de pedologia na Escola Central

nº 1, em Lisboa, no qual realizou um conjunto de conferências sobre higiene escolar para os professores primários. Posteriormente, criou um gabinete de antropometria escolar na Escola Normal do sexo masculino, promovendo no Congresso da Liga Nacional contra Tuberculose, em abril de 1907, na cidade do Porto, uma sessão especial sobre o tema “A tuberculose e a escola”.

A 15 de junho de 1908 esteve responsável por estudar a organização da assistência infantil, em Bruxelas, onde frequentou o curso de pedologia. Sebastião Sacadura foi um dos primeiros a chamar a atenção para a importância do contributo do meio em que os indivíduos vivem e a aplicar esse pressuposto à educação escolar. Essa concepção asseverava que tão importante quanto os aspectos pedagógicos era a organização do espaço, do mobiliário, da disposição e do movimento do corpo dos indivíduos, princípios que conferiam importância para a especialização de profissionais e higienistas escolares.

Integrou o grupo de estudos para a organização do Museu de Higiene Escolar e Pedagogia e pertenceu à Sociedade Suíça de Higiene Escolar. Participou da comissão responsável por elaborar propostas das bases da educação física escolar, a fim de tratar sobre a legislação em vigor a respeito da higiene escolar e ginástica em Portugal.

O engajamento e as preocupações desse médico o habilitaram para compor o júri do concurso de projetos para o edifício das escolas normais de Lisboa. Ele

já havia atuado no estabelecimento de normas técnicas, higiênicas e pedagógicas que foram observadas na construção dos novos edifícios escolares e dos seus respectivos materiais, a partir de 1912. Além disso, avaliou os livros utilizados nas escolas primárias e normais e foi nomeado para estudar o regulamento e os programas das instituições de formação de professores e realizar os trabalhos preparatórios, com vistas à instalação das novas escolas normais, compondo a comissão de 1916. Foi nomeado juntamente com João de Deus Ramos e Raul Lino, no ano seguinte, para escolher o mobiliário que equipou as escolas normais de Lisboa, do Porto e de Coimbra. A 29 de janeiro de 1920, ao lado de Adolfo Lima, foi o responsável por fixar as normas técnicas, higiênicas e pedagógicas reguladoras do mobiliário escolar.

Costa Sacadura integrou comissões de júri para a instalação de prédios, a exemplo dos liceus e escolas normais, de avaliações em concursos para professores de educação física, como também escreveu a legislação para regulamentar as construções escolares. Teceu intervenções importantes na área da educação, da medicina e da higiene escolar até a década de 1930.

Diplomado na primeira turma da Escola Normal de Natal, a 4 de dezembro de 1910, Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima, por seu turno, estudou farmácia em Recife (PE), formando-se em 1919. Também cursou medicina, no Rio de Janeiro (RJ), diplomando-se em 1926.

Luiz Antônio dos Santos Lima pertenceu a diferentes instituições culturais, como: a Academia Potiguar de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e a Loja Maçônica Filhos da Fé, sendo grão-mestre da maçonaria, por duas vezes.

O médico-farmacêutico e professor da Escola Normal do Rio Grande do Norte consorciou-se com a professora primária Ecila Cortez, em 19 de novembro de 1912, com quem teve cinco filhos, dos quais sobreviveram: Luiz, Nestor e Olindina (PROFESSORA..., 1921, p. 48). Em 1914 Ecila ingressou no quadro docente da referida instituição por meio de concurso.

Como professor primário, após nomeação em 22 de dezembro de 1910, atuou na Escola Elementar Masculina do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo. Pelo exercício do magistério nessa escola primária, teve seu nome assentado no Livro de Honra, criado pela Lei Orgânica do Ensino de 1916 (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a) com o objetivo de registrar as homenagens aos mestres que se dedicavam ao magistério. Manoel Dantas, diretor-geral da Instrução Pública, por ato de 26 de março de 1919, louvava o professor Luiz Antônio por haver lecionado com aproveitamento a 54 alunos, em 1914; a 51, no ano seguinte; e a 62 alunos, em 1916.

O referido professor foi um dos colaboradores nas atividades para a fundação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), sendo um dos assinantes da ata de criação, em 4 de dezembro de 1920. Essa era uma data significativa para o profes-

sorado, que comemorava os dez anos de diplomação dos primeiros mestres primários do estabelecimento de ensino em análise.

Estavam presentes na solenidade, realizada no salão nobre do Palácio do Governo, o governador do estado, Antonio de Souza, o diretor-geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, o inspetor do Tesouro Estadual, coronel Pedro Soares de Araújo, desembarcadores, funcionários públicos e professores primários. Na presidência da solenidade estavam os professores Nestor Lima e Manoel Dantas e na condição de orador, o professor Luis Correia Soares de Araújo.

Em 1919, Luiz Antônio Lima exerceu o cargo de diretor interino da Escola Normal de Natal e, posteriormente, da Escola de Farmácia de Natal – criada pela Lei nº 497, de 2 de dezembro de 1920. Atuou como professor catedrático do Atheneu Norte-Rio-Grandense e da Escola Normal de Natal, estabelecimentos nos quais ministrou as matérias História Natural, Física e Química.

Exerceu diversos cargos no meio médico em Natal. Foi chefe da Clínica Médica do Hospital Miguel Couto – atual Hospital Universitário Onofre Lopes; diretor do Hospital de Doenças Infecciosas Evandro Chagas – hoje, Hospital Giselda Trigueiro; foi um dos fundadores da Liga Norte-Rio-Grandense contra o Câncer, conseguindo instalar o primeiro aparelho de radioterapia de Natal; e atualmente nomeia o Hospital Luiz Antônio – também conhecido como Hospital do Câncer –, dirigido pela referida Liga. Foi diretor da Facul-

dade de Medicina entre 1959 e 1961, substituindo o doutor Onofre Lopes, que passou a exercer o cargo de reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (CARDOSO, 2000, p. 486).

Defendeu a tese de doutorado em medicina intitulada *Higiene mental e educação* (1927), contribuindo para a área da educação e para a difusão de ideias higienistas. Recomendava a inserção de princípios de higiene e psicologia infantil nos programas de ensino do curso normal.

O ponto de intersecção entre o pensamento dos médicos Costa Sacadura e Luiz Antônio são os princípios de higiene aplicados às instituições escolares. Nas escolas normais primárias de Lisboa e de Natal, as noções de higiene eram estudadas nas disciplinas pedologia – ciência cujo objeto de investigação eram as leis e os fenômenos aplicáveis às crianças, sob o enfoque dos aspectos das diferenças e da individualidade – e psicologia Infantil.

Sebastião Sacadura produziu expressivo número de conferências, artigos em revistas e livros, enfatizando aspectos da higiene, tais como: *Atitudes viciosas na escola* (1906a), *Breves considerações sobre a higiene das nossas escolas* (1906b), *Educação física* (1906c), *A escrita direita e a escrita inclinada: sua influência na função respiratória* (1907a), *A tuberculose e a escola* (1907b), *Proteção à primeira infância* (1911), *Influência do estado da visão sobre o desenvolvimento intelectual e físico da criança* (1914a), *Necessidade da cultura física* (1914b). Luiz Antônio dos Santos Lima,

por sua vez, escreveu a tese *Higiene mental e educação* (1927).

São temas comuns às discussões em Natal e em Lisboa, presentes nas reflexões empreendidas não somente pelos médicos Sebastião Sacadura e Luiz Antônio, mas também de educadores, a exemplo do pedagogo potiguar Nestor dos Santos Lima, em suas reflexões sobre a educação destinadas aos normalistas.

Conforme Sacadura (1906b, p. 3), uma das importantes questões que devia ter a atenção dos professores era a higiene das escolas, porque “todos os princípios científicos e racionais afirmam que o homem que não teve uma cultura física metódica e regrada, é prejudicado no equilíbrio de todas as suas faculdades”.

Ele propunha uma reforma de ensino em Portugal que inserisse esse ramo de instrução nas escolas, o qual já se fazia presente em países mais adiantados que já colhiam os frutos da adoção desses preceitos recomendados pela higiene escolar. Para o médico português, o número de anêmicos, raquíticos, escolióticos, míopes, linfáticos e tuberculosos diminuiria nas escolas e isso refletiria na despesa do país.

Sacadura (Ibidem, p. 4) apontava as condições das instituições primárias em Portugal, sobretudo, os problemas de iluminação, ventilação e arejamento das salas de aulas:

nas nossas escolas, principalmente nas primárias, instaladas em edifícios com más condições higiênicas,

com deficiente e mal distribuída iluminação, sem ventilação e arejamento capazes, sem lavatórios nem casas de banhos, sem retretes nem urinóis higiênicos, sem jardins nem pátios, acrescendo a tudo isto a escassa dotação de mobiliário competente, se não é vergonhosamente diminuto e péssimo, o que obriga a tomar nos exercícios de leitura e escrita atitudes defeituosas às tenras criancinhas, sem que ao menos exercícios físicos e recreativos convenientemente praticados lhes minorassem a fadiga contraída nessas posições, os alunos hão de agravar neste meio todas as doenças que possuem e adquirem outras para as quais a sua miséria orgânica excelentemente os prepara.

O quadro escolar português descrito por Sacadura (Ibidem) evidenciava a escassez de mobiliário, além de inadequadas condições prediais para exercícios físicos e recreativos, que agravavam os problemas de saúde da infância.

As condições de higiene social e escolar também eram a preocupação de Nestor Lima. O educador aplicava os princípios de higiene às lições na escola primária, evidenciando que as questões sobre o referido

tema eram ensinadas nas instituições educativas e discutidas no seio das práticas culturais dos cidadãos.

No Rio Grande do Norte e em outras unidades federativas do Brasil, os Grupos Escolares eram as instituições que buscavam atender aos ditames da educação higiênica por meio de instalações adequadas, de iluminação suficiente e do ajustamento de móveis escolares. A reorganização do espaço escolar, o discurso higiênico e o reordenamento de práticas e métodos evidenciam o esforço republicano brasileiro no sentido de sistematizar a escrita em direção à normatização do corpo (VIDAL; GVIRTZ, 1998).

A escola passa a ser o lugar próprio de enunciação, diverso dos demais espaços, para o ensino da escrita e sua representação. A escolarização do ato de escrever implicou estabelecer os modos de ser e fazer daquele que escreve. Era na escola que se aprendia a posição apropriada à escrita e a forma correta de escrever, uma vez que a escrita é uma modalidade de linguagem que possui especificidades advindas de suas condições de produção (OSAKABE, 1995). A posição do corpo, a disposição do banco escolar e o modo de pegar a pena deveriam ser ensinados aos alunos. A escrita vertical era a mais indicada, dado que a tendência por parte da criança é para a escrita vertical redonda. Outro argumento era o de que os caracteres dessa escrita eram mais parecidos com os da imprensa e eram mais legíveis. Entretanto, o argumento mais forte era o de que o aprendizado da escrita vertical se dava em menos tempo que o da inclinada (LIMA, N., 1911a, p. 1).

Os educadores consideravam necessário ensinar a escrever a todo homem porque escrever bem era uma atividade útil ao cidadão republicano. Conforme Nestor Lima (Ibidem) “a boa escrita é regular, completa, inteligível”. Em seu exercício deveriam ser observados alguns processos a serem empregados. Um dos princípios importantes durante a escrita em classe dizia respeito à disposição do corpo do aluno, do papel e da pena. A falta de cuidado com esses preceitos acarretaria problemas na visão, como a miopia, ou deformações na coluna da criança, entre outras enfermidades.

Era conveniente, ainda, que as crianças escrevessem no quadro-negro, pois nesse momento tinham a liberdade de fazer as letras do tamanho e da espessura que desejassem, desenvolvendo os braços e os dedos. Lembrava que o mestre tinha que respeitar a criança, que teria toda autonomia nas formas de segurar a pena, a fim de evitar câimbras e tornar a escrita bonita. Observava que a caligrafia ou a bela escrita “é feita com arte e perfeição, segundo os tipos estabelecidos” (LIMA, N, 1911a, p.1). Esse exercício procurava desenvolver a caligrafia, escrita feita com arte, recomendada na escola primária, e que poderia ser do tipo inglesa – vertical – e francesa – inclinada. Conforme os higienistas, a escrita inclinada era apropriada à escola elementar, porque permitia a postura correta, dificultando o surgimento de problemas ortopédicos, havendo também a preocupação por parte dos docentes com a escrita no sentido de evitar doenças musculares e de visão. Nestor Lima (1911c) assevera que, nesse período,

existia na Europa um movimento em defesa do uso das duas mãos durante a escrita. O educador assinalava que não era sem razão a campanha pela ambidestria.

No ponto de vista ortopédico, reconheceu-se por unanimidade que a escrita vertical é para a criança uma atitude normal, por causa do cotidiano deslocamento de braço. Este movimento do braço ocasiona uma fadiga muscular que torna esta escrita fatigante e muito lenta e apresenta grandes perigos para as crianças predispostas às deformações e a câimbra dos escritores. A escrita inclinada que se produz por um mecanismo mais simples e, por conseguinte, muito menos fatigante, assegura à criança uma atitude correta. É esta que convém ensinar nas escolas. No ponto de vista oftalmológico o Dr. Pechia afirma que a escrita vertical não evita mais a miopia que a inclinada (Ibidem, p. 1).

Além de higiênica, a escrita vertical era considerada adequada à vida moderna, dado que esse tipo caligráfico, ao ser apresentado como rápido, econômico e higiênico, trazia para o universo escolar “a legibilidade e a simplicidade do texto produzido na máquina de es-

crever, oferecendo-se como mais adaptado aos signos da modernidade” (VIDAL; GVIRTZ, 1998, p. 19).

Os professores defendiam o uso da chamada caligrafia muscular, em contraposição à caligrafia vertical. A caligrafia muscular dava ênfase ao movimento, à rapidez do processo de escrever, e não à força e à forma. A caligrafia muscular se daria a partir de exercícios preparatórios, quando a criança era instada a apurar o controle dos movimentos da mão e do antebraço, com desenhos no ar ou no papel, iniciava-se o aprendizado do traçado de letras, palavras e frases.

A caligrafia muscular prescrevia uma escrita de tipo inclinado e sem talhe, obtida por tração e não pressão, resultado da unidade entre o movimento dos músculos do antebraço e da mão, a postura corporal do aluno na carteira, a posição levemente oblíqua do caderno, o ritmo regular do traçado da letra e a manutenção do lápis ou da pena constantemente sobre o papel. O ritmo era controlado por palmas ou canções elaboradas para o exercício. À medida que se aperfeiçoava o traço, reduzia-se paulatinamente seu tempo de execução (VIDAL, 2003, p. 501).

Não era somente no ensino da escrita que os preceitos de higiene deveriam ser observados, uma vez que os

problemas decorrentes da má postura envolviam outros aspectos:

mal se pode imaginar como se faz a oxigenação do sangue de uma criança a escrever sobre uma mesa que não está adaptada à sua altura, com o tronco todo torcido, reduzindo a sua já acanhada capacidade pulmonar, respirando o ar viciado e impuríssimo que já várias e repetidas vezes tem entrado e saído do aparelho respiratório de dezenas de crianças encerradas na mesma sala, carecendo de todo o conforto e da mais elementar higiene (SACADURA, 1906b, p. 5).

Em *Melhoramentos técnicos do ensino primário e normal*, Nestor Lima (1913, p. 6) registrou as observações sobre as escolas-modelos anexas às escolas normais em São Paulo. Confirmou que “o mobiliário consiste em uma mesa de pequena altura e cadeiras em redor dispostas e da proporção dos alunos”, ou seja, fica evidente a preocupação com a educação da infância. O governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, assinalava a compra, pela Diretoria-Geral de Instrução Pública, de mobiliário escolar à indústria alemã (RIO GRANDE DO NORTE, 1910).

A escola passava a ser um lugar de interesse da indústria escolar em desenvolvimento. A Maison Deyrol-

le7, criada pela família Deyrolle na cidade de Paris, em 1831, fabricava e comercializava objetos para uso na escola, como mobiliário escolar, materiais de laboratório e de museu, quadros parietais, pranchas pedagógicas, entre outros elementos que expressavam os campos de atividade de ensino, a saber: agricultura, anatomia, zoologia, geologia. Em um momento em que as ciências naturais, a história e a geografia humana passam a ser saberes ensinados na escola primária.

Na história da educação, a materialidade da escola se constitui como objeto e possibilidade de análises. Carteiras, utensílios diversos, cadernetas de professores, exercícios, provas, boletins escolares, livros de ocorrência, cadernos e trabalhos de alunos, uniformes, quadros-negros (ou de ardósia), bibliotecas escolares e livros dirigidos ao estudante ou ao professor muito podem dizer sobre métodos de ensino, disciplina, currículo, saberes escolares e formação de professores (LOPES; GALVÃO, 2005, p. 83).

Nesse sentido, a preocupação dos mestres do magistério primário com a higiene, mobiliário, utensílios e espaços escolares destinados às crianças estava justificada.

Repare-se na atitude arqueada em que uma criança procura ler em quadros parietais colocados em mal cal-

7 Conferir *Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX* (VIDAL, 1999).

culadas posições e veja-se a atitude forçada em que o aluno escreve num quadro preto de dimensões desproporcionadas à sua altura. Chegam a ser grotescas e curiosas as atitudes em que o aluno lê, escreve e desempenha todos os exercícios escolares (SACADURA, 1906b, p. 5).

Luiz Antônio Lima (1927) acreditava que o professor primário tinha a responsabilidade de orientar e corrigir os maus hábitos dos alunos durante o período da infância.

Descurados do lar, se não orientados nos jardins de infância e escolas maternais, cabe à escola primária a correção e formação dos hábitos numa idade que, bem aproveitada, pode restringir as consequências do inaproveitamento da fase mais própria e mais útil (Ibidem, p. 57).

Para o educador norte-rio-grandense, os mestres deveriam desenvolver uma segunda natureza na criança, aproximando-se com estas ideias do pensamento de Rousseau (2004) para a educação do Emílio. “O que visa o educador é corrigir uma natureza hereditária, má, criando o hábito que é, no velho conceito popular, uma segunda natureza boa” (LIMA, L., 1927, p. 29). A

noção de segunda natureza, nessa concepção, aproxima-se do conceito de *habitus*, postulado por Elias (1994), entendido como a incorporação do social pelos indivíduos.

O médico-higienista potiguar acentuava também que as mães estavam incumbidas do exercício de educação das crianças: “é evidente a necessidade improrrogável de preparar as mães para exercer sobre esses plásticos, a influência norteadora dos bons hábitos, pois que nisso se resume a vida deles” (LIMA, L., 1927, p. 59).

A tese *Higiene mental e educação* (1927, p. 142) registrava a educação de que a escola se incumbia, da aplicação da higiene mental e da psicologia experimental, disciplinas imprescindíveis aos programas das escolas normais, que têm a seu cargo a preparação do professorado. Durante a formação recomendava que fossem contemplados conhecimentos de higiene mental, ao lado dos outros que concorriam à formação literária e técnica dos profissionais do ensino.

Diante disso, asseveramos que os livros, a legislação e os regulamentos compuseram e construíram uma cultura escolar, colaborando para a consolidação da Escola Normal, instituição conhecida em diferentes partes do mundo. São materiais criados no interior de projetos de formação de um número significativo de professores que se destinavam à instrução pública mantida pelo Estado e propostos a uma parcela expressiva, de forma gratuita e, por vezes, obrigatória.

II

A ESCOLA NORMAL DE NATAL

A Escola Normal de Natal, no século XIX, tem sua história acompanhada por intermitências de abertura e de funcionamento. Ela teve sua primeira fundação autorizada pela Lei nº 671, de 5 de agosto de 1873. Começou a funcionar em 1º de março de 1874, com matrícula inicial de vinte alunos-mestres, regulamentada por Decreto de 12 de janeiro do mesmo ano (RIO GRANDE DO NORTE, 1874, p. 28). Estava entre as primeiras instituições do gênero criadas no Brasil e formou três docentes: Antônio Gomes Leite, Celso Caldas e Joaquim Peregrino⁸.

Funcionou durante quatro anos, sendo extinta pelo Decreto nº 809, de 19 de novembro de 1877.

A segunda Escola Normal, criada já na República, “foi natimorta”, na expressão de Nestor Lima⁹. Foi cria-

8 Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes, proveniente da família Rocha Fagundes, de Vila Flor (RN), foi professor em Macaíba (RN). Não obtivemos informações acerca dos demais professores e de sua atuação no magistério.

9 Bacharel em direito e estudioso da pedagogia da Escola Nova, Nestor dos Santos Lima foi professor de pedagogia e de pedologia da Escola Normal de Natal e foi o primeiro diretor do Depar-

da pelo governador Adolfo Gordo, por decreto de 8 de fevereiro de 1890. A terceira Escola Normal, que é a de Pedro Velho e data de 1882, só chegou a ser instalada em “começos de 1897” (LIMA, N., 1927a, p. 139). Era exclusivamente masculina. Diplomou, até 1901, cinco professores: Alfredo Celso de Oliveira Fernandes, Lourenço Gurgel do Amaral, Luiz Marinho Simas, Pedro Alexandrino dos Anjos e Pedro Gurgel de Oliveira. Sobre esses mestres sabemos que: Alfredo Celso Fernandes, após receber o diploma de professor primário, conferido pela Escola Normal de Natal, em 1900, matriculou-se, no ano seguinte, na Faculdade de Direito do Recife. Em 28 de novembro de 1905, tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais; Lourenço Gurgel do Amaral ministrou aulas nos cursos elementares masculinos do Grupo Escolar Antônio Carlos, em Caraubas (RN), no Grupo Escolar 30 de Setembro, em Mossoró (RN), onde foi diretor, bem como no Grupo Escolar Ferreira Pinto, em Apodi (RN). Colaborou com os periódicos *Oasis*, *Ires*, *Miscelânea*, *A República* e *O Comércio*, de Mossoró; Luiz Marinho Simas, por seu turno, lecionou no município de São José do Campestre (RN); Pedro Alexandrino dos Anjos foi professor de português; Pedro Gurgel de Oliveira, nomeado professor público em Caicó (RN), chegou a essa cidade em 5

tamento de Educação do Rio Grande do Norte, em 1924, cargo que exerceu durante o governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1923-1927). Participou da I Conferência Nacional de Educação, da Associação Brasileira de Educação, em Curitiba (PR), em 1927, com as teses: Unificação e magistério nacional (1927c) e O celibato pedagógico (1927a).

de março de 1899. Foi o primeiro diretor do Grupo Escolar Senador Guerra, em março de 1909, designado pelo governador Alberto Maranhão.

A instituição em análise “extinguiu-se à falta de alunos, ou melhor, morreu de inanição”. Essa foi a análise de Nestor dos Santos Lima (1927b). Todavia, durante a análise de documentos desse período encontramos a oferta de classes normais pela Igreja Presbiteriana de Natal. Esse fato chamou nossa atenção para as questões sobre a laicização do ensino, de modo particular, o ensino normal e a formação de professores nessa perspectiva.

Ao investigarmos a prática pedagógica no primeiro Grupo Escolar do Rio Grande do Norte, o Grupo Modelo Augusto Severo, nos deparamos com o nome da professora Sidrônia de Carvalho, que esteve na composição do primeiro quadro de professores da referida escola elementar, em 1908, momento no qual não havia professores habilitados conforme as exigências da Diretoria-Geral de Instrução Pública.

Ela teve sua formação no ensino secundário, fazendo parte da história da abertura do Atheneu Norte-Rio-Grandense Feminino, em 1903, um dos poucos espaços de ensino secundário destinados à educação da mulher potiguar. Estavam entre as primeiras moças matriculadas: Sidrônia de Carvalho, Maria Armin-da Caldas, Edilbertina Figueira e Albertina Avelino, as quais foram aprovadas no exame de humanidades. A abertura dessa instituição denota a inserção da mulher no cenário educativo em uma época, enfatizamos, que

eram poucas as escolas públicas destinadas à educação das moças e, mais, que lhes ofereciam formação intelectual científica.

Esse aspecto nos permite problematizar a oferta de um curso normal em Natal por professoras não habilitadas pelas instituições do Rio Grande do Norte. Desde 1901, ou seja, antes mesmo de receber a formação secundária no Atheneu, a professora Sidrônia de Carvalho estava envolvida com a formação de normalistas. Ela registrava em setembro do referido ano no *The Missionary* que, ao lado da missionária senhorita Reed, contribuía para a formação de moças professoras.

Acreditamos que o funcionamento dessa classe normal estava em consonância com a determinação do *Regulamento de instrução primária e secundária* (RIO GRANDE DO NORTE, 1892, p. 210) o qual asseverava que todos os estabelecimentos de ensino do Estado estavam sujeitos às suas determinações, acentuava que o ensino seria leigo e gratuito e afirmava:

Art. 6°. O ensino particular é completamente livre e independente. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, poderá abrir estabelecimento de ensino, sujeito apenas às seguintes condições:

1ª. Comunicação prévia ao Diretor Geral da Instrução Pública declarando o nome do proprietário e Diretor,

sua denominação e o local em que funcionará;

2ª. Apresentar no prazo improrrogável de oito dias, sempre que lhe for pedido por aquele funcionário, mapas circunstanciados da matrícula e frequência; indicados os nomes, idades, naturalidades e classes dos alunos;

3ª. Remeter anualmente ao Diretor Geral, de 10 a 20 de dezembro, o mapa do movimento anual do estabelecimento com as condições acima;

4ª. Exibir certificado de boas condições higiênicas do edifício, passado por autoridade competente.

Parágrafo Único. A falta de qualquer destas exigências acarretará multa de cem mil réis pela primeira vez, de duzentos pela segunda, e o fechamento do estabelecimento pela terceira.

As senhoritas Sidrônia de Carvalho, Maria Armin-da Caldas, Edilbertina Figueira eram professoras primárias na Escola Presbiteriana, instruídas pela missionária americana, senhorita Reed. Em correspondência com o senhor Rankin, a professora Sidrônia acentuava:

A senhorita Reed nos ensina fora da escola. Temos atualmente apenas três salas de aula, e estamos muito apertados. Vamos nos mudar para uma casa maior em novembro; teremos então cinco boas salas de aula [...] a escola não crescerá rapidamente, mas, aumentará com certeza. Temos alunos suficientes para dar a cada uma de nós experiência em como ensinar e em como administrar. Temos setenta e nove alunos matriculados este ano. Estamos aprendendo a amar nosso trabalho como a senhorita Reed faz (NORMAL..., 1901, p. 556).

No início do século XX, a história da Escola Normal de Natal esteve relacionada à Reforma do Ensino Primário, que permitiu sua reabertura para a formação de professores e professoras, e a institucionalização de uma rede de grupos escolares, sendo o primeiro do gênero, o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo. A instituição primária servia de modelo às demais instituições elementares do estado.

A história da Escola Normal mantém uma estrita relação com a implementação da instrução pública, em especial, com a instrução primária, uma vez que ela tinha por fim formar os professores que atuariam na instrução da infância.

No Rio Grande do Norte, particularmente em 1906, era reclamada uma instituição específica para habilitar professores para o magistério primário. O professor Francisco Pinto de Abreu, então diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, apresentava no relatório anual da Instrução Pública uma preocupação com os professores, especialmente com sua formação, como evidencia o relatório:

Urge providenciar sobre o preparo dos mestres, garantindo-lhes vencimentos compensadores; definir a competência municipal nessa matéria; rever os regulamentos para simplificar os programas e adotá-los às nossas condições de vida; reformar o sistema defeituoso de inspeção; restabelecer o fundo escolar, escriturado especialmente no tesouro, sabiamente previsto por uma lei de 1892, com a contribuição forçada de todos os municípios, incumbindo-se no Estado da construção de escolas e custeio do Instituto Profissional (RIO GRANDE DO NORTE, 1906b).

Em sua visão, a função do mestre deveria ser privilegiada através da garantia do seu bem-estar no exercício “da nobre missão social de ensinar”. Para ele, o professor deveria ser tão respeitado “como o vigário

da freguesia, por ser um órgão indispensável de civilização” (Ibidem). Sendo os poderes municipais os responsáveis pelos docentes, através dos quais se alcançariam a moral, o direito e a política que honrasse e felicitasse o povo.

Finalmente, a Escola Normal de Natal foi criada em 13 de maio de 1908 com o objetivo de preparar os professores e aperfeiçoar a escola primária do estado. A instituição instalou-se nas dependências do Atheneu Norte-Rio-Grandense com suas cadeiras providas mediante contrato e sua direção confiada ao diretor-geral de Instrução Pública do Estado, Francisco Pinto de Abreu, que também era um dos lentes do Atheneu e foi, portanto, o primeiro seu diretor.

A primeira turma formada pela Escola Normal de Natal, em 4 de dezembro de 1910, diplomou os seguintes professores:

Luiz Antônio dos Santos Lima, Severino Bezerra de Melo, Manuel Tavares Guerreiro, Anfilóquio Carlos Soares Câmara, Francisco Ivo Cavalcanti, José Rodrigues Filho, Luiz Garcia Soares de Araújo, Eci-la Pegado Cortez, Judite de Castro Barbosa, Áurea Fernandes Barros, Olda Marinho, Stela Vésper Ferreira Gonçalves, Beatriz Cortez, Arcelina Fernandes, Guiomar de França, Anita de Oliveira, Francisca Soares da

Câmara, Maria Natália da Fonseca, Maria Abigail Mendonça, Maria das Graças Pio, Clara Fagundes, Maria da Conceição Fagundes, Maria Julieta de Oliveira, Maria Belém Câmara, Maria do Carmo Navarro, Helena Botelho, Josefa Botelho (O ENSINO, 1910, p. 1).

Entre os diplomados na primeira turma havia vinte professoras e sete professores. Acentuava-se a tendência para a feminização do magistério, notada em outras regiões do país como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (ALMEIDA, 1998, p. 56). Os homens abandonavam as salas de aula e a feminização do magistério ganhava espaço. A inserção feminina na escola normal era a possibilidade que a mulher dispunha de se engajar no mundo do trabalho, uma vez que tal possibilidade não subverteria as funções femininas: ser mãe, esposa e dona de casa. Eram funções cumulativas.

Após a diplomação, os professores estavam habilitados a lecionar nos cursos primários públicos e privados. Para ser credenciado como professor público provisório, o docente passava por exames nos quais constavam os principais pontos da prática nesses estabelecimentos primários. Fazia parte da avaliação uma prova escrita com a descrição de um passeio escolar, a apreciação de uma festa da árvore e de uma festa nacional realizada na escola, cujo tema seria a influência da educação na formação do caráter nacional.

O estabelecimento de ensino funcionou no Atheneu Norte-Rio-Grandense até 31 de dezembro de 1910. No ano seguinte, mudou-se para as instalações do “edifício escolar de mais amplas e majestosas proporções”, o Grupo Escolar Augusto Severo. À época, um moderno prédio escolar instalado na praça homônima, no Bairro da Ribeira, em Natal. “Todo mundo sabia que era ali a Escola Normal, mas se dizia que era o Grupo Modelo” (MORAIS, Maria Arisnete, 2006, p. 76). Desse modo, além da escola elementar modelo, o prédio passou a abrigar a instituição de formação para o magistério.

Nesse estabelecimento funcionavam os três elementos que compunham uma escola normal de segundo ciclo, que era a formação de professores primários em três anos, um grupo escolar e um jardim-modelo, que serviam à prática das normalistas. A partir de 1910, o ensino normal passou a ser ministrado em quatro anos e compunha-se das seguintes disciplinas: português, francês, aritmética, noções de geometria teórica e prática, geografia geral e particular do Brasil, história geral e particular do Brasil, educação moral e cívica, noções de física e química aplicadas à vida prática, história natural aplicada à agricultura e à criação dos animais. Esse corpo de conhecimentos gerais e científicos era ministrado nos dois primeiros anos. Eram disciplinas especializadas que dotavam o Curso Normal de um caráter propedêutico à profissão docente. As disciplinas que compunham os dois últimos anos consistiam em: pedagogia, história da educação, economia e leis escolares, higiene escolar, desenho, princípios de música e cantos

escolares, trabalhos manuais, economia e artes domésticas (para o sexo feminino), educação física e exercícios infantis. Por fim, o local da prática seria no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo. Essa experiência prática no cotidiano de uma instituição primária introduzia os docentes no magistério e dava ao Curso Normal aspectos instrumentais.

FIGURA 1 – Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, 1907



Fonte: Iphan-RN, 1907.

Ao final dos dois primeiros anos, os alunos eram submetidos a uma avaliação para aferir seu aprimoramento nas matérias. Ao término dos dois últimos, passavam por mais um exame de suas aptidões nos conhecimentos e, por fim, na prática escolar adquirida no Grupo Modelo durante o ano letivo. Concluído o Curso Normal, os docentes estavam habilitados para atuarem no ensino primário como professores em qualquer uma das instituições primárias do Rio Grande do Norte.

O Estado só reconhece, como tais, para o aproveitamento efetivo no magistério público, os professores diplomados pela Escola Normal do Rio Grande do Norte, externato dirigido por pessoa de livre nomeação do Governador, dentre os professores ou dentre os profissionais estranhos ao mesmo estabelecimento (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 11).

Quando diplomados, os professores tinham o incentivo do estado através do *Livro de honra*. Os que obtivessem boas notas recebiam elogios, votos de louvor e outros tipos de comendas. Esse instrumento de registro foi criado pelo Artigo 195 da Lei Orgânica do Ensino, de 1916, no qual os professores primários que se destacassem eram homenageados. Um estímulo à prática docente. O assentamento era considerado uma recompensa aos educadores que mais trabalhassem pela difusão e desenvolvimento do ensino. Para receber a láurea, os mestres tinham que se distinguir pelo trabalho intelectual, pela técnica escolar, bem como no cumprimento dos deveres profissionais e na dedicação à causa da instrução.

Em 26 de março de 1919, eram louvados pelo diretor-geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, e publicados no *Livro de honra* os nomes dos professores primários que se sobressaíram no cenário educativo, bem como os respectivos números de alunos que

obtiveram êxito escolar (Idem, 1919a, p. 44). Constavam nesse livro os nomes dos professores primários Manoel Tavares Guerreiro, Luiz Antônio dos Santos Lima, Stella Ferreira Gonçalves, Oscar Wanderley, Guiomar de França, Stellita Melo e Anna Silva de Araújo, professores que se destacaram no magistério enquanto intelectuais atuantes na sociedade e contribuíram para a educação de gerações.

O registro profissional facultava aos docentes competentes e de boa conduta informações apropriadas em concursos de títulos. O regulamento conferia o Prêmio Pestalozzi, uma medalha de ouro com efígie deste educador ou, ainda, o Prêmio Fröebel, uma medalha de prata com a efígie do pedagogo (Idem, 1910, p. 125). Além da comenda, os docentes ganhavam viagens para observar e relatar os progressos do ensino em outros estados.

Na década de 1920, a Escola Normal de Natal já estava consolidada como a instituição de preparo do magistério primário potiguar. O professor Nestor Lima, ao centro das Figuras 5, 6 e 7, era o diretor desse estabelecimento de ensino e o diretor-geral da Instrução Pública, posteriormente, Departamento de Educação.

FIGURA 2 – Turma de formandos, professores e diretor da Escola Normal, década de 1920



Fonte: Aquino, 2007, p. 76.

FIGURA 3 – Diretor e formandos da Escola Normal de Natal, 1922



Fonte: IHGRN, 1922.

FIGURA 4 – Nestor dos Santos Lima, diretor-geral da Instrução Pública



Fonte: IHGRN, [19--].

Nesse período, o envolvimento do professorado em todos os aspectos da educação se fazia forte. Participavam de associações, a exemplo da APRN, criada em 1920, de reuniões, bem como de outros aspectos formativos. Os professores Luiz Antônio dos Santos Lima, Ecila Cortez dos Santos Lima, José Rodrigues Filho, Carolina Wanderley, Lígia Navarro, Christovam Dantas, Joaquim Soares, Francisca Soares da Câmara, Ivo Filho, Tobias dos Santos, Francisco Veras, Eliza Guimarães, Abigail Fernandes, Oscar Wanderley, Israel Nazareno, Paulo Nobre, Herondina Câmara, Julia Alves Barbosa, Clotilde Lima, Rosa Cabral, Emiliana Silva e Alzira Queiroz eram associados e colaboradores da Associação de Professores.

O curso de férias, realizado em janeiro dos anos de 1925 e 1926, promovido pelo Departamento de Educação, reuniu os educadores, em seu primeiro ano, no Salão da Escola Normal de Natal e, no ano seguinte, no Teatro Carlos Gomes – atualmente Teatro Alberto

Maranhão. Nessas reuniões, os docentes ouviam palestras sobre os temas que diziam respeito à atividade na escola primária, como doenças infectocontagiosas, ensino da língua, aritmética, geometria, cartografia, escrituração e administração escolar e orientações gerais sobre o ensino.

As assembleias tinham uma média de frequência de 120 docentes da rede pública de ensino. Conforme Nestor Lima (1927), a Escola Normal de Natal havia formado mais de duzentos professores primários e a de Mossoró, criada pelo Decreto nº 165, de 19 de janeiro de 1922, trinta professores, em fins da década de 1920. Muitos docentes formados na Escola Normal atuavam em instituições públicas como os Grupos Escolares, “considerados escolas de qualidade e de grande prestígio social que se estendia ao corpo docente” (SOUZA, 1998, p. 73).

A atividade de ensinar era um ofício. Produzia práticas, consolidava a profissão docente e delineava condutas e mentalidades. Nas salas de aula, nos corredores, nos pátios e em outros meios, os professores representavam os artífices da moral e atendiam aos preceitos vigentes. Enfrentavam desafios, ocupavam novos postos de trabalho na inspeção, fiscalização e produção de leis relativas ao ensino, formas do fazer docente que evidenciam a história da profissão docente no Rio Grande do Norte.

As reformas de ensino do estado desenvolveram as configurações do ensino primário e normal ao normatizarem as instituições formadoras de educadores

e a carreira profissional. Indicavam os modos de fazer e condutas específicas na escola primária. As escolas normais eram espaços de afirmação profissional, lugares de reflexão sobre as práticas, que conferiam aos professores a representação dos profissionais que produziam saberes e legitimavam a profissão docente. Essas instituições de formação docente davam autenticidade a um saber produzido no exterior da profissão, que veiculava uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos.

As singularidades locais e institucionais demonstram que a consolidação do ensino profissional para o magistério aconteceu no mesmo momento em que foram delineadas as diretrizes para a organização educacional. O estudo evidenciou que as determinações políticas privilegiavam a formação docente para a Escola Normal de Natal, espaço das aprendizagens pedagógicas que produziam saberes e legitimavam a instrução.

O quadro do Curso Normal, o qual tinha por fim preparar o profissional do magistério, era composto pelos seguintes lentes, nas nove cadeiras, respectivamente: Nestor Lima, o qual acumulava os cargos de diretor da instituição e professor da Cadeira de Pedagogia; João Tibúrcio, Cadeira de Latim, Francês e Português; Theodulo Câmara; Tertuliano Pinheiro; Manuel Garcia; Francisco Ivo, Cadeira de Geografia; Antônio Dantas; Luiz Antônio, Cadeira de História Natural; e Ecila Cortez Lima, Cadeira de Desenho, Caligrafia, Trabalho Manual, Exercícios Físicos Femininos e Economia Doméstica. ([LENTES...], 1914).

A professora Ecila Cortez de Lima era a única professora da instituição formadora para o magistério. Na escola primária, no entanto, o número de professoras era maior que o de mestres primários do sexo masculino. O quadro docente do Grupo Escolar João Tibúrcio, por exemplo, era composto somente por mestras, fato que confirma o crescente processo de feminização do magistério.

FIGURA 5 – Professores primários do Grupo Escolar João Tibúrcio



Fonte: IHGRN, [19--].

Os programas da prova de capacidade para o provimento das cadeiras da Escola Normal estavam em conformidade com o Código de Ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1910) e expressavam o que se esperava do professor. A prova dividia-se em dissertação e prática, pela qual seria aferido o desempenho do professor nas lições em classe. Os formandos deveriam mostrar os

conceitos da pedagogia moderna e a práxis educativa condizente com os ideais vigentes. Temas como a criança e a pedologia, a exploração física e os sentidos, a educação moral e a pedagogia (ESCOLA..., 1914) evidenciam essa necessidade. Simultaneamente, os mestres deveriam saber sobre a pedagogia, conceito e divisão, a educação, em sua diferença em relação à instrução, sobre a organização pedagógica da escola e acerca da formação e dos requisitos para ser um mestre (LIMA, N., 1914, p. 1).

As escolas normais deveriam formar professoras para um desempenho profissional calcado no humanismo, na competência e na moralidade. Às mulheres essa educação deveria bastar.

Em classe primária, quando a normalista faz às vezes mestra e ensaia as suas propensões pedagógicas, num meio puramente escolar e apropriado [...] o uso da vestimenta adotada para todos os trabalhos da Escola [...] bem se coordena com a natureza das funções a que se vão destinar de futuro, que é a formação, pela escola primária, dos novos espíritos verdadeiramente amantes do que a natureza lhes concedeu na terra, nos costumes, nas virtudes e nos hábitos característicos da nossa nacionalidade (LIMA, N., 1921, p. 19).

A instrução da mulher deveria se reverter em benefício da família e por meio desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo. Foi nesse intento que a instituição passou por diversas organizações.

FIGURA 6 – Formandos da Escola Normal de Natal, 1936



Fonte: Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, 1936.

Na década de 1930, foram organizados os Institutos de Educação, os quais tiveram por referência as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933. No Rio Grande do Norte, o Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938, reformou o Ensino Normal e estendeu a formação de quatro para sete anos (RIO GRANDE DO NORTE, 1939); foram introduzidas disciplinas ditas modernas,

baseadas nas ideias escolanovistas, como: a psicologia, a sociologia e a antropologia educacional. Houve também a separação entre o Curso de Formação Geral e o Curso Profissional, o que tornou obrigatório ao candidato a normalista, o Curso Secundário no Ateneu, regido por leis federais, como pré-requisito para o ingresso no Curso Normal.

O Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946) conferiu nova organização ao sistema de Ensino Normal, o qual poderia ser ministrado no Curso Normal Regional, na Escola Normal e no Instituto de Educação. Pelo referido regulamento, o Ensino Normal tinha por objetivo prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias e habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas, além de desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

O jornal *A Ordem*, de 14 de dezembro de 1953, assinalava a criação do Instituto de Educação pelo governador Silvío Pedrosa, a partir da Lei nº 1.038, de 12 de dezembro de 1953 (CRIADO..., 1953). Esse estabelecimento de ensino era subordinado ao Departamento de Educação e nele funcionariam os Cursos Ginásial e Colégial do Colégio Estadual e a Escola Normal de Natal.

A Lei nº 2.639, de 28 de janeiro de 1960 (RIO GRANDE DO NORTE, 1960), atribuiu à instituição em estudo a condição de Instituto de Educação, onde eram ministrados o Curso Ginásial e os cursos próprios das Escolas Normais – Cursos Normais de segundo ciclo, o

Jardim de Infância e a Escola Primária, contíguos à instituição. Do mesmo modo, eram ofertados os cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares. A instituição formadora de professores ocuparia diferentes estabelecimentos de ensino até março de 1966, quando foi instalado o Instituto de Educação Presidente Kennedy.

O início do funcionamento do Instituto de Educação Presidente Kennedy se deu de forma problemática. No prédio não havia telefone; as instalações elétricas estavam concluídas, mas sem ligação, pois a rede ainda não passava pela Rua Jaguarari. A instituição funcionava em dois turnos no prédio instalado no Bairro de Lagoa Nova, e em um turno, à noite, na antiga sede da Escola Normal da Praça Pedro Velho. No final do referido ano, o Instituto de Educação Presidente Kennedy formava a sua primeira turma, conferindo aos formandos o diploma de professor primário, assinado por Jarbas Bezerra, secretário de educação, e Francisca Nolasco Fernandes de Oliveira, diretora.

Seria longa a chamada do tempo para todos os professores e professoras que foram se configurando na história e que também lecionaram na Escola Normal de Natal. Citamos, como exemplo, nomes que ajudaram a formar a turma que concluiu o Ensino Normal naquele ano. Essa foi a primeira turma do estabelecimento de ensino em sua nova instalação: Dulce Wanderley, Maria Gadelha Barbalho Simonetti, Dorvalina Emerenciano, Zacarias Cunha, Professor Manoel Rodrigues de Melo, Carmem Pedrosa, Lavoisier Maia,

Aliete Roselli, Dione Moreira, Elza Sena, Joana D'Arc da Silveira, Williams Pinheiro, José Alfran (MORAIS, Maria Arisnete, 2006, p. 79).

A Figura 10 evidencia professores que fizeram parte da instituição durante a gestão da professora Francisca Nolasco. Estão de pé, da esquerda para a direita, a partir da segunda professora, Teresinha, Adélia Alice de Medeiros, professor José Alfran Galvão, professor William Pinheiro, professoras Francisca Daniel e Conceição Cunha. Aparecem sentados, da esquerda para a direita: professora Dione Moreira, Manoel Rodrigues de Melo, Francisca Nolasco Fernandes (Dona Chicuta), Herly Parente, Dulce Wanderley. Essas informações foram obtidas com a colaboração das ex-normalistas Ilza Brilhante, Maria Arisnete Câmara de Morais e Maria Arisneide de Morais (MORAIS, Maria Arisneide, 2012).

FIGURA 7 – A diretora Chicuta Nolasco e lentes do Instituto de Educação Presidente Kennedy



Fonte: Acervo particular de Ilza Brilhante, [19--].

Os professores e professoras são objetos de investigações desenvolvidas na Base de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero. Os resultados são apresentados em teses, dissertações e monografias que particularizam as práticas educativas de educadores na sociedade norte-rio-grandense de outrora, a exemplo de Stella Vésper Ferreira Gonçalves (MARTINS, 2011; SENA, 2005); Judite Bezerra de Melo (NOGUEIRA; BARBOSA, 2001); Severino Bezerra de Melo (SILVA, J., 2009); Josefa Botelho (SILVA, I., 2009); Luiz Antônio dos Santos Lima (COSTA, 2012). Somam-se a esses estudos as produções acadêmicas de Amorim (2010), Francinai-de Silva (2007), Hollanda (2002) e Ribeiro (2003), que por perspectivas e metodologias semelhantes investigam a produção pedagógica educacional dos primeiros educadores primários, seja nas cidades do interior do Rio Grande do Norte, nos grupos escolares, na direção dos órgãos públicos administrativos educacionais ou na redação da revista *Pedagogium*.

Muitos dos que configuram o período analisado designam nomes de ruas e de instituições, como escolas, hospitais, bibliotecas e grêmios estudantis. Muitos outros, porém, ainda estão no silêncio dos arquivos, à espera de pesquisas. São iminentes objetos de estudos. Suas práticas estão envoltas no passado. Denominam estabelecimentos de ensino estaduais instalados em Natal, tais como: Escola Estadual (Maria de) Belém Câmara, no Bairro de Cidade da Esperança, Escola Estadual Stella Gonçalves, no Bairro do Alecrim, Escola Estadual Olda Marinho, na Praia do Meio. Além desses,

há também a Escola Estadual Arcelina Fernandes, em Macaíba, e a Escola Municipal Helena Botelho, na cidade de Taipu. Essa é uma forma de reconhecimento e perpetuação da memória de professores e professoras que deram sua contribuição à educação potiguar.

Entre 1939 e 1971 foram instituídos e implantados os Cursos de Pedagogia e de Licenciatura, como também consolidado o modelo das Escolas Normais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), institucionalizou o ensino profissionalizante no Segundo Grau, provocou alterações no ensino normal e interferiu na orientação das escolas normais do Brasil. A referida lei estabeleceu o Segundo Grau com habilitação específica para o magistério, em quatro anos, para o exercício no ensino de 1^a a 4^a séries. Dessa forma, o Curso Normal, como estava configurado até aquele momento, foi desativado e transformado em Habilitação para o Magistério, o qual designava a tipologia das escolas.

III

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO EM NATAL

A história da formação do magistério primário em Natal, entre 1908 e 1971, evidencia as estreitas relações entre educação e sociedade nas quais movimentavam-se os professores. Os aspectos da educação escolar no Rio Grande do Norte são configurados a partir das interdependências que constituem o contexto em que se circunscreve este estudo.

A Escola Normal, os professores primários, bem como o Grupo Escolar constituem a figuração educacional em análise. Instituição, sujeitos e dispositivos estão implicados na constituição das ações educativas.

Os fenômenos sociais, as figurações que muitos indivíduos singulares formam em sua convivência, são tratados frequentemente em muitas formulações históricas, embora não mais em todas, como bastidores, diante dos quais indivíduos isolados agem como autênticos atores

dos eventos históricos (ELIAS, 2001, p. 50-51).

As condições e características políticas, legais e administrativas da Escola Normal de Natal, como também a reflexão sobre sua estrutura técnico-pedagógica, expressas na atuação educativa, são vistas por meio das tendências e concepções sobre os sentidos teórico conceituais dos sujeitos que concebiam, organizavam e administravam a educação no período em análise, dado que “as sociedades são figurações de homens interdependentes” (Ibidem, p. 44).

A administração do governador Alberto Maranhão (1908-1913)¹⁰ promoveu várias mudanças no ensino. Criou, pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, os Grupos Escolares e as Escolas Mistas e reabriu, pelo mesmo decreto, a Escola Normal de Natal para o preparo de professores de ambos os sexos. A formação no magistério tinha por finalidade suprir o Estado com profissionais de educação qualificados segundo suas exigências, isto é, formar os novos mestres de maneira racional e “consoante a orientação da moderna Pedagogia”, para que a reforma obtivesse o êxito esperado. O referido decreto restabeleceu também a Diretoria Geral da Instrução Pública, extinta em 1900, a fim de

10 Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872-1944) foi governador do estado do Rio Grande do Norte em dois mandatos, o primeiro, de 1900 a 1904, e o segundo, de 1908 a 1913 (MORREIRA, 2005, p. 30), e líder do Partido Republicano após a morte de seu irmão, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1895) (OLIVEIRA, G. 1999, p. 90).

fiscalizar o ensino. Essas medidas tinham por finalidade reorganizar a instrução pública para adaptá-la às novas condições sociais e aos interesses do povo no Governo Republicano (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 46).

Entretanto, a reforma do ensino primário suscitava discussões diversas. O jornal *Diário do Natal*, em 7 de junho de 1908, alertava ao governador do estado que *Sempre é tempo de emendar o erro*:

mas, porque os métodos modernos de ensino sejam preferidos aos antigos, porque as nossas escolas no interior estivessem desprovidas do material escolar preciso, porque os professores tivessem poucas habilitações para o ensino, segue-se fechar estas escolas até que pudéssemos ter as modernas, regidas por professores competentes, habilitados de acordo com os preceitos da moderna pedagogia? Certamente que não, porque antes pouco do que nada. Os nossos professores, mesmo os mais atrasados, sempre ensinam a ler e escrever uma carta, embora mal, e a fazer as quatro operações fundamentais da aritmética. O homem do centro, o rústico pobre que consegue essa instrução para seus filhos, dá-se por satisfeito (SEMPRE..., 1908, p. 1).

A matéria reconhece a situação em que se encontrava o ensino norte-rio-grandense, com escolas carentes de materiais, a incompetência e “a falta de habilitações dos professores”, mas considerava um ato “extravagante, impensado, desastrado” a supressão de todas as cadeiras públicas de instrução primária, uma vez que:

para o estabelecimento de um único grupo escolar nesta capital, o governo lutou com dificuldades não pequenas. Primeiramente, com a construção do prédio, que com os móveis e material escolar necessários, deve andar por sessenta e muitos a setenta contos, o que para as forças do nosso orçamento já é objeto; em segundo lugar para arranjar o pessoal docente preciso, sendo obrigado a mandar contratar no Rio de Janeiro um professor competente para dirigir o grupo e chamar para professoras e adjuntas as poucas moças que, com algumas habilitações para o ensino, estavam prestando-nos aqui bons serviços no magistério particular (Ibidem, p. 1).

O colunista do *Diário do Natal* reclamava da insuficiência de vagas, que mal atendiam à demanda de crianças na capital, tampouco no interior. Reclamava

também da demora dos efeitos dessa nova configuração educativa:

assim, só depois de construídos os prédios e de haver alunos mestres titulados pela Escola Normal, que vem abrir-se, para professores, poderá o governo ir estabelecendo esses grupos e escolas, daqui há uns quatro ou cinco anos se a coisa não cair no esquecimento, como pode acontecer com todas estas reformas radicais (Ibidem, p. 1).

Segundo a matéria, a população ficaria privada de escolarização, nos moldes antigos e novos, por pelo menos quatro anos. O colunista sugeria ter o governador como único interlocutor:

reflita o Dr. Alberto Maranhão atendida para as condições do Estado e se convencerá que a transformação do nosso ensino; que todos nós reconhecemos necessária, não pode ser obra de um dia, demanda tempo, de muito trabalho e força de vontade, e só pode ser feita por partes [...] Sempre é tempo de emendar o erro (Ibidem, p. 1).

Ao longo do século XX, não somente a educação, mas também o perfil da cidade de Natal se modificou progressivamente. A iluminação a gás, a água encanada, o serviço de telefonia, as estradas de ferro e os bondes elétricos, que simbolizavam a prosperidade no período, aos poucos foram substituídos por materiais e serviços ainda mais modernos. Outras partes da cidade foram povoadas e passaram a receber instituições como a Escola Normal de Natal, instalada no Bairro de Lagoa Nova, na década de 1950, uma região da cidade pouco habitada. Modificavam-se também os hábitos da cidade, exigindo de seus habitantes novas formas de convívio.

Os jornais informam as transformações de Natal. Com os textos e a partir deles tentamos construir, em parte, o cenário no qual foi construída a história da instituição em análise. Nesses suportes, encontramos o material para configurar a educação e a sociedade: crônicas, artigos e outros escritos que apresentam a configuração educacional. A coluna *Educação e ensino*, escrita pelo professor Antônio da Rocha Fagundes, compõe-se de crônicas que circulavam no jornal *A República* na década de 1940. Trata-se de 54 crônicas que versam sobre os mais diversos temas, entre eles: o papel do professor, a disciplina na escola primária, a leitura, o exercício de ditado, a higiene na escola, a arte de ensinar, a orientação profissional, o bom humor na educação, os programas escolares, a educação no lar, o cinema na escola, a escola de ontem e a escola de hoje, fases da vida infantil, o jardim de infância e a preparação do mestre.

Sobre a preparação do mestre, Fagundes (1940, p. 99) asseverava que os conhecimentos de um professor deveriam ser amplos, “muito mais vastos do que os limites da lição que ministra”, porque na ocasião em que se leciona “não há tempo para fazer-se esforço de recordação ou de raciocínio”. Na concepção desse autor, a preparação do mestre deveria abranger não somente o conhecimento da matéria, mas também a apresentação da lição, isto é, o método a ser seguido, “quer no prelecionamento, quer na lição”. Ele acreditava que “o melhor mestre é, pois, o que melhor prepara as suas lições e procura transmiti-las visando o maior aproveitamento da classe que dirige” (Ibidem, p. 100).

De modo semelhante, Mário Tavares de Oliveira escreveu *A tragédia do mestre-escola*, livro composto por crônicas publicadas pela primeira vez no jornal *Diário de Natal*, em 1952. Os escritos enfatizam a vida de professores e professoras primárias do Rio Grande do Norte, particularmente, a profissionalização do magistério, os modestos salários que recebia o professorado e o descaso dos dirigentes para com a educação.

Entre os artigos e crônicas, encontramos informações e registros que expressam as recordações dos professores. Passados cinquenta anos de reabertura da Escola Normal de Natal, o professor Severino Bezerra de Melo, diplomado na primeira turma, em 1910, escreveu em *A República*:

uma das alegrias de quem chega à velhice, com as faculdades do espírito ainda em equilíbrio, é rememorar acontecimentos e pessoas de tempos já vividos. Sabem disso muito bem aqueles que atingiram a essa etapa da vida e daqui a 20 ou 30 anos o saberão também os moços de hoje, e foi justamente por isso que me lembrei, no momento em que o magistério potiguar está comemorando o transcurso do cinquentenário da instalação da nossa Escola Normal de escrever algumas palavras sobre essa época tão distante, mas ainda tão presente à nossa sensibilidade.

Mês de maio de 1908. Natal, com seus trinta mil habitantes, sem luz elétrica e sem transporte, era apenas Cidade Alta e Ribeira, mesmo assim separada pela beligerância de duas tribos, xarias e canguleiros irreconciliáveis inimigos dentro do mesmo burgo.

Quem morava na Cidade Alta não descia à Ribeira e quem morava na Ribeira não subia à Cidade Alta, sem o perigo da medição de forças

no local de encontro. Nem Petrópolis, nem Tirol, nem Alecrim, lugares ainda desconhecidos, sem balismo e sem moradores.

Se Natal nesse tempo era assim, no seu aspecto material, sua vida espiritual, entretanto, já era de vivo labor, com suas associações literárias, seus jornais, suas revistas e suas animadas reuniões sociais e familiares.

Recordo aqui, para mostrar o bom gosto da época, a vida em Natal, em 1908, de uma companhia de Operetas e também os salões do Palácio, onde residia o Governador Alberto Maranhão e onde se realizavam habitualmente concertos públicos, nos quais tomaram parte artistas do porte de Nicolino Milano, Babini e Russel.

Foi nesse ambiente de contraste entre o progresso material e as coisas do espírito, que se instalou, na tarde de 13 de maio de 1908, no prédio Atheneu, hoje Escola de Farmácia e Odontologia, a Escola Normal do Rio

Grande do Norte, com a presença do Governador Alberto Maranhão, do seu Diretor Dr. Francisco Pinto de Abreu, professores, autoridades, discursos, declamações, muita gente e muito entusiasmo pelo alvissareiro acontecimento. Em seguida, poucos dias depois, início das aulas de João Tibúrcio, Padre Calazans, Teódulo Câmara, Manoel Garcia, e logo a revelação dos bons e dos maus alunos, incluindo, nestes últimos, sem nenhum favor, o autor destas linhas.

A turma muito compenetrada de sua importância, cheia de privilégios, e abusando da bondade e da direção dos mestres, para fugir às aulas, sempre de acordo com os inspetores manifestações aos aniversariantes Emídio e Donana Câmara, chegou afinal, entre festas e estudos o ano de 1910, não mais com seus 40 alunos de início de aulas, mas apenas com 27 e com nota emocionante e trágica do suicídio de Ulisses Nepomuceno Seabra de Melo, o mais rico de vida e de alegria dos seus integrantes. “Razões do coração que a razão desco-

nhece”, levaram o sempre lembrado companheiro ao tresloucado gesto, que consternou profundamente toda sua família e a cidade inteira que o estimava sinceramente.

No Palácio do Governo, a 4 de dezembro de 1910 recebiam os sete rapazes e as vinte moças o diploma de Professor Primário do Rio Grande do Norte e das mãos do Governador Alberto Maranhão, o anel símbolo que lhes ofertava.

Paraninfou o ato boníssimo e inolvidável Professor Manoel Garcia, falando em nome da turma concluinte, Luiz Soares hoje afastado de suas beneméritas atividades por um desses absurdos de nossa legislação pública. Relembro esses acontecimentos ocorridos há meio século com a mesma emoção que experimentei ao ser investido das prerrogativas de professor primário e com a satisfação em dizer que nenhum da 1ª turma mentiu ao seu destino.

Os que já morreram saíram da vida quites com a consciência. Os que

ainda vivem, no magistério ou fora dele, continuam a dignificar o seu título, felizes pelo bem que praticaram, e certos de que “os únicos tesouros inteiramente nossos são aqueles acumulados nos corações alheios” (BEZERRA, 1958, p. 1-2).

O escrito do professor Severino Bezerra evidencia personalidades e fatos que compõem a história da escola normal no cenário de Natal: os primeiros professores, os dirigentes políticos da época, a diplomação e aspectos da sociedade.

Enquanto as reformas do início do século pretendiam organizar o ensino, as reformas na década de 1930 tiveram por tônica o movimento nacionalista. Com a Reforma Capanema (1935 a 1937), as escolas normais do Brasil receberam atenção maior, contribuindo em certa medida para a diminuição das taxas de analfabetismo. Com esse intuito, foram criados também as escolas regionais e os institutos de educação.

A reforma no ensino normal instituída em 1938 introduziu as disciplinas ditas modernas, baseadas nas ideias escolanovistas, tais como: a psicologia, a sociologia e a antropologia educacional. A referida reforma implantou um novo currículo e uma estrutura que se-

parou o curso de formação geral do curso profissional. Isso tornou obrigatório, ao candidato a normalista, o Curso Secundário do Atheneu Norte-Rio-Grandense, regido por leis federais como pré-requisito para o ingresso no Curso Normal.

O jornal *A Ordem* apresentava a discussão sobre um projeto proposto pela Comissão Nacional de Ensino Primário ao ministro Gustavo Capanema, o qual propunha três níveis distintos para a formação do professor primário, em caráter nacional. O primeiro, constituído por cursos normais rurais, de fácil custeio e organização, a serem oferecidos em lugares distantes dos centros urbanos e voltados para a formação dos mestres que atuariam nas escolas situadas em localidades nas quais predominassem as atividades agrárias. Os outros dois níveis, escolas normais de 1º e 2º graus, ofereceriam cursos propedêuticos em três e cinco anos, respectivamente, permitindo uma melhor articulação com o ensino secundário federal. As escolas de 2º grau estavam incumbidas do preparo de diretores, inspetores e orientadores de educação e o título de professor primário teria validade em todo território brasileiro (A PREPARAÇÃO..., 1940, p. 1).

Uma nova organização do ensino norte-rio-grandense se deu a partir do referencial de diretrizes políticas nacionais. Com a promulgação da Constituição Brasileira, em 1946, iniciam-se os debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir dessa proposta foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário do Rio Grande do Norte – Decreto Lei

nº 683, de 10 de fevereiro de 1947 (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a) –, como também o Decreto-Lei nº 684, de 11 de fevereiro de 1947 (Idem, 1947b), que adaptou à legislação federal o sistema do ensino normal do estado. Pelo referido decreto, o ensino normal era um ramo de ensino do segundo grau que tinha por finalidade “prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância” (Ibidem, p. 14).

Outra significativa mudança ocorreu através da Lei nº 2.639, de 28 de janeiro de 1960 (Idem, 1960), por meio da qual a Escola Normal de Natal tornou-se legalmente Instituto de Educação, o qual funcionava na Praça Pedro Velho, onde atualmente funciona a Escola Estadual Anísio Teixeira.

No governo de Aluísio Alves, em decorrência do convênio firmado com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), foi construído o prédio para instalar o Instituto de Educação, na Rua Jaguarari, Bairro Lagoa Nova, em Natal. A Aliança para o Progresso, como foi denominado o programa, era um convênio firmado entre os governos norte-americanos e latino-americanos com o intuito maior de impedir o avanço do socialismo, particularmente, em Cuba, e fortalecer dos Estados Unidos.

A Sudene realizava o planejamento econômico e social do Nordeste com o objetivo de impulsionar a indus-

trialização na região, a partir da oferta de infraestrutura básica, a exemplo da construção de rodovias, da possibilidade de melhores serviços de abastecimento de água, energia, saúde, educação e agricultura. O acordo firmado entre o governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, e o presidente norte-americano, John Kennedy, em 31 de julho 1962, corroborava com essas finalidades. Culminou com a construção do prédio que abrigou a instituição de ensino que dotou o estado de um local apropriado para o preparo docente, buscando atender aos propósitos do progresso social na região.

Em 22 de novembro de 1963, por ocasião da visita do senador norte-americano Robert Kennedy, foi inaugurado o estabelecimento de ensino que recebeu o nome de Instituto de Educação Presidente Kennedy. Essa era uma homenagem póstuma a John Kennedy, presidente dos Estados Unidos da América.

FIGURA 8 – Senador Robert Kennedy e Aluísio Alves na inauguração do Instituto de Educação Presidente Kennedy



Fonte: Diário de Natal, 1963.

No discurso de inauguração, o governador Aluísio Alves salientava que a denominação se impusera a partir dos fatos internacionais em que o presidente dos Estados Unidos lançava ao mundo a Aliança para o Progresso e suas implicações sociais e políticas.

Se, no túmulo do cemitério de Arlington uma lâmpada votiva eterniza a lembrança de John Kennedy, para as crianças do mundo; na escola de Natal, no país chamado Brasil, uma criança depois outra e sempre outra manterá acesa, nos seus olhos, a chama votiva da esperança (INSTITUTO..., 1963).

Com o ciclo de reformas da educação brasileira, cujo marco principal foi a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), que regulamentou o ensino de 1º e 2º graus, o Instituto de Educação Presidente Kennedy passou a ser denominado Escola Estadual Presidente Kennedy – 1º e 2º graus, transformando o Curso Normal em uma das habilidades profissionais de 2º grau, ou seja, Curso de Magistério. Em 1994, a instituição ganhou nova denominação, Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy. No limiar do século XXI, em 2001, foi transformado em Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação. A criação do Curso Normal Superior denota as trans-

formações de cunho político-pedagógico pelas quais passou a escola normal. Particularidades da Escola Normal de Natal.

IV

PARTICULARIDADES DA ESCOLA NORMAL DE NATAL

Programas de ensino da Escola Normal

Uma vez matriculados na Escola Normal de Natal os alunos-mestres estudavam no Curso Normal, o qual, ao longo do século XIX e até a década de 1970, passou por diferentes configurações. As modificações no corpo de conhecimento destinado à formação dos professores no Rio Grande do Norte foram provenientes da publicação e edição de diferentes legislações e decretos que baixaram ou extinguíram códigos de ensino, regimentos internos, bem como regulamentos da escola normal. Esses dispositivos evidenciam a evolução histórica da instituição educativa, do programa de ensino, as finalidades institucionais, como também os princípios e modelos pedagógicos que fundamentaram o preparo do magistério em ideias pedagógicas, filosóficas e políticas nesses diferentes contextos.

No aspecto específico deste estudo, refletir sobre criações e artes da escola em análise significa, portanto,

a própria arte do pensar e do agir entrelaçados na mesma configuração. O estudo da história das disciplinas escolares evidencia que o termo disciplina passou a ter o sentido que atribuímos – enquanto um componente interno do ensino, compreendido a partir das finalidades sociais da escola, concernente aos conteúdos de ensino – somente no início do século XX (CHERVEL, 1990). Esse termo vincula-se à ideia de hierarquização e estratificação, bem como de progressão do conhecimento ministrado nas instituições escolares. De acordo com Chervel (Ibidem), o termo classifica as matérias de ensino, dando um caráter aos conteúdos, como sendo próprios da escola. Está relacionado, também, à ideia de exercitação intelectual, uma vez que é acompanhado por métodos e regras para abordar os diversos domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.

De modo análogo, a análise da legislação educacional para o ensino normal demonstra que o termo disciplina era utilizado com frequência para designar a vigilância dos estabelecimentos de ensino em relação às condutas prejudiciais a sua ordem e àquela parte da educação dos normalistas que contribui para a organização do funcionamento da instituição. É possível identificarmos também menções a atitudes repressivas ou associações ao verbo disciplinar, que é sinônimo de ginástica (exercício) intelectual. Os termos que equivaleriam à disciplina, durante o século XIX, na acepção de conteúdos de ensino, eram: objetos, partes, ramos ou matérias de ensino.

Quadro 2 – Programas de ensino da Escola Normal de Natal (1874-1917)

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 1	Regulamento nº 29 (1874), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Normal (dois anos)	Seis matérias: Português; Aritmética; Geometria; Geografia; Caligrafia e Pedagogia.
Programa 2	Decreto nº 21, de 4 de abril de 1893 (Lei nº 6, de 30 de maio de 1892), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Profissional do Magistério Primário (três anos)	Quatorze matérias: Português; Francês; Aritmética; Geometria; Geografia Física; Geografia Política; História Antiga, Média e Contemporânea; Física e Química; História Natural e Higiene; Sociologia, Moral e Pedagogia; História do Brasil; História da Literatura Nacional; Música, Desenho, Caligrafia e Ginástica; e Estudo Prático na Escola Anexa.
Programa 3	Regimento Interno dos Grupos Escolares (Decreto nº 178, de 28 de abril de 1908), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Normal (três anos)	Dezessete matérias: Português; Francês; Aritmética Elementar; Álgebra Elementar; Desenho Geométrico; Geografia Geral; Corografia do Brasil; Noções de História Natural e Higiene; História do Brasil; Caligrafia Escrita e Mecânica; Noções de Física e Química; Pedagogia, Instrução Moral e Cívica; Economia Doméstica e Legislação Escolar; Desenho de Ornato e Figura; Trabalhos Manuais; Exercícios Físicos; Prática na Escola Modelo.

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 4	Código de Ensino (Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910; Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911; Decreto nº 359, de 22 de dezembro de 1913), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Normal (quatro anos)	Nove matérias: Português e Noções de Latim Comparado; Francês Prático e Teórico; Inglês Prático e Teórico; Aritmética, Álgebra e Morfologia Geométrica; Geografia, Corografia, História do Brasil e da Civilização; Noções de Física, Química, História Natural e Higiene; Pedagogia, Legislação Escolar, Moral, Civismo e Exercícios Físicos Masculinos; Desenho Natural, Caligrafia, Economia Doméstica, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos Femininos; Música. Aprendizagem Prática do Magistério no Grupo Modelo.
Programa 5	Lei Orgânica de Ensino (Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Normal (quatro anos)	Dezessete matérias: Português; Francês; Aritmética; Noções de Geometria Teórica e Prática; Geografia Geral e Particular do Brasil; História Geral e Particular do Brasil; Educação Moral e Cívica; Noções de Física e Química aplicadas à vida prática; História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais; Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares; Higiene Escolar; Desenho; Princípios de Música e Cantos Escolares; Trabalhos Manuais; Economia e Artes Domésticas – para o Sexo Feminino; Educação Física e Exercícios Infantis; Prática Escolar no Grupo Modelo.

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 6	Regulamento da Escola Normal de Natal (Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Normal (quatro anos)	Dezessete matérias: Português; Francês; Aritmética; Noções de Geometria Teórica e Prática; Geografia Geral e Particular do Brasil; História Geral e Particular do Brasil; Noções de Física e Química aplicadas à vida prática; Noções de História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais; Educação Moral e Cívica; Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares; Higiene Escolar; Desenho; Princípios de Música e Canto Escolar; Trabalhos Manuais; Economia e Artes Domésticas – para o Sexo Feminino; Educação Física e Exercícios Infantis; Prática Escolar no Grupo Modelo.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas em decretos, leis de reformas do ensino, regimentos, Regulamento da Escola Normal de Natal e no jornal A República (1874-1917).

Neste trabalho, optamos pelo uso do termo *programa de ensino* para designar o corpo de conhecimentos ministrados no Curso Normal e *matéria* para designar parte específica do referido programa. Nesse sentido, o ensino da Escola Normal de Natal passou por evoluções e involuções, sofreu os influxos de reformas educacionais específicas a fim de atender as peculiaridades educativas norte-rio-grandenses.

Desde o início de seu funcionamento, no século XIX, as matérias ministradas apresentavam a preocupação com a formação propedêutica para o magistério. Entretanto, de modo semelhante ao que ocorria em di-

ferentes províncias brasileiras, a organização didática do Curso Normal era extremamente simples. Ministrado em dois anos, o programa de ensino para o preparo dos alunos-mestres era rudimentar por não ultrapassar o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de formação pedagógica elementar, limitada a uma única disciplina – Pedagogia ou Métodos de Ensino – e de caráter essencialmente prescritivo.

O primeiro funcionamento da instituição, em 1874, foi orientado pelas prescrições do Regulamento nº 29, por meio do qual o Ensino Normal, oferecido em dois anos, estava composto por português, aritmética, geometria, geografia, caligrafia e pedagogia. O regulamento não apresentava uma proposta pedagógica coerente com as finalidades sociais atribuídas para a instituição, tendo em vista que somente as matérias Caligrafia e Pedagogia dotavam o curso de um caráter preparatório para a atuação no magistério.

Conforme Almeida (1995, p. 668), o programa de ensino da Escola Normal de São Paulo, em 1874, era composto por: Língua Nacional e Francesa; Caligrafia; Doutrina Cristã; Aritmética e Sistema Métrico; Metódica e Pedagogia com Exercícios Práticos; Cosmografia e Geografia; História Sagrada e Universal. Dois anos mais tarde, em 1876, o Curso Normal – para as seções masculina e feminina – era composto por quatro cadeiras, designação dada às matérias ministradas por cada professor ou lente, a saber: 1ª Cadeira – Língua Nacional e Aritmética; 2ª Cadeira – Francês, Metódica e Pedagogia; 3ª Cadeira – Cosmografia e Geografia; 4ª

Cadeira – História Sagrada e Universal e Noções Gerais de Lógica.

A comparação dos dois programas paulistas evidencia, entre separações e junções de componentes de estudos, modificações pouco significativas, como a inclusão da matéria Noções Gerais de Lógica – o que conferia um caráter filosófico à formação – e a supressão dos Exercícios Práticos, bem como a junção dos estudos da língua francesa com os conhecimentos pedagógicos.

No que diz respeito à comparação com o programa executado no Rio Grande do Norte, assinalamos a existência de matérias básicas comuns em ambos e a ausência da matéria Caligrafia – na escola paulista – e de Metódica; História Sagrada e Universal; Francês, entre outras, na instituição norte-rio-grandense.

No mesmo momento, o *Regulamento da Escola Normal do Município da Corte*, criada pelo Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880, propunha o ensino normal gratuito constituído pelas cadeiras: Português; Francês; Matemáticas Elementares e Escrita Mercantil; Elementos de Cosmografia, Geografia e História Universal; Geografia e História do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, e de Fisiologia e Higiene; Filosofia e Princípios de Direito Natural e de Direito Público; Princípios de Economia Social e Doméstica; Pedagogia e Prática do Ensino Primário em geral; Pedagogia e Prática de Ensino Intuitivo ou Lições de Coisas; Princípios de Lavoura e Horticultura; Instrução Religiosa. Cada cadeira com o respectivo

professor. Além dessas matérias, o regulamento prescrevia o ensino de: Caligrafia; Desenho Linear; Música Vocal; Ginástica; Prática Manual de Ofícios – para os alunos; e Trabalhos de Agulha – para as alunas (BRASIL, 1880, p. 5).

No ano seguinte, o *Regulamento para a Escola Normal da Corte*, mandado executar pelo Decreto nº 8.025, 16 de março de 1881, asseverava como fins da Escola Normal da Corte o preparo de professores primários do 1º e 2º grau (Idem, 1881). Acentuava que o ensino nela distribuído seria gratuito, destinado a ambos os sexos, e compreenderia dois cursos – o de Ciências e Letras e o de Artes.

O curso de Ciências e Letras compunha-se das matérias: Instrução Religiosa; Português; Francês; Matemáticas Elementares; Corografia e História do Brasil; Cosmografia, Geografia e História Geral; Elementos de Mecânica e de Astronomia; Ciências Físicas; Ciências Biológicas; Lógica e Direito Natural e Público; Economia Social e Doméstica; Pedagogia e Metodologia; e Noções de Agricultura (Idem, 1881, p. 6).

Eram facultativos os estudos de Instrução Religiosa e de Francês. Com relação aos Exercícios Práticos do Ensino Primário do Segundo Grau, eles aconteciam nas Escolas Anexas. O Curso de Artes, por seu turno, ofertava: Caligrafia e Desenho Linear; Música Vocal; Ginástica; e Trabalhos de Agulha – para as alunas.

Segundo o *Regimento Interno da Escola Normal de Pernambuco*, de 17 de setembro de 1880, o programa de ensino da instituição era composto pelas cadeiras:

Língua Nacional; Caligrafia e Desenho Linear; Aritmética e Geometria Elementar; Física; Geografia Física, Corografia do Brasil e História do Brasil; Teoria da Pedagogia, História da Pedagogia, Princípios Gerais de Moral e Noções de Direito Constitucional; Língua Francesa; Aula de Música; e Aulas Anexas (PERNAMBUCO, 1880, p. 25). As atividades práticas – Aulas Anexas – eram executadas pelos alunos do terceiro ano do curso, diariamente, nas escolas anexas, sob direção dos respectivos professores.

O Regulamento da Escola Normal de Pernambuco, expedido em 27 de dezembro de 1887, por sua vez, assinalava que a instituição tinha por objeto “educar, instruir e preparar as pessoas de ambos os sexos que se propuserem ao exercício do magistério público” (Idem, 1887, p. 3). Por esse dispositivo legal a preparação durava quatro anos e compreendia as matérias, ou cadeiras, como também eram denominadas: Gramática Portuguesa (Caligrafia); Língua Francesa; Aritmética; Desenho Linear; Física; Ciências Naturais (Noções Gerais de Fisiologia Humana e Higiene); Ciências Físicas; Geografia; História do Brasil; Pedagogia (Notícia Histórica, Curso Teórico e Prático de Lições de Coisas, Legislação do Ensino) (Ibidem, p. 3-4).

Embora o programa não faça menção às atividades de música e exercícios práticos de pedagogia, elas constam no horário de aulas. Os normalistas tinham uma hora semanal de música. Os exercícios de pedagogia, de acordo com as prescrições, ocorreriam nas escolas anexas todos os dias, exceto nas quintas-feiras, para os

alunos-mestres do terceiro ano, das 12h às 14h, bem como para os do quarto ano, das 11h às 14h.

O referido regulamento registra o corpo docente da instituição, suas respectivas formações e cadeiras ministradas. Segundo o documento, eram eles: bacharel Jesuino Lopes de Miranda (Gramática e Caligrafia); bacharel Álvaro Uchôa Cavalcante (Aritmética e Geometria); doutor Manoel Enedino do Rego Valença (Ciências Naturais); bacharel Gabriel Henrique de Araújo (Geografia e História); bacharel Manoel Barbosa de Araújo (Francês); doutor José A. R. Lima (Pedagogia); Francisco de Paula Neves Seixas (Teoria no primeiro ano e prática nos demais) (Ibidem, p. 17).

A apreciação dos programas de ensino das diferentes instituições de ensino normal demonstra que o ensino ministrado na Escola Normal de Natal era, até a década de 1880, bastante elementar, uma vez que o número de matérias lecionadas era inferior ao ofertado nas demais instituições, mesmo quando se tratava de conhecimentos gerais. Os quadros dos estabelecimentos de ensino em São Paulo, Pernambuco e Município Neutro expunham conhecimentos semelhantes e demonstram uma maior riqueza de discussão, a exemplo de: Elementos de Mecânica e de Astronomia; Escrituração Mercantil; Lógica e Princípios de Direito Natural e de Direito Público; Noções de Direito Constitucional; Princípios de Economia Social.

Entre as matérias dos programas constava Instrução Religiosa, expressando ainda a vinculação entre educação e Igreja Católica, apesar da proposta de lai-

cidade do ensino. Verificamos, ainda no século XIX, a inserção de conhecimentos que somente constariam na Escola Normal no Rio Grande do Norte no século seguinte, tais como: Pedagogia (aspectos históricos, Curso Teórico e Prático de Lições de Coisas, Legislação do Ensino), Teoria da Pedagogia, História da Pedagogia; Noções Gerais de Fisiologia Humana e Higiene; Princípios Gerais de Moral; Princípios de Lavoura e Horticultura. Esse fato denota a escassez de matérias, sobretudo, as de caráter pedagógico.

A segunda tentativa de funcionamento da instituição, autorizada pelo Decreto nº 13, de 8 de fevereiro de 1890, não obteve sucesso. O projeto republicano do governo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896) autorizou a terceira fundação da Escola Normal de Natal. Nesse período, diferentes decretos foram expedidos, a fim de reorganizar o ensino público – Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892 (RIO GRANDE DO NORTE, 1892), e Decreto nº 60, de 14 de fevereiro de 1896 (Idem, 1897) e sancionada a Lei nº 6, de 30 de maio de 1892 (Idem, 1896), que recomendava a criação de um Curso Profissional. Aberto em 1897, o referido curso, equivalente ao ensino normal, tinha duração de três anos. O programa de ensino era composto por matérias que visavam a formação intelectual do professor primário e seu preparo profissional. Nesse plano, foram incluídas as matérias: Francês; História Natural e Higiene; Sociologia e Moral, aliadas à Pedagogia; Ginástica; e Estudo Prático em Escola Anexa. O Curso Profissional oferecido pela Congregação do Atheneu

Norte-Rio-Grandense conferia ao aluno o diploma de aluno-mestre, que o habilitava para o exercício do magistério primário (Idem, 1893).

Em São Paulo, a Escola Normal da capital era um estabelecimento de ensino profissional o qual tinha por intuito “dar aos candidatos a carreira do magistério, a educação intelectual, moral e prática necessária ao bom desempenho dos deveres de professor” (SÃO PAULO, 1894). Oferecia o Curso Superior – destinado à formação de professores de ensino secundário – e o Curso Secundário, o qual se destinava ao preparo de mestres de ensino primário, objeto de estudo deste trabalho e sobre o qual trataremos.

Eram ofertadas dezoito matérias de ensino no Curso Secundário, ministrado em quatro anos, as quais eram distribuídas pelas seguintes cadeiras: Português; Francês; Latim; Inglês; Aritmética e Álgebra; Geometria e Trigonometria, com aplicações à Agrimensura; Mecânica; Astronomia Elementar; Física e Química; História Natural; Generalidades sobre Anatomia, Fisiologia e Higiene; Geografia; História; Economia Política e Educação Cívica; Pedagogia e Direção das Escolas; Caligrafia e Desenho – sexo masculino; Caligrafia e Desenho – sexo feminino; Exercícios de Ensino (Escola Modelo). Além dessas cadeiras eram ofertadas mais cinco aulas: Escrituração Mercantil; Economia Doméstica; Exercícios Militares e Ginásticos; Trabalhos Manuais; e Música (Ibidem).

No que concerne ao aspecto da coeducação, a diferença entre os planos de ensino eram as matérias

Economia Doméstica e Trabalhos Manuais para o sexo feminino. Ao investigarmos as relações entre o referido programa e o conteúdo de ensino ministrado na Escola Normal de Natal, compreendemos que muitos componentes não faziam parte da instituição norte-rio-grandense, a exemplo de: Latim; Inglês; Álgebra; Trigonometria; Astronomia; Economia Política; e Generalidades sobre Anatomia e Fisiologia. Não eram ofertadas Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, posto que não era admitida a matrícula de mulheres. Por outro lado, de modo particular, a instituição norte-rio-grandense oferecia: Sociologia; Moral; História do Brasil; História da Literatura Nacional e Estudo Prático na Escola Anexa.

De acordo com Almeida (1995) a Reforma Caetano de Campos, Decreto de 12 de março de 1890, que teve inspiração norte-americana, introduziu um programa de ensino com ênfase nas atividades práticas dos alunos, realizadas nas escolas-modelo.

No início do século XX, no âmbito da institucionalização do preparo dos mestres primários, a Escola Normal de Natal consolidou-se como o principal estabelecimento de formação do magistério no estado do Rio Grande do Norte. A Reforma do Ensino Primário – Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907 (RIO GRANDE DO NORTE, 1909d) – autorizou sua reabertura, operacionalizada pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, o qual baixou o regulamento para reger suas atividades (Idem, 1909b). Por esse dispositivo foram acrescentadas ao plano de estudos dos normalistas

matérias como: Instrução Moral e Cívica; Economia Doméstica e Legislação Escolar; Trabalhos Manuais; e a Prática na Escola Modelo. Foi inaugurada a 13 de maio.

A Lei nº 284, de 30 de novembro de 1909, ratificou a Reforma da Instrução Pública (Idem, 1909e). No ano seguinte, o Decreto nº 214, de 26 de janeiro de 1910, providenciou sobre a sistematização do ensino público e editou diferentes decretos a respeito do Código de Ensino (Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910; Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911; Decreto nº 359, de 22 de dezembro de 1913), a partir do qual o Curso Normal passou a ser ministrado em quatro anos. O Código de Ensino (Idem, 1910) ratificou também o corpo de conhecimento da formação dos alunos-mestres, que contemplava o ensino de matérias de cunho literário, como Português, Noções de Latim Comparado, Francês Prático e Teórico, Inglês Prático e Teórico, Geografia, História do Brasil e da Civilização e Música. Além de matérias de caráter científico e técnico, a exemplo de Aritmética, Álgebra e Geometria Concreta, Noções de Física, Química, História Natural e Higiene, Desenho Natural, Caligrafia, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos. Completavam a formação do professor primário elementos pedagógicos e morais, provenientes do aprendizado de Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Economia Doméstica e Legislação Escolar e Prática na Escola Modelo (Ibidem, p. 127).

Em 1911, a Escola Normal Primária de São Paulo,

por seu turno, oferecia: Português; Francês; Aritmética; Álgebra; Geometria Plana com aplicação às medidas; Geometria no Espaço; Geografia Geral; Geografia do Brasil; História Universal; História do Brasil; Noções de Física e Química; História Natural com aplicação à Agricultura e à Zootecnia; Música; Trabalhos Manuais; Desenho; Pedagogia e Educação Cívica; e Ginástica (SOUZA, 1998, p. 683). No quarto ano, a matéria Trabalhos Manuais era ofertada em duas classes específicas, uma destinada ao sexo feminino e outra ao sexo masculino. O corpo de conhecimentos da matéria Pedagogia era responsável pela parte pedagógica do curso. Não havia referência aos exercícios práticos, embora depreenda-se que eles continuavam acontecendo na escola-modelo. Na Escola Normal de Natal, essa era uma atividade prescrita, todavia, compreendemos que a formação geral humanista se impunha nos programas do Rio Grande do Norte e de São Paulo. Ambas as instituições estavam em consonância, nas propostas e nos programas.

As edições posteriores do Código de Ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, 1913) apresentaram variações no plano de ensino, as quais concerniam a substituições nas nomenclaturas que não atingiam a essência do conteúdo, a saber: a matéria Instrução Moral e Cívica foi substituída por Moral e Civismo; Álgebra e Geometria Concreta, trocada por Álgebra e Morfologia Geométrica; e, por fim, realçadas especificidades quanto aos sexos na matéria Exercícios Físicos.

Nos idos de 1910, a Escola Normal de Natal estava composta pelos três elementos que caracterizavam uma instituição de formação de professores à época, quais sejam: Curso Normal de Segundo Ciclo, Grupo Escolar e Jardim-Modelo. O curso era composto por um corpo de conhecimentos gerais e científicos, ministrado nos dois primeiros anos. Compunham os dois últimos anos matérias, tais como: Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Higiene Escolar, Desenho, Princípios de Música e Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Economia e Artes Domésticas – para o sexo feminino –, Educação Física e Exercícios Infantis (Idem, 1910). Disciplinas especializadas, que dotavam o ensino normal de um caráter propedêutico à profissão docente. Por fim, o local da prática seria o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo. A experiência no cotidiano da escola primária introduzia os docentes no magistério.

Outras medidas surgiram com a finalidade de aprimorar a formação docente, a exemplo da Lei nº 382, de 18 de novembro de 1915, que organizou o Ensino Primário, Normal e Profissional (Idem, 1917b, p. 6). A partir dessa lei, intelectuais como Antônio José de Melo e Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros, Henrique Castriciano, Manoel Dantas e Moisés Soares apresentaram a proposta de reforma, consubstanciada na legislação de 1916, sancionada pelo então governador, Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920).

A Reforma do Ensino – Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916 – ou Lei Orgânica, como também foi

denominada, ratificou o Ensino Normal de quatro anos e fundamentou as propostas do Regulamento da Escola Normal de Natal (Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917). De acordo com os princípios da reforma, cabia àquela instituição a tarefa de habilitar o normalista a exercer, com o máximo empenho, vigor e profissionalismo, a missão de educar o povo para a vida em sociedade no contexto urbano e rural. O programa de ensino do Curso Normal foi ampliado e o exame de admissão conferiu maior rigidez ao ingresso dos candidatos ao magistério primário.

Ambos os dispositivos apresentam o mesmo corpo de conhecimento a ser ministrado aos professores, observando especificidades no plano de ensino, como a demarcação da utilidade das disciplinas Química aplicada à vida prática e História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais. Particularidades do ensino normal norte-rio-grandense. Foram incluídas as matérias História da Educação e Economia e Leis Escolares, as quais conferiram ao ensino especialização à formação dos mestres. Também passou a compreender Cantos Escolares, Economia e Artes Domésticas – para o sexo feminino –, Educação Física e Exercícios Infantis.

O Curso Normal apresentava estrutura curricular enciclopédica, uma vez que era composto por elementos de caráter literário universal e científico. Somente mais tarde assumiu moldes técnico-pedagógicos, ao inserir princípios e elementos dos fundamentos da educação. A socialização de saberes humanistas e

profissionais era a tônica das práticas da instituição, que postulava a arte de saber fazer como método ativo.

Quadro 3 – Programas de ensino da Escola Normal de Natal (1922-1950)

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 1	Regulamento da Escola Normal de Natal (Decreto nº 161, de 7 de janeiro de 1922), Diretoria Geral da Instrução Pública – Curso Normal (quatro anos)	Dezoito matérias: Português; Francês; Aritmética e Noções de Álgebra; Noções de Geometria; Geografia Geral e Particular do Brasil; História Geral e Particular do Brasil; Noções de Física e Química aplicadas à vida prática; Noções de História Natural aplicadas à agricultura e à criação dos animais; Educação Moral e Cívica; Pedagogia, Metodologia, História da Educação, Economia e Leis Escolares; Pedagogia; Higiene Escolar; Desenho; Princípios de Música, Solfejo e Cantos Escolares; Trabalhos Manuais; Economia e Artes Domésticas para o sexo feminino; Educação Física e Exercícios Infantis; Prática Pedagógica nas Escolas Modelo.

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 2	<p>Reforma das Escolas Normais (Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938), Departamento de Educação e Governo Federal – Curso Secundário Feminino (Federal: Seriado – cinco anos); Curso de Professores Misto (Estadual: Seriado – dois anos)</p>	<p>Curso Secundário Feminino: cinco séries – treze matérias: 1ª série: Português; Francês; História da Civilização; Geografia; Matemática; Ciências Físicas e Naturais; Desenho e Música (Canto Orfeônico); 2ª série: Português; Francês; Inglês; História da Civilização; Geografia; Matemática; Ciências Físicas; Química; Desenho e Música (Canto Orfeônico). 3ª série: Português; Francês; Inglês; História da Civilização; Geografia; Matemática; Ciências Físicas; Química; Desenho e Música (Canto Orfeônico). 4ª série: Português; Francês; Inglês; Latim; Alemão (Facultativo); História da Civilização; História Natural; Geografia; Matemática; Ciências Físicas; Química; Desenho. 5ª série: Português; Latim; Alemão (Facultativo); História da Civilização; História Natural; Geografia; Matemática; Física; Química e Desenho. *** Curso de Professores Misto: duas séries – treze matérias: 1ª série: Antropologia Pedagógica; Psicologia Geral e Infantil; Sociologia; Metodologia Geral; Desenho e Artes Industriais; Economia Doméstica; Educação Física; Música; Prática Pedagógica. 2ª série: Higiene e Puericultura; Psicologia Aplicada à Educação; Pedagogia; Metodologia Especial; Desenho e Artes Industriais; Economia Doméstica; Educação Física; Música; Prática Pedagógica.</p>

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 3	<p>Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, e Decreto-Lei nº 684, de 11 de fevereiro de 1947), Departamento de Educação e Governo Federal – Curso de Regente de Ensino Primário (quatro anos); Curso de Formação de Professor Primário (três anos); Curso de Especialização para Professores Primários e Curso de Habilitação para Administradores Escolares do Grau Primário.</p>	<p>Curso de Regente de Ensino primário – quatro séries: 1ª série: Português; Matemática; Geografia Geral; Ciências Naturais; Desenho e Caligrafia; Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; Educação Física. 2ª série: Português; Matemática; Geografia do Brasil; Ciências Naturais; Desenho e Caligrafia; Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da região; Educação Física. 3ª série: Português; Matemática; História Geral; Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas; Desenho; Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da região; Educação Física; Recreação e Jogos. 4ª série: Português; História do Brasil; Noções de Higiene; Psicologia e Pedagogia; Didática e Prática de Ensino; Desenho; Canto Orfeônico; Educação Física; Recreação e Jogos. *** Curso de Formação de Professor Primário: três séries – quinze matérias 1ª série: Português; Matemática; Física e Química; Anatomia e Fisiologia humanas; Música e Canto; Desenho e Artes aplicadas; Educação Física, Recreação e Jogos. 2ª série: Biologia Educacional; Psicologia Educacional; Higiene e Educação Sanitária; Metodologia do Ensino Primário; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física; Recreação e Jogos. 3ª série: Psicologia Educacional; Sociologia Educacional; História e Filosofia da Educação; Higiene e Puericultura; Metodologia do Ensino Primário; Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto; Prática de Ensino; Educação Física; Recreação e Jogos.</p>

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 4	Regulamento da Escola Normal de Natal (Decreto nº 2.026, de 30 de novembro de 1950), Departamento de Educação – Curso Normal (três anos)	Curso Normal – três séries – quinze matérias: 1ª série: Português; Matemática; Física e Química; Anatomia e Fisiologia Humana; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física; Recreação e Jogos. 2ª série: Biologia Educacional; Psicologia Educacional; Higiene e Educação Sanitária; Metodologia do Ensino Primário; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física; Recreação e Jogos. 3ª série: Psicologia Educacional; Sociologia Educacional; História e Filosofia da Educação; Higiene e Puericultura; Metodologia do Ensino Primário; Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto; Prática de Ensino; Educação Física; Recreação e Jogos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas em decretos, leis de reformas do ensino, regimentos e regulamentos da Escola Normal de Natal (1922-1950).

Na década de 1920, a Escola Normal de Natal era portadora de um corpus de conhecimento geral, científico e especializado, proveniente de ajustes, enxugamentos e da introdução de conhecimentos complementares e convergentes da educação. A formação profissional do professor estava referenciada por um conjunto uniforme de saberes, repertórios, métodos e técnicas da pedagogia escolanovista em interação com a dinâmica organizacional dos grupos escolares. Era subentendida a correlação entre ensino normal e a educação escolar da infância. Nesse momento, as escolas normais refletem a ênfase em uma dimensão dos

conhecimentos ou de “um corpo de saberes e de saber fazer” (NÓVOA, 1987a, p. 89).

A instituição era a única responsável pela formação e aperfeiçoamento de professores, os quais requeriam o desenvolvimento de competências particulares, aptidões e valores específicos. O núcleo dos fundamentos pedagógicos foi revisto e introduzido no programa de estudos a matéria História da Educação Integrada à Pedagogia, sistematizadora de conhecimentos psicológicos, metodológicos e de essência interdisciplinar (RIO GRANDE DO NORTE, 1918b, p. 9).

Medidas como a equiparação e criação de estabelecimentos para a oferta do Ensino Normal contribuíram para a expansão do preparo para o magistério. A Lei nº 508, de 29 de novembro de 1921 (Idem, 1922a), nivelou o Colégio da Imaculada Conceição e a Escola Doméstica de Natal a escolas normais, com efeitos legais e jurídicos no que se refere à validade dos diplomas de professor primário expedidos por essas instituições. A referida norma permitia que os estabelecimentos ofertassem a formação para os professores, desde que observassem o regime e o programa da Escola Normal e por esses modelassem seus cursos. Entretanto, tais instituições deveriam admitir a fiscalização de um delegado escolar, nomeado pelo governador do estado, a fim de observar os preceitos de ensino, a regularidade e prescrições pedagógicas. Era permitido o ensino de outras disciplinas, além das compreendidas nos programas da Escola Normal (Ibidem).

Coaduna-se às concessões às instituições particulares a criação de uma instituição pública para a oferta do ensino normal. Durante o governo de Antônio José de Melo e Souza (1920-1923), foi inaugurada a Escola Normal Primária de Mossoró – Decreto nº 165, de 19 de janeiro de 1922 (Idem, 1923a) –, com o objetivo de qualificar professores para atuarem na Região Centro-Oeste. Contudo, a Escola Normal de Natal era a referência para a organização institucional, os métodos e processos didático-pedagógicos, as práticas e as ações normativas das demais instituições.

Nesse mesmo ano, a instituição formativa da capital ganhava novos preceitos, em conformidade com as prescrições do Regulamento da Escola Normal de Natal (Decreto nº 161, de 7 de janeiro de 1922). No que diz respeito à prática, esse regulamento acentuava o caráter pedagógico da atividade, evidenciando a dimensão formadora para a qual estava voltado o trabalho da instituição.

Além disso, foi introduzida a matéria Pedologia, cujo objeto de estudo, o comportamento, mais tarde foi tratado pela Psicologia Geral e, posteriormente, pela Psicologia da Educação. Ministrada pelo educador e professor de Pedagogia da Escola Normal, Nestor dos Santos Lima, a matéria tinha por objeto científico o comportamento infantil nos planos educativo, psicológico, biológico e físico. Conforme o Regulamento da Escola Normal (1922b, p. 9), eram suas finalidades também:

A observação e a experiência sobre a criança escolar, fazer conhecer-lhe a índole, mentalidade, inclinações e aptidões próprias, e transmitir as leis da sua evolução fisiopsíquica, realizando, ao mesmo tempo, as conquistas da Pedotecnia sobre as crianças regulares e, mais particularmente, sobre as anormais e retardadas.

Até a década de 1920, a instituição analisada sofreu, portanto, os influxos reformistas dos governos de Antônio José de Melo e Souza (1906-1907), Alberto Maranhão (1908-1913) e Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920). Essa legislação educacional trouxe alterações para o cotidiano escolar e para o profissional do magistério.

A Reforma do Ensino, de 1916, criou os Conselhos Escolares para fiscalizar o ensino nas escolas públicas e particulares. Os conselhos representavam o Estado no ensino local e eram responsáveis pelo recenseamento de toda a população em idade escolar. A reforma estabeleceu o Conselho Superior de Instrução Pública que, por sua vez, tinha por finalidade estudar e aplicar as leis do ensino, com o intuito de auxiliar a Diretoria Geral. Essa norma delineava e ampliava os papéis dos diplomados na Escola Normal. Além de professores nas escolas primárias, os profissionais ocupavam cargos técnicos de diretores, inspetores, fiscais e conselheiros de ensino, engajados com a causa educacional.

Entre as normas educativas, destaca-se a criação do Departamento de Educação (Decreto nº 265, de 24 de março de 1925) e o Conselho de Educação (Ato de 10 de março de 1925), órgãos responsáveis por organizar e fiscalizar a instituição escolar e o professor através da criação de regimentos e medidas que regulavam a conduta moral e a prática docente. O Conselho de Educação era composto por comissões pedagógicas, legislativas e judiciárias que visavam auxiliar na proposta de livros a serem adotados no ensino, na confecção de regimentos, editais de concursos, entre outros casos de caráter jurídico.

Foram criadas instituições, agremiações e associações que congregavam os profissionais da educação. A APRN, criada em 1920, aglutinava professores em prol da educação, fundando a revista *Pedagogium* em 1921. Esse órgão publicou edições de 1921 a 1925. Passou um período sem funcionar e retornou na década de 1940. Era um dos principais veículos de divulgação do pensamento educacional produzido pelos educadores da época.

Os anos seguintes foram marcados pelas atividades da Associação Brasileira de Educação (ABE), cujo advento ocorreu em 1924, com a discussão em nível nacional sobre a formação docente pautada nas ciências da educação. Foi instituído o Departamento Estadual da ABE (ABE-RN), em 1929. Posteriormente, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto nº 19.405, de 14 de novembro de 1930), medida do governo provisório de Getúlio Dorneles Vargas, a

fim de empreender uma política pública nacional de educação e de saúde.

No decorrer dos governos interventores, no Rio Grande do Norte, nenhuma alteração significativa aconteceu na Escola Normal de Natal. Somente reformulações pontuais, alterações concernentes à frequência, ao aproveitamento escolar e à equiparação do ensino privado ao público, com fins de esboçar uma política uniforme. O Decreto nº 52, de 12 de fevereiro de 1931, fixou o número de matrículas gratuitas nas escolas normais de Natal e Mossoró, respectivamente, vinte e dez inscrições (RIO GRANDE DO NORTE, 1931).

A partir do Decreto Estadual nº 337, de 17 de setembro de 1932, os diplomas das escolas normais emitidos em outros estados da federação passaram a ser reconhecidos no estado do Rio Grande do Norte, evidenciando a busca pela unificação dos ensinos primário e normal (Idem, 1932). Decretos foram expedidos a fim de sintonizar o ensino normal ao projeto de uniformização cultural e de centralização administrativa do governo federal, cujo anseio era instaurar a identidade nacional e uniformizar o ensino.

Durante o governo Rafael Fernandes Gurjão (1935-1943), as escolas normais e a formação de professores conheceram reformas educacionais de caráter profissionalizante. O ensino secundário havia sido remodelado pelo Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 (BRASIL, 1931), e nº 21.241, de 4 de abril de 1932 (Idem, 1932), por meio dos quais as disposições sobre

a organização desse ramo do ensino foram consolidadas. Posteriormente, essas medidas estiveram diretamente relacionadas com o ensino normal.

A Constituição de 1937 (Idem, 1937) propôs a federalização do Ensino Normal, medida do novo regime político que previa a centralização de orientações para essa parte do ensino. A organização do sistema de ensino era de competência da União, à qual cabia, segundo o Art. 15: “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude” (Ibidem). Também era incumbência da União legislar sobre as diretrizes de educação nacional.

Desse modo, a Reforma do Ensino Normal no Rio Grande do Norte – Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938 – materializou uma nova configuração para o preparo do professor primário ao inserir planos de ensino e estrutura diversos. Separou o Curso de Formação Geral e o Curso Profissional. A partir de então, era obrigatório ao candidato a normalista frequentar o Curso Secundário no Atheneu Norte-Rio-Grandense, regido por Lei Federal, como pré-requisito para o ingresso no Curso Normal. Fato esse que permitiu, mesmo de forma indireta, a unificação do ensino normal no Brasil a partir das prescrições previstas para o ensino secundário que passou a constituí-lo.

De acordo com o referido decreto, seriam ministrados o curso secundário e o curso preparatório para professores. Conforme o documento:

o Curso Secundário ministrará o ensino em cinco anos obedecendo à legislação federal em tudo quando se referir à seriação das matérias, ao regime didático, para o fim de validade de seus diplomas e certificados junto aos estabelecimentos de ensino, oficiais e equiparados (RIO GRANDE DO NORTE, 1939, p. 13).

Essa medida tinha o objetivo de unificar o ensino nacional e adquirir o controle da formação da consciência dos cidadãos. O ensino secundário, comum a todo o país, contemplava o programa de ensino, distribuído em cinco séries, constituído por matérias acadêmicas e de formação humanística geral.

Após o programa enciclopédico do Curso Secundário, o candidato se iniciava na formação docente, estudo que tinha duração de dois anos, distribuídos da seguinte forma:

1ª série: Antropologia Pedagógica; Psicologia Geral e Infantil; Sociologia; Metodologia Geral; Desenho e Artes Industriais; Economia Doméstica; Educação Física; Música; Prática Pedagógica.

2ª série: Higiene e Puericultura; Psicologia Aplicada à Educação; Pedago-

gia; Metodologia Especial; Desenho e Artes Industriais; Economia Doméstica; Educação Física; Música; Prática Pedagógica (Ibidem, p. 13).

Constituído por matérias de fundamentação pedagógica, o Curso Profissional introduziu um corpo de conhecimento proveniente das ciências da educação, a exemplo de psicologia, sociologia, antropologia e pedagogia, conferindo cientificidade ao ensino normal.

A expansão do ensino normal, que havia tido início nos anos anteriores, foi reforçada com a Lei nº 82, de 10 de dezembro de 1936 (Idem, 1936), que equiparou à Escola Normal de Natal os cursos de iniciativa privada no Rio Grande do Norte. Por seus efeitos, o Colégio Nossa Senhora das Vitórias, em Assú, e o Colégio Santa Águeda, em Ceará-Mirim – Lei nº 105, de 20 de outubro de 1937 (Idem, 1937a) –, passaram a oferecer formação para o magistério. Em outubro, também foi expedida a Lei nº 106, que estendia, mais uma vez, à Escola Doméstica de Natal os favores da referida legislação (Idem, 1937b). Desse modo, ao partilhar suas responsabilidades com a iniciativa privada, o Estado afastou-se da obrigação de ampliar a oferta de vagas nas escolas normais públicas e oficiais.

Uma nova organização do ensino norte-rio-grandense se deu a partir do referencial de diretrizes políticas nacionais. Com a promulgação da Constituição de 1946, iniciam-se os debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1946b). Nes-

se mesmo momento, outro programa de ensino para a Escola Normal foi proposto com a publicação do Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 – também denominada Lei Orgânica do Ensino Normal (Idem, 1946a). Essa legislação modificou as escolas normais do país, ao conferir nova disposição ao sistema de Ensino Normal, o qual poderia ser ministrado no Curso Normal Regional, na Escola Normal e no Instituto de Educação.

O Decreto-Lei nº 684, de 11 de fevereiro de 1947, por sua vez, adaptou à legislação federal o sistema de ensino normal do estado. Por esse decreto, o ensino normal era um ramo de ensino do segundo grau que tinha por fim “prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância” (RIO GRANDE DO NORTE, 1947b, p. 14).

O ensino normal dividia-se em dois ciclos. O primeiro se dava em quatro anos e formava os regentes do ensino primário. O segundo habilitava professores primários em três anos. O ensino normal compreendia também cursos de especialização para professores primários e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário. Poderia ser oferecido em três tipos de estabelecimentos de ensino: Curso Normal Regional, Escola Normal e Instituto de Educação. O Curso Normal Regional era oferecido no estabelecimento destinado a ministrar somente o primeiro ciclo

do Curso Normal, isto é, formava regentes do ensino primário. A exemplo do Curso Normal Regional instalado em Assú, no Rio Grande do Norte, também denominado Curso Normal de Primeiro Ciclo (SILVA, M., 2011).

A Escola Normal era a instituição que matriculava alunos interessados em cursar o Segundo Ciclo do Curso Normal. Ou seja, formavam professores primários. Nela era oferecido, ainda, o Curso Ginásial do Curso Secundário. Os Institutos de Educação constituíam-se, portanto, de cursos de formação de professores primários, de especialização do ensino normal e da administração escolar de grau primário.

No Instituto de Educação eram ministrados cursos próprios da Escola Normal, bem como ensinamentos de especialização do magistério e da habilitação para administradores escolares de grau primário. O Curso de Regente de Ensino Primário se dava em quatro séries anuais, compreendendo as seguintes disciplinas:

1ª série: Português; Matemática; Geografia Geral; Ciências Naturais; Desenho e Caligrafia; Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; Educação Física.

2ª série: Português; Matemática; Geografia do Brasil; Ciências Naturais; Desenho e Caligrafia; Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Ati-

vidades Econômicas da região; Educação Física.

3ª série: Português; Matemática; História Geral; Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas; Desenho; Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da região; Educação Física; Recreação e Jogos.

4ª série: Português; História do Brasil; Noções de Higiene; Psicologia e Pedagogia; Didática e Prática de Ensino; Desenho; Canto Orfeônico; Educação Física; Recreação e Jogos (RIO GRANDE DO NORTE, 1947b, p. 15).

A segunda série apresentava a proposta de estudo das atividades econômicas da região, em substituição às atividades que faziam parte da matéria Trabalhos Manuais. O acréscimo de Recreação e Jogos ocorria na terceira série do curso. E, finalmente, a quarta série destacava a preparação para o ensino, voltando-se para o estudo de Noções de Higiene, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino.

A formação apresentava uma dualidade advinda dos cursos oferecidos. Sobre esse aspecto, Lourenço Filho (1953, p. 68-69) esclarece os motivos apresentados pela Lei Orgânica:

dois níveis são julgados necessários na formação docente de Grau Primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existentes entre as várias regiões do país, e, ainda, dentro dessas regiões, em zonas claramente determinadas por essas condições. O primeiro desses níveis corresponde ao ciclo inicial dos cursos de Segundo Grau, em quatro anos de estudos, e habilitará regentes do ensino primário; o outro, correspondente ao Segundo Ciclo desse mesmo grau, e a fazer-se em três anos, após a conclusão do primeiro (ou após a conclusão do ginásio), formará mestres primários. O projeto adota essa estrutura, que há a de todas as leis orgânicas do Segundo Grau, a fim de não manter o isolamento do Ensino Normal, em relação ao plano geral de estudos vigente no país [...] Neste particular, deve ser observado que, havendo sentido o problema dessa diferenciação necessária na preparação do magistério, alguns educadores tem propugnado pelo estabelecimento de escolas normais rurais. O projeto não repudia essa maneira de ver, an-

tes a amplia, admitindo o estabelecimento de cursos normais regionais, de estrutura flexível, segundo as zonas a que devem servir, e que tanto poderão ser de sentido nitidamente agrícola como de economia extrativa, ou ainda de atividades peculiares às zonas do litoral.

Seguindo os ditames da Lei Orgânica do Ensino Normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a), que regia os atos da educação norte-rio-grandense, foi criado a partir do Decreto nº 204, de 7 de dezembro de 1949 (Idem, 1974a), o Curso Normal Regional em conjunto com a Escola Normal de Natal. Em 1948, em virtude da reorganização no referido curso, que passou de dois para três anos, não houve diplomação.

O Curso de Formação de Professor Primário era composto por matérias que se destinavam ao preparo dos mestres, com uma sólida fundamentação teórica sobre a educação, mas também para a realização de atividades escolares, a exemplo de Recreação e Jogos, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto.

O Decreto-Lei nº 2.026, de 30 de novembro de 1950 (Idem, 1951), aprovou o Regulamento da Escola Normal de Natal, subordinada ao Departamento de Educação, que funcionava como externato misto e em consonância com a Lei Orgânica do Ensino (Idem, 1947a), ao ratificar como fins da instituição promover a formação de pessoal docente necessário às escolas

primárias, habilitar administradores escolares e desenvolver e propagar os conhecimentos e as técnicas relativas à educação da infância. Todavia, essa não era a única semelhança com a legislação anterior. A duração do curso, a organização e, sobretudo, o programa de ensino foram reafirmados.

Pelo novo regimento, o Curso Normal era ministrado em três anos e compreendia matérias acadêmicas de formação geral. Esse conhecimento era incorporado ao estudo de matérias científicas aplicadas à educação, a saber: Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Higiene e Educação Sanitária. Além de conteúdos mais específicos como História e Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura, bem como estava prescrita a adoção de processos pedagógicos ativos, Educação Moral e Cívica, Prática com Exercícios de Observação e participação real do trabalho docente (Idem, 1951). Mais tarde, foi criada a Cadeira de Geografia e de História do Estado e a de Ensino Rural, uma ressalva às especificidades e demandas do Rio Grande do Norte – Lei nº 538, de 4 de dezembro de 1951 (Idem, 1951).

Os imperativos sociais, políticos e humanos que modificaram o estabelecimento de ensino em estudo são denotados a partir da legislação educacional, dos regimentos da instituição, dos relatórios e registros da prática produzida pelos mestres. Em consonância com essas necessidades, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), conservou os parâmetros orga-

nizacionais anteriores, mantendo a duração do curso e a divisão por ciclos. Por seus dispositivos foi autorizada a equivalência legal de todas as modalidades de Ensino Médio, bem como a descentralização administrativa e a flexibilidade curricular, que possibilitaram o rompimento da uniformidade curricular das escolas normais.

No que concerne ao programa de ensino, reformas estaduais ajustaram as diretrizes à nova legislação de ensino. De modo geral, conservou-se o sistema dual, com escolas normais de nível ginásial, com quatro séries, no mínimo, e escolas de nível colegial, com três séries, no mínimo, em face da insuficiente quantidade de candidatos qualificados para a docência no ensino primário.

A formação de docentes para o ensino primário era ministrada na Escola Normal de Grau Ginásial, com o mínimo de quatro séries anuais, constando de disciplinas obrigatórias do Curso Secundário Ginásial e preparação pedagógica. E, também, em Escola Normal de Grau Colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial. Essas instituições expediam o diploma de regente de ensino primário (ginásial) e de professor primário (colegial). Os Institutos de Educação ministravam cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento para os graduados em escolas normais de grau colegial. A diferença entre o regente de ensino primário e o professor de ensino primário estava no tempo dedicado ao preparo e na instituição que oferecia o curso para a formação normal.

Nessa época, apesar da existência de diferentes instituições de ensino – a UFRN foi instalada em 1959 e ofertava diversos cursos superiores em suas faculdades – a Escola Normal e o Instituto de Educação recebiam um número significativo de alunos, conforme o livro com o registro nominal dos professores diplomados na Escola Normal de Natal entre 1910 e 1962. Os cursos nela ofertados introduziam o aluno no magistério.

Na década de 1970, a instituição culmina sua missão de educar para o magistério, especialmente, após a expedição da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo grau (Idem, 1971). Essa lei contemplou a Escola Normal e, no âmbito da profissionalização obrigatória seguida pelo segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginasial.

Desse modo, a tradicional Escola Normal perdeu o status de escola e, inclusive, de curso, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareceram os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o Curso Normal passou a ser feita exclusivamente nos Cursos de Pedagogia. O Instituto de Educação, no Rio Grande do Norte, passou a oferecer educação em nível superior, denominando-se Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy.

Concluimos que o programa de ensino da Escola Normal de Natal, no século XIX, era constituído por

matérias que tinham por finalidade a formação científica propedêutica e de cultura humanista geral, objetivo que se sobrepunha aos aspectos formativos pedagógicos nos quais deveriam se fundamentar o preparo dos mestres. Assinalamos também que, somente no início do século XX, observamos uma elevação do nível de estudos e organização do plano de ensino do Curso Normal, o qual passou a ser disposto sob os princípios das ciências da educação em um momento em que o magistério ganha status de profissão.

Diante disso, o estudo da estrutura formativa da Escola Normal permitiu a reflexão acerca do preparo dos professores no Rio Grande do Norte e no Brasil, em um curso que agregava cada vez mais as mulheres. O elemento feminino foi ganhando espaço, ao atuar e realizar significativas atividades na Escola Normal, a exemplo dos cargos de direção. Sobre esse aspecto destacamos o exercício das professoras Francisca Nolasco Fernandes – primeira diretora da instituição –, Crisan Siminéa e Maria Arisneide de Moraes.

V

MULHERES NO MAGISTÉRIO

A história de professoras que atuaram no ensino norte-rio-grandense possibilita uma incursão pela história de mulheres que dedicaram suas vidas ao magistério. Dedicção essa registrada nos documentos oficiais e nos acervos particulares. Desta feita, a prática dessas mulheres se sobressai ao depararmos com os livros de honra, o registro nominal dos professores diplomados na Escola Normal de Natal (1910-1962), as fotografias, os diários de classe e diplomas de titulações. São muitas as professoras que gostaríamos de destacar nesta pesquisa, a exemplo das normalistas da primeira turma: Ecila Cortez, Francisca Soares da Câmara, Guiomar de França, Judite de Castro Barbosa – ao desposar-se com Severino Bezerra de Melo passou a chamar-se Judite Bezerra de Melo –, as irmãs Josefa e Helena Botelho, Olda Marinho e Stella Vésper Ferreira Gonçalves, sobre as quais tecemos considerações acerca das práticas pedagógicas (MORAIS; SILVA, 2011).

Problematizamos o percurso formativo e a atuação dessas professoras nos grupos escolares, como também suas contribuições para construir um campo de

atuação profissional possível para a mulher, o magistério primário. Elas registraram no cotidiano escolar os preceitos didático-pedagógicos, advindos das prescrições da Diretoria Geral da Instrução Pública, indo além das determinações ao atuarem na Associação de Professores, seja como associadas, secretárias, bibliotecárias ou como redatoras da revista *Pedagogium*. Professoras que se destacaram, ao longo da vida, enquanto exemplo de devotamento ao magistério e de comprometimento com a expansão do ensino, além de intelectuais atuantes na sociedade. O que fizeram? Essas professoras, que tinham em comum a formação no Curso Normal, estavam nas salas de aula transformando a atividade de ensinar em um ofício. Produziram práticas, delineararam condutas e mentalidades. Nas salas de aula, nos corredores, nos pátios e em outros meios, representavam os artífices da moral, atendendo aos preceitos vigentes. Enfrentavam desafios. Formas do fazer docente que evidenciam a história do magistério no Rio Grande do Norte.

Todavia, neste trabalho destacamos a trajetória da vida profissional de Francisca Nolasco Fernandes – primeira diretora da Escola Normal de Natal, em 1952 –, Crisan Siminéa – diretora-geral do Instituto de Educação Presidente Kennedy entre 1967 e 1976 – e Maria Arisneide de Moraes – diretora da Escola Normal entre 1971 e 1973. Professoras que atuaram em momentos significativos de transição organizacional.

Francisca Nolasco Fernandes

Francisca Nolasco Fernandes, filha de Pedro Nolasco de Sena e Paulina Maria da Conceição, nasceu em 15 de dezembro de 1908. Um significativo ano para a educação norte-rio-grandense, uma vez que o ensino primário passou por modificações as quais determinaram a educação nas três décadas seguintes, a exemplo da reabertura da Escola Normal de Natal e da criação e expansão dos grupos escolares no estado. Chicuta Nolasco, como também era conhecida, legou contribuições à educação, até seu falecimento a 10 de junho de 1995.

Qual a representação da primeira diretora da Escola Normal de Natal em sua configuração? Nascida em Jardim de Piranhas, distrito de Caicó (RN), ela chegou em Natal ainda menina, obstinada a estudar na Escola Doméstica¹¹. Também em Caicó, recebeu suas primeiras lições no Grupo Escolar Senador Guerra, sendo aluna das irmãs e professoras primárias Helena e Josefina Botelho, diplomadas na primeira turma da instituição em estudo, em 1910. Fez um curso complementar com um pastor protestante, o Senhor Aureliano e sua esposa Dona Sefora, fato que intensificou o desejo de seu pai por enviá-la para estudar na Escola Doméstica de Natal (MORAIS, Maria Arisnete, 2006, p. 42).

11 A Escola Doméstica de Natal foi inaugurada em 1º de setembro de 1914. Inspirada em um modelo suíço, a instituição oferecia exclusivamente educação feminina, aceitando alunas internas. As moças natalenses egressas do curso recebiam o diploma de dona de casa.

Seus primeiros anos de vida foram em Caicó, sem convivência com crianças de sua idade. Já na juventude, Francisca Nolasco frequentava os eventos culturais da sociedade caicoense, participando de festivais em benefício do *Jornal das Moças*, periódico semanal dedicado ao interesse da mulher, o qual circulou em Caicó entre os anos de 1926 e 1932¹².

Seu entrelaçamento com a imprensa e as letras se intensificaria ao dirigir *O Lar*, órgão literário do Grêmio Literomusical Auta de Souza, da Escola Doméstica de Natal. Como professora respeitada escreveria em colunas nos jornais da cidade de Natal, tais como *A República* e *A Ordem* e, no fim da vida, publicaria a autobiografia *Menina feia e amarelinha* (1973).

Estudou na Escola Doméstica de Natal, formando-se na turma de 1929. Foi laureada com uma viagem à Europa e oradora da turma. Além de aluna aplicada e comprometida, foi professora desse estabelecimento durante 35 anos. Esse fato liga diretamente a professora à instituição, pela formação recebida enquanto interna e ao longo de sua atuação profissional.

No ano seguinte ao da formatura, foi designada pelo diretor do Departamento de Educação, Francisco Ivo Cavalcanti, a fim de atender ao convite do governo de Pernambuco para a implantação de uma reforma de ensino naquele estado. Com essa escolha, renunciou ao referido prêmio de viagem à Europa.

12 Sobre esse tema, consultar a dissertação de mestrado em educação *Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchete*, de autoria de Manoel Pereira da Rocha Neto (2002).

Aprendeu a ser professora sem as metodologias tão necessárias. Considerava o aluno a matéria-prima de seu trabalho e gostava de saber mais e mais para transmitir. Depois de um breve período lecionando na Escola Técnica Profissional de Recife, lecionou de 1931 até meados da década de 1960 as disciplinas História do Brasil, Corte e Costura, Dietética, Formação Moral e Social, Estudos Sociais e Português na Escola Doméstica. Por indicação de Américo de Oliveira Costa, então secretário-geral do governo Dix-Sept Rosado, foi nomeada professora da Cadeira de Português da Escola Normal de Natal, em 4 de junho de 1951, na vaga existente em virtude da exoneração do bacharel Raimundo Nonato Fernandes. Segundo suas reminiscências, “naquele tempo as pessoas alcançavam o magistério por três caminhos: a. tempo útil de serviço público; b. mérito provado no magistério; c. um bom pistolão. Ela, incentivada pelo diretor da escola, o professor Clementino Câmara, embarcou na categoria c.” (MORAIS, Maria Arisnete, 2006, p. 63). Assinalamos que, à época da professora Francisca Nolasco Fernandes, o ingresso no serviço público se dava através de concurso, sendo um dos requisitos para o pleito a diplomação em Curso Normal Primário, reconhecido pelo Departamento de Educação.

No ano seguinte, o cargo que passou a ocupar na Escola Normal era o de diretora, em substituição a Clementino Hermógenes da Silva Câmara. O *Diário Oficial*, de 30 de setembro de 1952, trazia o ato de sua nomeação para a função gratificada no referido esta-

belecimento de ensino, conforme o Artigo 86 do Decreto-Lei nº 123, de 28 de outubro de 1941.

O jornal *A Ordem*, em 1º de outubro de 1952, noticiava a designação da professora acentuando que ela seria bem sucedida por já ser conhecida das alunas, uma vez que atuava como professora de Português na referida instituição. Registrava também a homenagem das alunas ao professor Clementino Câmara (NOVO..., 1952, p. 4).

Pela ordem de sucessão, foram diretores desse estabelecimento, desde sua reabertura em 1908 até 29 de setembro de 1952, ano de posse de Chicuta Nolasco, os seguintes professores: Francisco Pinto de Abreu (1908-1910), Nestor dos Santos Lima (1911-1923), Teódulo Soares da Câmara, Luiz Antônio dos Santos Lima, Antônio Gomes da Rocha Fagundes (1930-1938) e Clementino Câmara – infelizmente, não conseguimos informações sobre o período em que alguns deles foram diretores. Além desses diretores, assumiram interinamente o professor Pinto da Câmara, em 1930, e o escritor Luís da Câmara Cascudo, entre dezembro de 1934 e janeiro de 1936.

“Nessa Escola Normal de tanto conceito, de tanta tradição, que titulara os elementos mais representativos da vida educacional do Estado, nessa Escola entrei eu, em 1952, como professora interina” (FERNANDES, 1973 apud MORAIS, Maria Arisnete, 2002, p. 117). Todavia, ela enfrentou dificuldades. As normalistas não aceitaram a exoneração do professor Clementino Câmara e fizeram greve (GREVE..., 1952, p. 4).

Conforme Maria Arisnete de Moraes (2002, p. 8), a professora Francisca Nolasco Fernandes admirava a Escola Normal muito antes de fazer parte dessa congregação “pelo alto padrão de austeridade e pelas exigências morais e intelectuais a que submetiam os que desejavam ingressar nas suas fileiras de alunos ou nos seus quadros de magistério”.

Todavia, o diploma obtido na Escola Doméstica o qual lhe conferiu o título de dona de casa, sem especificar o nível de ensino, não era válido para a função ocupada pela professora. Esse fato, em particular, a constrangia, pois, quando tinha que preencher questionários vindos do MEC, era forçada a registrar o diploma que possuía.

Maria Arisnete de Moraes (Ibidem) registra que a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942) alterou o próprio Curso Normal, com a criação do primeiro ciclo ginásial, com duração de quatro séries anuais e o segundo ciclo, o colegial (clássico e científico), com duração de três séries anuais. Os colégios procuraram se ajustar à nova lei, reformulando os currículos, modificando a duração dos cursos; entretanto, a Escola Doméstica somente mais tarde faria suas adaptações.

O período em que Francisca Nolasco passou na direção da Escola Normal foi de grandes organizações, especialmente no que concerne às instalações físicas. A essa época ela chama das migrações. Durante sua gestão, a Escola Normal se instalou em diversos espaços físicos e em distintos bairros da cidade de Natal.

No início, funcionava na Ribeira, no prédio do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, em praça homônima. Ali funcionavam, desde 1910, o grupo escolar e um jardim-modelo, que serviam à prática das normalistas.

Com a instalação do Instituto de Educação, em forma de cruz na Avenida Campos Sales, durante o governo Silvio Piza Pedrosa (1951-1956), a Escola Normal divide suas instalações com o Atheneu. O estabelecimento de formação de professores passou a ocupar uma ala do prédio, exatamente onde não havia lavatórios. Nesse espaço, surgiram muitas disputas e a Escola Normal era uma hóspede indesejada, por suas aspirações e necessidades diversas. Apesar disso, a professora “organizava festivais, sessões solenes comemorativas das datas escolares e utilizava o auditório do prédio, espaço que não dispunha na Ribeira” (Ibidem, p. 9).

Continuavam as migrações da instituição, que voltou para o Bairro da Ribeira e passou a ocupar a Escola de Comércio. Ainda no governo Silvio Piza Pedrosa, foi construído o novo Instituto de Educação, prédio situado à Rua Trairi, em frente à Praça Pedro Velho – hoje Praça Cívica –, no qual funcionou a Faculdade de Filosofia (Fafi). Nos últimos dias do governo, foi inaugurado o que se destinava à Escola Normal, ao Grupo Modelo, agora com o nome de Escola de Aplicação e com o Jardim-Modelo em prédio anexo.

Durante o governo Aluísio Alves, foi construído e inaugurado o prédio do Instituto de Educação Presidente Kennedy, com verbas oriundas do convênio fir-

mado entre o Estado e a USAID. O referido convênio foi implementado em Natal através do Serviço Cooperativo do Ensino do Rio Grande do Norte (SECERN). Os Estados Unidos destinavam recursos à educação primária no Brasil, procurando exercer sua influência no campo educacional. Após 1964, o país vivia sob o regime da ditadura militar e esses convênios contribuíram para a mudança na estrutura da educação, desde o ensino primário à universidade.

A professora Chicuta Nolasco pediu demissão dos cargos de diretora da Escola Normal e de vice-diretora do Instituto de Educação, em caráter irrevogável, com o término do governo Silvio Pedrosa, em 30 de janeiro de 1956. A gestão do estabelecimento assumiu novas configurações. A partir de então passou a existir um diretor-geral, cargo assumido por Celestino Pimentel. Como diretor da Escola Normal, sucedendo ao mandato da referida professora, assumiu o professor Vicente de Almeida, o qual foi gestor de maio de 1956 a maio de 1957, durante o governo Dinarte Mariz. Nessa época, o secretário de educação era Tarcísio Maia. Posteriormente, ingressou ao cargo a professora Maria Elza Fernandes Sena, embora a professora Francisca Nolasco Fernandes assumisse a direção algumas vezes, quando a diretora se afastava para fazer cursos no Rio de Janeiro. E, desse modo, ela viveu tranquila entre os anos de 1956 até o começo de 1959, apenas exercendo o magistério.

Retornou à direção do estabelecimento em 24 de março de 1959, quando Grimaldi Ribeiro era secretário de educação e, posteriormente, em 1961, foi nomeada

diretora do Instituto de Educação. Cargos esses que ocupou até sua aposentadoria, no final de 1966, durante o governo Monsenhor Walfredo Gurgel.

O diploma de professor primário de Maria Arisnete Câmara de Moraes, assinado por Francisca Nolasco Fernandes, em 1966, é um dos registros do último ano em que a professora esteve em exercício como diretora do Instituto de Educação. Sua representação enquanto diretora do estabelecimento de ensino, em análise, era de uma profissional engajada com a causa da educação e com a melhoria das instalações e funcionamento da Escola Normal de Natal.

Crisan Siminéa

Crisan Siminéa, a apóstola da educação, conforme Medeiros (2001, p. 86), filha do casal Francisco Siminéa Filho e Maria do Carmo Siminéa, nasceu na cidade de Angicos (RN), em 27 de outubro de 1927. Alfabetizou-se em casa com a mãe. Viveu sua infância na Fazenda Jordão, também em Angicos, pertencente aos avós maternos. Em 1936, seus pais decidiram morar em Natal a fim de propiciar uma educação de melhor qualidade, nos padrões de ensino da época. Desse modo, completou o curso primário na capital. Nessa cidade receberia formação para atuar no magistério, segmento para o qual deu grandes contribuições até sua morte, a 14 de abril de 1995. Seu legado tem caráter didático e educacional através do qual é lembrada como uma educadora de referência.

Sua inserção no magistério se deu após o falecimento do pai em 1942. Apesar de ter sido funcionário do Ministério da Agricultura, seu pai não deixou pensão para a viúva e os oito filhos. Aos quinze anos, quando finalizou o curso ginásial, Crisan Siminéa ministrava aulas particulares em sua residência ou na casa dos alunos para complementar a renda da família. Dessa época, foram seus alunos:

Marcus Aurélio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque e Antonius Pius, filhos do Desembargador Floriano; os irmãos Rubélio Lins Bahia e Glendo Lins Bahia; Carlos Castim; Haidé Magid, filha do Sr. José Magid; os filhos do Dr. Everton Cortez e, ainda, do Desembargador Carlos Augusto Caldas (Ibidem, p. 85).

A partir de então passou a investir fortemente em sua formação, que foi bastante diversificada. Ingressou no curso médio Técnico de Contabilidade do Colégio Nossa Senhora das Neves, então voltado para a educação feminina, concluindo em 1949. No ano seguinte, foi aprovada no concurso dos Correios e Telégrafos, repartição na qual trabalhou até 1967, quando assumiu a direção do Instituto de Educação Presidente Kennedy. Foi aprovada no vestibular da Faculdade de Filosofia e Letras, na qual obteve o diploma de bacharel, em 1960, e o de licenciatura em letras neolatinas, em 1962.

Crisan Siminéa ministrou aulas em vários estabelecimentos de ensino, entre os quais: o Instituto Sagrada Família, a Escola Padre Miguelinho, o Colégio Estadual Norte-Rio-Grandense, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) – atualmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) –, o Colégio Santo Antônio Marista, a Associação Potiguar de Ensino e Cultura, a UFRN e a Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências (Unipeç) – atual Universidade Potiguar (UnP).

Um destaque em sua atuação como professora é o fato de ter sido a primeira docente do sexo feminino nomeada para a Escola Almirante Ary Parreiras, no Bairro do Alecrim. Foi também uma das fundadoras dessa instituição.

Em 1964, foi convidada para ser a diretora-geral do Atheneu Norte-Rio-Grandense no turno masculino, atuação marcada pelo respeito e profissionalismo que imprimiu em sua vida enquanto educadora.

O respeito, a confiança e cumplicidade entre Crisan e seus alunos sempre foi característica marcante de sua personalidade. À frente do Atheneu marcou época por ser a primeira mulher a assumir a direção do turno masculino, onde só havia alunos do sexo masculino. Considerada por muitos como conservadora, em 1965, no auge da ditadura militar no

país, adotou uma postura corajosa, em defesa do respeito à educação, ao seu local de trabalho e principalmente aos seus alunos (CARDOSO, 2000, p. 183).

Dirigiu o Instituto Padre Monte em 1966. Sua atuação na diretoria-geral do Instituto de Educação Presidente Kennedy se deu entre 1967 e 1976. O Instituto de Educação era o maior complexo de formação de professores no estado do Rio Grande do Norte à época.

Sua formação permitiu a atuação no magistério superior, no qual começou como professora da Cadeira de Francês da Escola de Jornalismo Eloy de Souza, da Fundação José Augusto, na qual atuou entre 1967 e 1976, quando o curso foi incorporado à UFRN. A professora Siminéa, entretanto, já era do Instituto de Letras, desde 1971, por ter sido aprovada em concurso para exercer o cargo de auxiliar de ensino. Foi chefe de departamento e coordenadora de curso. Após se aposentar na UFRN, prestou serviços na Unipeç, integrando seu quadro docente.

Obteve o título de mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na área de Comunicação e Semiótica. Escreveu a dissertação *O ensino da literatura e a leitura do texto literário* em 1981, na qual abordou o uso do texto literário no ensino de 2º grau, ao problematizar os objetivos e os procedimentos em uso na época para o ensino da leitura e da literatura. Desenvolveu o Projeto Ler, promovido pelos jornais

Diário de Natal e O Poti, cujo fim era desenvolver nos adolescentes o gosto para a leitura.

A partir de 1982, compondo com as professoras Anunciada Dutra da Cruz, Constância Lima Duarte e Beteizabete de Brito a equipe de execução do Projeto Melhoria do Ensino de 1º Grau, iniciou seus trabalhos na área de comunicação e expressão na UFRN. Decorreu desse projeto a obra *Leitura, literatura e redação: diretrizes metodológicas*, publicada em 1995.

Dedicou-se à educação, sempre alternando ou conciliando as funções de professora e diretora, até seus últimos dias de vida. Por sua dedicação ao ensino e legado, em junho de 1995, um mês após seu falecimento, recebeu homenagens póstumas. Foi inaugurada a Biblioteca Crisan Siminéa no Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy, com a presença do governador do estado e do secretário de educação, cultura e desporto. Em seguida, outra honra à memória da referida professora concedida pelo governo do estado através do Decreto nº 13.837, de 10 de março de 1998, o qual lhe conferiu o título de patronesse da Escola Estadual Crisan Siminéa, situada no Conjunto Nova Natal, Zona Norte da capital.

Em sua existência, dedicou-se intensamente à causa da educação dos jovens, por ter a convicção que, somente através da instrução, o ser humano consegue promover-se como cidadão.

Maria Arisneide de Moraes

A professora Maria Arisneide de Moraes nasceu na cidade de Patu (RN), a 20 de setembro de 1939, filha de Maria Cristina e Aristides Benigno de Moraes. Diplomou-se no Curso de Pedagogia da UFRN em 1966.

FIGURA 9 – Diploma de graduação em Pedagogia da professora Maria Arisneide Moraes, 1968

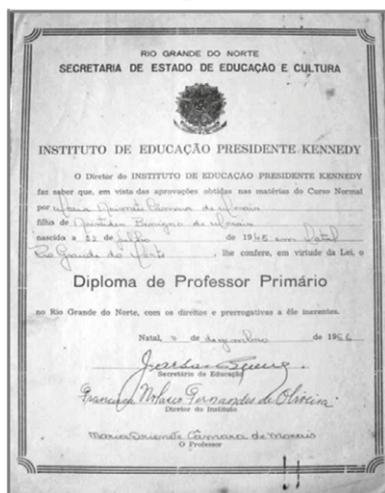


Fonte: Acervo particular da Professora Maria Arisneide Moraes, 1968.

À época desta pesquisa, feita no ano de 2013, aos 73 anos, a professora já se encontrava aposentada. Ela nos concedeu uma entrevista, na qual nos baseamos. De acordo com ela, quando ingressou no Curso de Pedagogia, este compunha a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e era oferecido pela Fundação José Augusto (MORAIS, Maria Arisneide, 2010).

A UFRN se estruturava. Oferecia o Curso de Medicina, entre outras faculdades, as quais funcionavam em prédios diferentes. Eram separadas e tinham direção e administrativa próprias. Com a federalização dos cursos superiores oferecidos no estado, a referida instituição acrescentou ao seu quadro o Curso de Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse período, o diretor da referida faculdade era Francisco Quinho Chaves Filho e o reitor da universidade, Onofre Lopes. Desse modo, Maria Arisneide de Moraes fez parte da primeira turma do Curso de Pedagogia, diplomada no contexto da federalização. Apesar de ter concluído o curso em 1966, devido ao processo de organização legal pelo qual passou a instituição, seu diploma registra como data de conclusão o ano de 1968.

FIGURA 10 – Diplomação de Maria Arisneide de Moraes na UFRN, 1966



Fonte: Acervo particular de Maria Arisneide de Moraes, 1966.

Estiveram na cerimônia de sua colação de grau, seus pais, Maria Cristina Câmara de Moraes e Aristides Benigno de Moraes, à esquerda na fotografia; Maria Câmara Lopes – tia e madrinha de batismo – e Vital Ferreira Lopes – tio, padrinho de batismo e de formatura –, na fotografia, à direita.

Pouco tempo após a formatura em pedagogia, Maria Arisneide de Moraes atuou como professora de filosofia, sociologia e história da educação, no Instituto Maria Auxiliadora, no curso normal, em 1968.

Estudou na Escola Normal de Natal, tendo ingressado em 1959, e foi diplomada na 50ª turma, em 1961. Foram seus professores personalidades do Rio Grande do Norte, como Lavoisier Maia Sobrinho (Anatomia), Etelvina Emerenciano (Didática Geral), Dulce Wanderley (Música), Américo de Oliveira Costa (Português), Manoel Rodrigues de Melo (História do Rio Grande do Norte), Carmem Pedroza (Metodologia da Matemática), Maria de Lourdes – também conhecida como Marude – (Técnicas Audiovisuais) e Maria Alexandrina Sampaio – chamada de Mariinha Sampaio – (Metodologia da Linguagem).

FIGURA 11 – Diplomação de Maria Arisneide de Moraes na Escola Normal de Natal, 1971



Fonte: Acervo particular de Maria Arisnete Câmara de Moraes, 1971.

À época da diplomação de Maria Arisneide, era diretora do estabelecimento de formação de mestres a professora Francisca Nolasco Fernandes. O curso funcionava no prédio situado na Praça Cívica. Egressa do ensino normal, atuou como professora, inicialmente, no Grupo Escolar Augusto Severo, que à época funcionava na Ribeira, por volta de 1962. Seus colegas de turma lecionaram em diferentes instituições primárias: Grupo Escolar Augusto Severo, Grupo Escolar Áurea Barros (Praça das Flores), Grupo Escolar Ary Parreiras (Base Naval), Grupo Escolar Frei Miguelinho (Alecrim), Grupo Escolar Maria Montezuma (Quintas).

Ela ensinou no Ginásio São Luís, colégio que existia na década de 1960, sito à Rua José de Alencar, no Bairro da Cidade Alta, em Natal, a instituição era diri-

gida pelo Padre Eymard L'Eraistre Monteiro. Lecionou, também, em diferentes instituições. Foi nomeada para atuar no Grupo Escolar Maria Montezuma, atualmente Escola Estadual Maria Montezuma, nas Quintas; atuou no Externato Josefa Sampaio, situado à época na Rua Felipe Camarão, também no Bairro da Cidade Alta.

FIGURA 12 – Maria Arisneide e alunos do Externato Josefa Sampaio, 1972



Fonte: Acervo particular da Professora Maria Arisneide de Moraes, 1972.

Acerca do fardamento escolar, a professora afirmou que as normalistas usavam saia plissada, blusa de manga comprida, sapatos pretos, meias brancas e gravata de lacinho. “O lacinho era a honra da normalista”, dizia Chicuta Nolasco. Não existia qualquer decreto estabelecendo o uso da vestimenta no regimento da

instituição, contudo, durante as festividades usava-se uma roupa de gala. Havia uma boina, tipo de chapéu no estilo dos que compõem a vestimenta dos soldados.

Sobre sua turma, asseverou que eram quarenta alunos. Desses, somente um era do sexo masculino. Chamava-se Jocelin Campos, mas não concluiu o curso normal. Casou-se com uma colega de turma e dedicou-se a outra profissão. Lembra que foi a única que ingressou na UFRN. Graduou-se e fez especialização no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, em 1967.

A Semana da Normalista acontecia em data próxima à da fundação da Escola Normal de Natal, a 13 de maio de cada ano. Era uma festividade da qual fazia parte a sociedade norte-rio-grandense, políticos e educadores importantes à época. Durante a festividade eram entoados cânticos cívicos, o *Hino da Normalista* e a *Canção da Normalista*, escrita por Nestor Lima (MORAIS, Maria Arisneide, 2012).

Canção da Normalista
(Nestor dos Santos Lima)

Ensinar é sentir no presente
Um futuro que verso não diz
É viver como vive a semente
Na humildade de um sonho feliz

Ensinar é fazer da criança
Um sorriso de sol ao nascer

E com rimas de verde esperança
Um poema de luz escrever

Estrilho

Para o alto fiel normalista
Põe teus olhos no céu cor de anil
E da voz da criança nortista
Faz o verbo de luz do Brasil

É tão grande, é tão nobre, é encantada a missão
de ensinar

Que faz rica a palavra mais pobre
Pondo bênçãos no céu e no mar
Ensinar é partir os espinhos
Que malferem sorrisos em flor
É acender em escuros caminhos
Madrugadas de sonho e de amor

Estrilho

Para o alto fiel normalista
Põe teus olhos no céu cor de anil
E da voz da criança nortista
Faz o verbo de luz do Brasil

Nesse trecho, a depoente se emocionou. De acordo com ela, durante as solenidades as pessoas se comoviam muito. O trecho a seguir conscientizava o professorado: “Ensinar é partir os espinhos. Que malferem sorrisos em flor. É acender em escuros caminhos. Ma-

drugadas de sonho e de amor”. As alunas cantavam acompanhadas pela professora de música da Escola Normal, Dulce Wanderley.

Na Semana da Normalista, era reforçada a convicção de que ser professor era uma missão. A professora Maria Arisneide de Moraes estudava no Atheneu Norte-Rio-Grandense, instituição de ensino secundário que contribuiria para seu ingresso no curso superior, mas optou por ser normalista e ingressou no magistério.

Foi professora da Escola Normal de Natal das disciplinas Didática Geral, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação e Prática de Ensino, entre 1968 e 1969. Dirigiu a referida instituição entre os anos de 1971 e 1973.

Na década de 1970, o Instituto de Educação Presidente Kennedy era um complexo educacional, sob a direção-geral da professora Crisan Siminéa, composto por: Escola Normal, dirigida pela professora Maria Arisneide de Moraes; Escola de Aplicação, estabelecimento de ensino primário, também com direção própria, sob a responsabilidade de Nerina Galvão; e o Jardim de Infância Modelo, gerido pela professora Terezinha Rocha. Essas eram as divisões do complexo educacional.

No período em que a professora Maria Arisneide de Moraes foi gestora da Escola Normal de Natal, esta funcionava nos turnos matutino e vespertino, oferecendo o Curso Normal em três anos de estudos. Eram professores do estabelecimento: Herly Parente (Filosofia), Joana D’arc Silveira (Psicologia), Lúcia Silva (Metodologia da Ciência), Paulo de Tarso Correia de Melo

(História da Educação), Mitze Simonetti (Português), além de Diva Cunha – ainda estudante de Graduação em Letras (UFRN) – e sua mãe, Dalva Cunha, que também lecionavam Português. O programa de ensino era composto por Didática Geral, Sociologia da Educação e metodologias específicas, a exemplo de Metodologia dos Estudos Sociais.

Era secretário de educação, João Faustino, que havia sido seu colega de turma e orador na conclusão do Curso de Pedagogia. Além da atuação na Escola Normal, a professora coordenou, paralelamente, o Programa de Educação de Adultos do Serviço Social do Comércio (Sesc).

Naquela época, a região na qual estava instalado o Instituto Presidente Kennedy era pouco povoada. Havia uma carência, principalmente de transportes, para que os alunos chegassem até a instituição. Um empresário, dono da Empresa Capricho, disponibilizava um ônibus a fim de facilitar o deslocamento de alunos e alunas do Instituto de Educação, dado que não havia muitos meios de transportes, carros particulares e outros meios que conduzissem as pessoas àquela parte da cidade. Havia uma Kombi para os professores. São as recordações da professora Maria Arisneide de Moraes.

Na direção da Escola Normal de Natal, a professora aperfeiçoava-se em cursos oferecidos por instituições de outros estados da federação. Nesse sentido, certificou-se, em 27 de fevereiro de 1971, no Curso de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Normal do Nordeste, oferecido pelo Instituto Nacional de Estudos

Pedagógicos do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, em Recife (PE), um convênio com a Sudene.

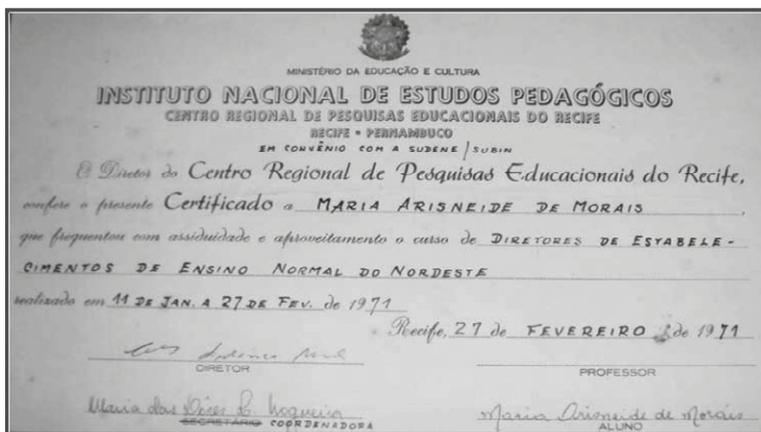
De acordo com ela, o governo do estado esforçava-se para introduzir novas tecnologias na instituição. Os professores não tinham formação em curso superior. Desse modo, foram recrutados os mestres recém-diplomados, com a finalidade de receberem formação adequada. Tratava-se de especialização no Instituto de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, em Belo Horizonte (MG).

Maria Arisneide deu continuidade à sua formação com a realização do primeiro estágio do Projeto II, em assistência técnico-pedagógica ao ensino do 2º grau – Ensino Normal –, entre 1º e 30 de março de 1972. O Projeto II fazia parte de um rol de ações que compunham um programa de educação do MEC. Destinava-se ao aperfeiçoamento dos professores no Brasil, inclusive com financiamento estrangeiro.

O curso foi oferecido pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro através da Divisão de Aperfeiçoamento do Professor (DAP), em Belo Horizonte (MG). Na referida formação, a professora cursou as matérias: Reforma do Ensino, Didática de Estudos Sociais, Currículo e Programas de Ensino Normal, Metodologia e Prática do Ensino, Análise e Avaliação de Projeto. O objetivo da atividade era realizar estudos acerca da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e da Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação. Foi certificada em 30 de março de 1972.

Poucos meses depois, ela realizou o segundo estágio do Projeto II, que ocorreu entre 1º e 31 de outubro de 1972, também oferecido pela DAP, em Minas Gerais. Esse curso teve por disciplinas: Legislação e Estrutura do Ensino de 1º Grau e Ensino Normal, Currículo e Programa do Ensino de 1º Grau e Ensino Normal, Administração e Supervisão Escolar, Planejamento Educacional e Metodologia de Regimento Interno e Metodologia e Prática do Ensino.

FIGURA 13 – Certificado de Curso de Diretor de Ensino Normal, 1971



Fonte: Acervo particular de Maria Arisneide de Moraes, 1971.

FIGURA 14 – Certificado de primeiro estágio de Projeto II, 2º grau – Escola Normal, 1972



Fonte: Acervo particular de Maria Arisneide de Moraes, 1972.

A professora Maria Arisneide de Moraes teve uma ampla atuação como professora e coordenadora de prática de ensino na Escola Normal de Natal. Além disso, após deixar a direção do referido estabelecimento de ensino, passou a trabalhar na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, na Unidade Setorial de Planejamento.

Na década de 1980, interrompeu as atividades de docência e passou a atuar no MEC, morando em Brasília no ano de 1986. Fez parte da equipe técnica do referido ministério enquanto assessora de educação dos estados do Brasil. Esteve responsável pela Região Norte, especificamente, por Rondônia.

Retornou para Natal em 1987, quando esteve na coordenação do setor de pesquisa da Fundação Esta-

dual de Planejamento Agrícola. Quando essa fundação foi extinta, a professora passou a exercer atividades de educação ambiental no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), repartição pública na qual encerrou suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este texto, retorno as perguntas com as quais o iniciei. Como ocorreu a apropriação de um espaço específico para o preparo do magistério? Qual era a formação oferecida aos professores e professoras? Também me interessei pelos conhecimentos que compunham os programas de ensino da Escola Normal de Natal. Pesquisei informações em busca de possíveis respostas e as que pude perceber foram se configurando ao longo do texto, que ora finalizo. Constatei o quanto foi difícil trilhar o caminho para a construção desta tese, na busca por arquivos, documentos, livros e materiais que evidenciassem os indícios a essas questões.

Recolhendo e guardando os livros e os jornais que encontrava nos acervos públicos, em Natal ou em Lisboa, continha-me a fim de selecionar as fontes disponíveis que evidenciassem respostas aos meus questionamentos. Entretanto, às vezes, também me deparava com textos e materiais impossíveis de manuseio ou fotocópia. Ressalto as edições do primeiro semestre de 1908 do jornal *A República*, que estavam disponíveis no período em que realizei a pesquisa e, depois, já não mais, por causa das condições do material. Muitos dos textos que me inquietavam quanto aos autores e assuntos abordados estavam indisponíveis.

Ressalto também que a experiência de estágio no exterior significou muito para minha formação profissional. A possibilidade de inserção em outra cultura acadêmica,

a realização de leitura de literatura diversa, a aproximação com grupos de pesquisa da área da história da educação em países da Europa, como também das discussões e o conhecimento dos temas e objetos da área que circulam no referido continente foram de grande valia. Perceber as preocupações com temas comuns, a exemplo da laicização, da municipalização, de movimentos como a modernização e o higienismo, processos que têm implicações para a educação escolar, possibilitam o empreendimento de ricos diálogos. São amplos objetos a serem investigados.

Nesse sentido, o estudo sobre a história da formação de professores na Escola Normal de Natal e, em particular, na Escola Normal Primária de Lisboa, permitiu a compreensão das tensões, permanências e modificações pelas quais passou a forma escolar em seu processo de constituição e consolidação enquanto lugar particular para o aperfeiçoamento de professores e para o processo de profissionalização do magistério. A constituição da Escola Normal Primária como o locus principal de experimentação dos processos de ensinar e aprender para os mestres primários, como também a problematização da concepção de magistério como uma arte e ofício, que exige modos específicos de fazer, foram minhas preocupações de análise.

Reconhecemos que as discussões empreendidas nesta pesquisa são inesgotáveis e que há muito a ser feito na História da Educação no Rio Grande do Norte. A feminização do magistério, o celibato pedagógico feminino, a laicização da escola, por exemplo, são temas instigantes.

Além disso, o magistério masculino também se constitui um objeto de relevância para a historiografia a ser descortinado nas pesquisas sobre a educação a partir de suas amplas possibilidades. A atuação de professores primários nos cargos de chefia, de direções, como redatores em jornais e periódicos, com significativa produção em temas de cunho pedagógico e educacional, são mananciais de estudos. Nomes como os dos professores Antonio Fagundes, Clementino Câmara, Elizeu Viana, Francisco Pinto de Abreu e Mário Cavalcanti são evidenciados para essa finalidade. Esses são somente exemplos de personagens que podem ser analisados.

Por outro lado, me interesso também, para futuros projetos, voltados para figuras femininas do magistério, em nomes como o de Maria Arisneide de Moraes, devido a sua longa trajetória na área da educação, em um momento de transição e organização do sistema escolar, na década de 1970. Também pelo momento particular de suas formações na Escola Normal de Natal, as professoras: Ilza Brilhante, Salonilde Ferreira, Zuleica Romano, entre outras.

Pretendo, ainda, dar continuidade às análises já empreendidas e com alguns resultados publicados sobre a obrigatoriedade de ensino no Rio Grande do Norte, a atuação de professores na educação da infância e alfabetização das crianças norte-rio-grandenses. Nesse aspecto desejo, especialmente, debruçar-me sobre os processos de escrita, leitura, como também acerca dos elementos utilizados para tal finalidade, a exemplo: os livros de leitura, os manuais escolares, o quadro negro (ardósia) e o

mobiliário escolar. Elementos de uso na escola primária, recomendados pelas diretorias de instrução e, posteriormente, pelos departamentos de educação.

Registro o desejo de ter realizado análises (as quais, por questões diversas foram comprometidas neste trabalho) acerca das histórias das ex-alunas da Escola Normal de Natal: Margarida de Jesus Cortez, formada em 1951; Ilza Soares Brilhante, diplomada em 1952; Zuleika Pinheiro Romano, diplomada na turma de 1955; Maria Salonilde Ferreira, a qual diplomou-se em 1962; Maria Arisnete Câmara de Moraes, formada na turma de 1966. Entretanto, por questões diversas, esta vontade ficou comprometida. Também, a análise de livros, utilizados pelas normalistas, e jornais diversos do período em estudo, não se concretizou. São materiais que ficam para estudos futuros.

No caso específico de Lisboa, desejo analisar melhor a relação dos indivíduos matriculados na Escola Normal Primária de Lisboa. Egressos da instituição, estiveram envolvidos com o campo educacional? Do mesmo modo, anseio analisar aspectos como a coeducação Escola Normal Primária de Lisboa, após instalação, em Benfica, das orientações de novo Regimento Interno (1920).

São muitos os objetos de interesse para pesquisa, como também para escrita. Entre as mais recentes, destaco os primeiros resultados do Projeto História da Leitura e da Escrita no Rio Grande do Norte – presença de professoras (1910-1940), do CNPq, vigente desde o início deste trabalho como projeto de tese, ainda em 2010. No âmbito do referido projeto, analiso com minha orientado-

ra o cotidiano da escola primária. Publicamos o capítulo “A leitura e a escrita no Rio Grande do Norte: primeiras décadas do século XX” no livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, organizado por Maria do Rosário Longo Mortatti. A obra obteve o primeiro lugar na categoria Educação do 54º Prêmio Jabuti, em 2012 (MORAIS; SILVA, 2011).

A pesquisa é viva, instigante, mas a necessidade de um ponto final, pelo menos para o momento, se impõe. Diante disso, assinalo que perseguindo as questões postas pude respondê-las a partir do raciocínio que se segue. O argumento que conduziu esta investigação foi o de que a Escola Normal enquanto locus da formação de professores constituiu uma forma escolar própria, a partir da produção e veiculação de saberes específicos, de modos de fazer particulares, tendo como sujeitos da produção alunos, professores, intelectuais e dirigentes da educação.

Afirmo, ainda, que os saberes que fundamentaram o preparo profissional para o magistério, estavam em conformidade com o movimento pedagógico mundial. Considero, também, que em Natal a apropriação de um espaço específico para o funcionamento da Escola Normal, o nomadismo da instituição dificultou a consolidação da forma escolar em sua plenitude, comprometendo as atividades educativas.

Os capítulos ora expostos demonstram que a Escola Normal, locus privilegiado de formação de professores, estabeleceu uma forma escolar própria, apesar das resistências, tensões e permanências presentes no processo.

REFERÊNCIAS

Atos, leis e decretos do governo (Brasil e Portugal)

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Da responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado e dos Conselheiros de Estado. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 1827. p. 54, v. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2oicPrZ>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Lei imperial de nº 40, de 3 de outubro de 1834. Dá regimento aos presidentes de província e extingue o Conselho da Presidência. *Coleção de leis do Império do Brasil do ano de 1834*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.

_____. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. *Diário Oficial*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 9 jul. 1931. p. 11.120. Disponível em: <<https://bit.ly/2MzhyEi>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. *Diário Oficial*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 9 abr. 1932. p. 6.666. Disponível em: <<https://bit.ly/2Mzhg0a>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo Presidente da República em 10 de novembro de 1937. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. p. 22.359. Disponível em: <<https://bit.ly/2MVIYES>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946a. Seção 1, p. 116. Disponível em: <<https://bit.ly/2wlvBSO>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

_____. Constituição de 1946. Constituição dos Estados Uni-

dos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 19 set. 1946b. Seção 1, p. 13.059. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lvyu9q>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de diretrizes e bases da educação nacional.; LDB. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11.429. Disponível em: <<https://bit.ly/2wqVvpr>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lei de diretrizes e bases da educação nacional; LDB. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6.377. Disponível em: <<https://bit.ly/2cntEde>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Direção geral do ensino primário e normal. Ensino normal primário (Magistério Primário Geral e Infantil). *Programas para os exames de admissão (Decreto 6: 203, de 7 de novembro de 1919)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920. 24 p.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 37, de 11 de novembro de 1839. *Registro de leis de 1835-1843*. Natal: [s.n.], 1839.

_____. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 13 de julho de 1874*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1874.

_____. Lei nº 6, de 30 de maio de 1892. Autoriza o governador do estado a fazer a reforma do ensino. *Leis do Congresso de 1892 a 1895*. Natal: A República, 1896.

_____. *Mensagem dos governadores*. Natal: A República, 1905.

_____. *Mensagem dos governadores*. Natal: A República, 1906a.

_____. *Relatório anual da instrução pública*. Natal: A República, 1906b.

_____. *Mensagem dos governadores*. Natal: A República, 1907.

_____. Decreto nº 174, de 5 de março de 1908. Cria no Bairro da Ribeira um grupo escolar denominado “Augusto Severo”. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1909a.

_____. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria Geral da Instrução Pública, cria a Escola Normal, grupos escolares e escolas mistas e dá outras providências. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1909b.

_____. Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909. Declara que o Grupo Escolar Augusto Severo será a Escola Modelo para servir ao ensino público elementar em todo o estado. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1909c.

_____. Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a instrução pública. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1909d.

_____. Lei nº 284, de 30 de novembro de 1909. Reforma a instrução pública do estado. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1909e.

_____. Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910. Código de Ensino. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1910. p. 119-148.

_____. Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911. Código de Ensino. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1911a.

_____. Diretoria da Instrução Pública. *Atas da congregação do Atheneu e Escola Normal (1906-1911)*. Natal: Diretoria da Instrução Pública, 1911b. v. 4, 100 f.

_____. Decreto nº 359, de 22 de dezembro de 1913. Código de Ensino. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1913.

_____. *Lei n° 405, de 29 de novembro de 1916*. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional. Natal: A República, 1917a.

_____. *A reforma do ensino*. Ligeiro comentário à Lei n° 405, de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional. Natal: A República, 1917b.

_____. *Livro de honra (1914-1919)*. Manoel Dantas. Natal: [s.n.], 1919a.

_____. *Lei n° 508, de 29 de novembro de 1921. Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: J. Pinto & C., 1922a.

_____. *Decreto n° 165, de 19 janeiro de 1922. É criada na cidade de Mossoró uma escola normal primária. Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1923a.

_____. *Livro de assinaturas de presença e atas do curso de férias (1925-1926)*. Natal: [s.n.], 1926. 50 f.

_____. *Decreto n° 52, de 12 de fevereiro de 1931. Fixa o número de matrículas gratuitas nas escolas normais de Natal e Mossoró, respectivamente, vinte e dez inscrições. Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1931.

_____. *Decreto n° 337, de 3 de dezembro de 1932. Considera válidos os diplomas de normalistas conferidos pelas escolas normais oficiais dos estados e do Distrito Federal. Decretos do governo revolucionário*. Natal: Imprensa Oficial, 1932.

_____. *Lei n° 82, de 10 de dezembro de 1936. Equipara à Escola Normal de Natal o curso mantido pelo Colégio Nossa Senhora das Vitórias de Assú. Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 1936.

_____. *Lei n° 105, de 20 de outubro de 1937. Concede ao Colégio Santa Águeda de Ceará-Mirim os favores da Lei*

nº 82, de 10 de novembro de 1936. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 1937a.

_____. Lei nº 106, de 20 de outubro de 1937. Concede à Escola Doméstica de Natal os favores da Lei nº 82, de 10 de novembro de 1936. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 1937b.

_____. Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938. Reforma as escolas normais do estado. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 1939.

_____. Decreto nº 683, de 10 de fevereiro de 1947. Expede a Lei Orgânica do ensino primário para o estado do Rio Grande do Norte, dentro das normas estabelecidas pelo Decreto-Lei Federal nº 8.529. *Atos legislativos e decretos do governo*. Natal: Departamento de Imprensa, 1947a.

_____. Decreto nº 684, de 11 de fevereiro de 1947. Adapta à legislação federal o sistema de ensino normal do estado. *Atos legislativos e decretos do governo*. Natal: Departamento de Imprensa, 1947b.

_____. *Lei nº 2.639, de 28 de janeiro de 1960*. Natal: Diário Oficial, 1960.

Diários de Classe, Jornais, Revistas e Manuais de Pedagogia

A PREPARAÇÃO do professorado primário. *A Ordem*, Natal, 4 out. 1940. p. 1.

AFREIXO, José Maria da Graça; FREIRE, Henrique. *Elementos de pedagogia*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1870.

BEZERRA, Severino. A Escola Normal do Rio Grande do Norte e a sua instalação em 1908. *A República*, Natal, 3 maio 1958. p. 1-2.

COELHO, Adolfo. O plano geral do ensino público. In: _____. *Questões pedagógicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1912. p. 10-41.

COELHO, José Augusto. *Princípios de pedagogia*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1893.

COIMBRA, Leonardo. *O problema da educação nacional*: tese apresentada ao Congresso da Esquerda Democrática, realizado em 1926. Porto: Maranus, 1926.

CRIADO o Instituto de Educação. *A Ordem*, Natal, 14 dez. 1953.

ESCOLA Normal. *Diário do Natal*, Natal, 3 jun. 1914. p. 1.

FAGUNDES, Antônio. *Educação e ensino*. Natal: Imprensa Oficial, 1940.

FERREIRA, Antônio Aurélio da Costa. *Algumas lições de psicologia e pedologia*. Lisboa: Lumen, 1920.

GREVE das normalistas. *Jornal de Natal*, Natal, 30 set. 1952. p. 4.

INAUGURAÇÃO do Instituto Presidente Kennedy. *Diário de Natal*, Natal, 23 nov. 1963.

INSTITUTO Kennedy eternizará geração. *Diário de Natal*, Natal, 22 nov. 1963. p. 1.

LIMA, Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos. *Higiene mental e educação*. 1927. 178 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1927.

LIMA, Nestor dos Santos. A leitura, suas espécies, métodos e processos. *A República*, Natal, 21 jul. 1911a. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Lições de coisas, sua importância, princípio e método. *A República*, Natal, 26 jul. 1911b. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. A escrita, seus princípios e processos. A caligrafia. *A República*, Natal, 28 jul. 1911c. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Língua materna, importância, exercícios e processo. *A República*, Natal, 2 ago. 1911d. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Aritmética, sua importância e processo: morfologia: geometria. *A República*, Natal, 8 ago. 1911e. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Geografia, sua importância, métodos e processos. *A República*, Natal, 10 ago. 1911f. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. História, sua importância, métodos e processos. *A República*, Natal, 18 ago. 1911g. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Instrução moral e cívica e economia doméstica: métodos e processos. *A República*, Natal, 23 ago. 1911h. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Ensino do desenho, sua importância e métodos. *A República*, Natal, 25 ago. 1911i. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. O grupo modelo. *A República*, Natal, 2 out. 1911j. p. 3.

_____. Trabalho manual: canto: exercícios físicos, sua importância, métodos e processos. *A República*, Natal, 5 set. 1911k. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. Trabalho manual: canto: exercícios físicos, sua importância, métodos e processos (conclusão). *A República*, Natal, 9 set. 1911l. Coluna Pedagogia, p. 1.

_____. *Melhoramentos técnicos do ensino primário e normal*. Natal: Tipografia do Instituto, 1913. 54 p.

_____. A Escola Normal do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, 15 jan. 1914. p. 1.

_____. *A República*. Natal, 24 jan. 1914. p. 1.

_____. O celibato pedagógico. *Pedagogium*, Natal, 1921.

_____. O celibato pedagógico. *Pedagogium*, Natal, v. 1, 1927a.

_____. *Um século de ensino primário*. Natal: Tipografia de A República, 1927b.

_____. *Unificação e magistério nacional*. Natal: J. Pinto & L., 1927c.

NORMAL class. *The Missionary*, [s.l.], dez. 1901. p. 556-557.

NOVO diretor da Escola Normal de Natal. *A Ordem*, Natal, 1º out. 1952. p. 4.

O ENSINO. *A República*, Natal, 5 dez. 1910. p. 1.

PEDAGOGIUM. Revista da Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Natal: A República, 1921-1925.

PIMENTEL FILHO, Alberto. *Lições de pedagogia geral e de história da educação*. 2. ed. Lisboa: Guimarães & Cia, 1932. 488 p.

PROFESSORA Ecila Cortez. *Pedagogium*, Natal, v. 4, p. 48-50, 1921.

RELAÇÃO dos indivíduos matriculados na escola normal desde 1862 a 1866 e seus destinos. Lisboa: [s.n.], 1867.

REVISTA ESCOLAR. Publicação Mensal de Educação e Ensino. Lisboa: [s.n.], 1925-1926.

SÁ, Antônio Francisco Moreira de. *Compêndio de pedagogia: coordenado conforme os programas de 8 de março de 1870*. Lisboa: L. C. Cunha & Filhos, 1873.

SACADURA, Sebastião da Costa. *Atitudes viciosas na escola*. Lisboa: [s.n.], 1906a.

_____. *Breves considerações sobre a higiene das nossas escolas*. Lisboa: [s.n.], 1906b.

_____. *Educação física*. [s.l.]: [s.n.], 1906c.

_____. *A escrita direita e a escrita inclinada: sua influência na função respiratória*. Lisboa: [s.n.], 1907a.

_____. *A tuberculose e a escola*. Lisboa: [s.n.], 1907b.

_____. *Proteção à primeira infância*. [s.l.]: [s.n.], 1911.

_____. *Influência do estado da visão sobre o desenvolvimento*

intelectual e físico da criança. Lisboa: [s.n.], 1914a.

_____. *Necessidade da cultura física*. Lisboa: [s.n.], 1914b.

_____. *Relatório e trabalhos da Comissão de Sanidade Escolar*. [s.l.]: [s.n.], 1918.

SEMPRE é tempo de emendar o erro. *Diário do Natal*, Natal, 7 jun. 1908. p. 1.

SOUSA, José de. *Notas de pedagogia filosófica*. Lisboa: Adolpho: Modesto & Cia, 1890.

VASCONCELOS, Farias de. *Lições de pedologia e pedagogia experimental*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, [19--]. 586 p.

Regimentos e Regulamentos de Ensino

BRASIL. Município Neutro da Corte. *Regulamento da Escola Normal do Município da Corte, criada pelo Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

_____. Município Neutro da Corte. *Regulamento para a Escola normal da Corte, mandado executar pelo Decreto nº 8.025, de 16 de março de 1881*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.

DIREÇÃO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Regulamento do Decreto n.8, de 24 de dezembro de 1901. In: *Reformas de Ensino em Portugal (1902-1973)*. Portugal: s.n.

PERNAMBUCO. Palácio da presidência. *Regimento da Escola Normal de Pernambuco*. Organizado de conformidade com o disposto no Art. 61 do Regimento Interno, de 17 de setembro de 1880. Recife: Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1880.

_____. Palácio da presidência. *Regulamento da Escola Normal de Pernambuco*. Expedido em 27 de dezembro de 1887 pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Manoel Eufrásio Correia. Recife: Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1887.

PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. *Regulamento da Escola Normal Primária para o sexo feminino no districto de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1863.

_____. Ministério da Instrução Pública. *Regulamento da Escola Normal Primária do districto de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

RIO GRANDE DO NORTE. Regulamento da instrução primária e secundária do estado do Rio Grande do Norte a que se refere o Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1892.

_____. Decreto nº 21, de 4 de abril de 1893. Regulamento do ensino secundário. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1893. p. 233-252.

_____. Decreto nº 60, de 14 de fevereiro de 1896. Seja a instrução pública do estado regida pelo seguinte regulamento. *Atos legislativos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1897.

_____. *Regimento interno dos grupos escolares do estado*. Natal: A República, 1909f.

_____. Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917. Regulamento da Escola Normal de Natal. *Atos legislativos e decretos do governo do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1918b. p. 80-122.

_____. Decreto nº 161, de 7 de janeiro de 1922. Regulamento da Escola Normal. Natal: A Imprensa, 1922b.

_____. *Ato de 10 de março de 1925*. Aprova e manda publicar o regimento interno do Conselho de Educação. Natal: A República, 1925a.

_____. Departamento de Educação. *Regimento interno dos grupos escolares*. Natal: A República, 1925b.

_____. *Regulamento geral do Departamento de Educação e regimento interno do Conselho de Educação*: Decreto nº 265, de 24 de março de 1925. Manda observar e cumprir o regulamento do Departamento de Educação do Estado. Natal: A

República, 1925c.

_____. Decreto-Lei nº 2.026, de 30 de novembro de 1950. Aprova o regulamento da Escola Normal de Natal. *Atos legislativos e decretos do governo do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento de Imprensa, 1951.

_____. Lei nº 529, de 28 de abril de 1862. Legislação Educacional da Província do Rio Grande do Norte (1835-1889). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 27, de 12 de março de 1890. Reforma a Escola Normal e converte em escolas modelos as escolas anexas. São Paulo: Palácio do Governo, 1890. Disponível em: <<https://bit.ly/2MCWcpF>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Decreto nº 247, de 23 de julho de 1894. Manda por em execução o regimento interno para o curso secundário da Escola Normal da Capital. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 ago. 1894. Disponível em: <<https://bit.ly/2wrC52T>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Livros e revistas científicas

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): revendo uma trajetória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 76, n. 184, p. 665-689, 1995.

_____. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ARAÚJO, Marta Maria de; AQUINO, Luciene Chaves de; LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a Escola Normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *Escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008. p. 192-202.

CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal*. Natal: Prefeitura de Natal, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 2001.

CATANI, Denice Barbara. Distâncias, vizinhanças, relações: comentários sobre os estudos sócio-histórico-comparados em educação. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000a.

_____. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COSTA, Karoline Louise Silva da. Luiz Antonio dos Santos Lima, educador e médico-higienista do cenário norte-rio-grandense (1910-1930). In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 9., 2012, Lisboa. *Anais...* Lisboa: 2012. p. 2073-2082.

DUBY, Georges. *A história continua*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar: Editora da UFRJ, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 v.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução Pedro Süsserkind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152 p.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. As Escolas Normais da província: a organização do ensino normal em Sergipe durante o século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *Escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Joaquim Ferreira. O ensino de pedagogia e da psicologia nas escolas normais primárias (1862-1974). In: FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea. *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1700*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. v. 2.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1. p. 9-43, 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 79, n. 193, p. 63-71, 1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em história da educação e gênero. *Projeto História*, São Paulo, v. 11, p. 19-29, 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Fontes e história da educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A,

2005. p. 77-96.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

_____. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 52, p. 61-104, 1953.

LOURO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 9, n. 47, p. 21-28, 1990.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, Érika Nogueira. Stella Vêper Ferreira Gonçalves e sua atuação como professora e escritora no estado do Rio Grande do Norte (1910-1930). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. *Anais... Vitória*: CBHE, 2011. p. 1-11.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. Crisan Siminéa: apóstola da educação. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRN, 2001. p. 81-90.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo; RAMOS DO Ó, Jorge Nunes. A história da profissão docente no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 7, n. 15, p. 11-30, 2007.

MOGARRO, Maria João; ZAIA, Iomar Barbosa. Do palácio ao calvário: escolas de formação de professores em Portugal no século XIX. In: PINTASSILGO, Joaquim; SERRAZINA, Lurdes. *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história e memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

p. 41-60.

MORAIS, Maria Arisneide de. Entrevista concedida a Francinaide de Lima Silva. 15 jan. 2010.

_____. Entrevista concedida a Francinaide de Lima Silva. 8 nov. 2012.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Chicuta Nolasco Fernandes*: intelectual de mérito. Natal: A República, 2006. 174 p. (Educação e educadores do Rio Grande do Norte, v. 2).

_____. Entrevista concedida a Francinaide de Lima Silva. Natal: 22 set. 2011.

_____. História da Escola Normal de Natal: memórias da professora Francisca Nolasco Fernandes (1908-1995). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2002. p. 1-16.

_____. *História da leitura e da escrita*: presença de professoras. PVE-CNPq (2010-2013).

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; SILVA, Francinaide de Lima Representações de professoras primárias no século XX: a primeira turma da Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte). In: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; MOTTA, Diomar das Graças (Orgs.). *Mulheres na história da educação*: desafios, conquistas e resistências. 1. ed. São Luís: Edufma, 2011. v. 1, p. 53-80.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira: a sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NOGUEIRA, Elisângela de Araújo. de A.; BARBOSA, Marta. A prática pedagógica de Judith Bezerra de Melo. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRN, 2001.

NÓVOA, Antônio. *Les temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987a. v. 1.

_____. *Les temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987b. v. 2.

_____. (Org.). *Formação contínua de professores: realidade e perspectivas*. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. Modèles d'analyse en éducation comparée. In: _____. *Histoire & comparaison (essais sur l'éducation)*. Lisboa: Educa, 1998.

_____. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.

_____. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: ASA, 2003.

_____. *Vers un comparatisme critique: regards sur l'éducation*. Lisboa: Educa, 2005.

_____. O governo de si mesmo. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n. 1, p. 139-142, 2006.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, 2000.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. v. 4.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização de Natal 1889-1913*. Natal: EDUFRN, 1999.

OSAKABE, Haquira. O mundo da escrita. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leituras no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 15-22.

OSSENBACH, Gabriela. Prefácio II. In: TEIVE, Gladys. Mary Ghizoni. *Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico* (Escola Normal Catarinense – 1911-1935). Florianópolis: Insular, 2008.

RAMOS DO Ó, Jorge; CARVALHO, Luís Miguel. *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960): estudos comparados Portugal-Brasil*. Lisboa: Educa, 2009.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Escola Normal na província da Bahia. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008. p. 47-60.

ROULLET, M. *Les manuels de pédagogie (1880-1920). Apprendre à enseigner dans les livres?* Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. 3. ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *Escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SCHRIEWER, J. Estados-Modelo e sociedade de referência: externalização em processos de modernização. In: Nóvoa, A.; Schriewer, J. (Eds.). *A difusão mundial da escola: alunos – professores – currículo – pedagogia*. Lisboa: Educa, 2000.

SILVA, Vivian Batista da. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 268-277, 2007.

SIMINÉA, Crisan (Org.). *Diretrizes metodológicas para o ensino da leitura, literatura e redação no ensino de 1º Grau*. Natal: EDUFRN, 1980.

SPENCER, Herbert. *L' éducation*. 2. ed. Paris: Germer Baillière, [18--].

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A carreira do professor primário (1822-1889). *Revista da FAEEDA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n. 17, p. 83-91, 2002.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 61-88, 2000.

VICENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, 2001.

VIDAL, Diane Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Lá vem o bonde das normalistas... uma incursão pelo cotidiano escolar do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *Escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 13-30, 1998.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da

relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 17-42.

VIANA, Eliseu. A escola activa: pela sua propaganda. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Disponível em: <<https://bit.ly/2O3QA4Y>>. Acesso em: 26 out. 2010.

Monografias, Dissertações e Teses

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. *Do mestre aos discípulos: o legado educacional de Nestor dos Santos Lima (1910-1930)*. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

AQUINO, Luciene Chaves. *A Escola Normal de Natal (1908-1938)*. 2002. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

_____. *De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades de formação*. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

HOLLANDA, Valkey Xavier Teixeira de. *A expansão do ensino no RN (1910-1920)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo”*: Natal/RN: 1908/1913. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Natal, 2005.

RIBEIRO, Marlene Fernandes. *Revista Pedagogium: um olhar sobre a educação do Rio Grande do Norte (década de 1920)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. *Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchete*. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SENA, Érika Danielle Gomes de. *Stella Vêspes Ferreira Gonçalves: divulgando a educação através dos jornais (1920-1930)*. 2005. 63 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVA, Francinaide de Lima. *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e a prática pedagógica de suas professoras (Natal/RN, 1908-1920)*. 2007. 63 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

_____. *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores*. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Ingrid Katiúcha Albuquerque da. *A prática pedagógica de Josefa Botelho*. 2009. 60 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SILVA, Janeclécia Ferreira da. *A prática pedagógica de Severino Bezerra de Melo*. 2009. 64 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SILVA, Maria da Conceição. *O curso normal de 1º ciclo em Assú | RN (1951-1971)*. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.



A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



editoraifrn



Francinaide de Lima Silva Nascimento.

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professora de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br.

A pesquisa analisa a história da formação de professores em Natal, Rio Grande do Norte, entre 1908 e 1971, inserindo-se na temática da história das instituições escolares e da formação de professores e investigando o percurso da Escola Normal de Natal na preparação de professores primários. O trabalho é fundamentado em Chartier (1990), Chervel (1990), Elias (1994), Nóvoa (1987a, 1987b) e Schriewer (2000). Aqui, são analisados documentos localizados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, como atas, ofícios, relatórios dos diretores da instrução pública, leis, decretos, mensagens dos governadores, artigos dos jornais *A Capital*, *A Ordem* e *A República* e da revista *Pedagogium* (1921-1940). No Arquivo Público do Estado, são investigados o livro de honra (1914-1919), diários de classe e o livro de inscrição dos grupos escolares. Do Memorial do Atheneu, é examinada a ata da congregação do Atheneu e da Escola Normal (1897) e, em relação ao Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, o livro de registro nominal dos professores diplomados pela Escola Normal. A investigação evidenciou que a Escola Normal de Natal e das demais Escolas Normais surgiu do mesmo substrato histórico e evidenciam um modo de saber que associava políticos, professores, médicos, higienistas e os demais especialistas da sociedade envolvidos com a educação. Constatou-se, ainda, a presença de um discurso pedagógico próprio à escola primária e ao preparo do magistério.

Palavras-chave: História da Educação. Formação de Professores. Escola Normal de Natal.

ISBN 978-85-94137-34-0

